

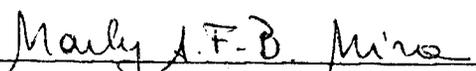
A COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM

- 1882 a 1909 -

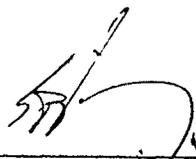
Dissertação apresentada

por

VERA LÚCIA FREGONESE BARROS



Dr.^a MARLY A.F. BUSTAMANTE MIRA
Professora Orientadora



Dr. WALTER FERNANDO PIAZZA
Coordenador

A COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM

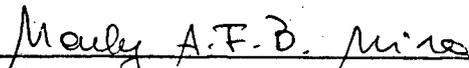
- 1882 a 1909 -

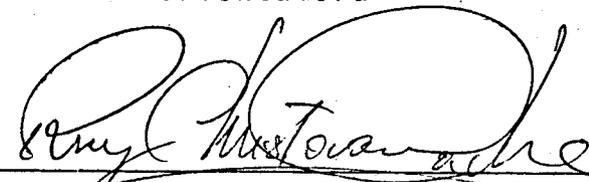
Dissertação apresentada

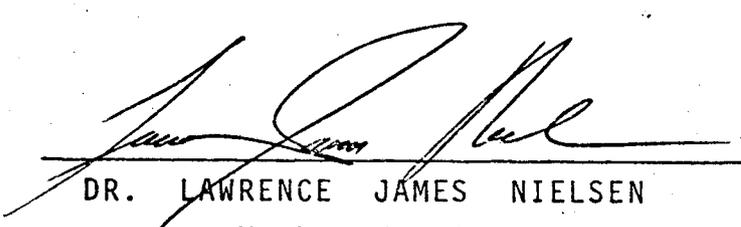
por

VERA LÚCIA FREGONESE BARROS

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta dos Professores.


DR.^a MARLY ANA FORTES BUSTAMANTE MIRA
Membro da Banca
Orientadora


DR. RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ
Membro da Banca


DR. LAWRENCE JAMES NIELSEN
Membro da Banca

OFERECIMENTO

A José de Arimathea, meu esposo,
pelo carinho e incentivo, que se
tornaram uma constante.

A meus pais, Dorival e Alice, meus
irmãos, Wemilda, Luiz, Laura e Celso,
pelo apoio e dedicação.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a orientadora Dr.^a Marly Ana F. Bustamante Mira pelas valiosas contribuições prestadas no campo intelectual, a compreensão e disponibilidade que apresentou no decorrer de toda a fase de elaboração do trabalho.

Ao Prof. Dr. Helio Romito de Almeida, pelas orientações iniciais e primeiras premissas que originaram o presente trabalho.

Ao Prof. Dr. Walter Fernando Piazza, pelo interesse demonstrado, pela sugestão bibliográfica e discussão de alguns aspectos do texto.

Ao Prof. Dr. Lawrence James Nielsen, pela correção do abstract e a colaboração prestada.

A todos os professores do Curso de Pós-Graduação e da Graduação em História que colaboraram de forma direta ou in direta.

Ao Prof. Dr. Ruy C. Wachowicz, pela sugestão de bibliografia.

À direção e funcionários do Arquivo Público do Paraná, especificamente à funcionária Maria Sebastiana Ferreira pela constante colaboração que prestou de forma incansável durante toda a fase de pesquisa documental.

À direção e funcionários do Arquivo do Bispado de Palmas e do Cartório de Mangueirinha.

À Sra. Maria Delvira de Oliveira Santos, residente em Chopinzinho, pela entrevista concedida e pelas informações prestadas. Demonstrando interesse, procurou lembrar-se de vários aspectos relacionados com a Colônia Militar e confirmar algumas informações.

Ao Sr. Irto de Oliveira Silvério e sua tia Iracema Alves Silvério, de Chopinzinho, pelas informações prestadas.

À Estela Vieira de Oliveira e Edna Lucia Silva, pela orientação na elaboração das referências bibliográficas.

À Marlene Torrinelli, pelo trabalho de datilografia.

Às amigas Aneliese Nacke, Sara Regina Silveira de Souza e Soni de Carvalho, pelo constante incentivo e apoio.

E às demais pessoas que contribuíram para que este trabalho pudesse ser elaborado.

A COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM

- 1882 a 1909 -

por

VERA LÚCIA FREGONESE BARROS

DISSERTAÇÃO

Submetida a Universidade

Federal de Santa Cata-

rina para obtenção

de Grau de

MESTRE EM HISTÓRIA

U F S C

1980

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM

- 1882 a 1909 -

Vera Lúcia Fregonese Barros

Florianópolis - 1980

RESUMO

Na região sudoeste paranaense foi fundada a Colônia Militar do Chopim, que operou no período de 1882 a 1909.

Através de uma visão retrospectiva histórica, procurou-se estabelecer a filosofia geradora das várias unidades de colonização militar localizadas nos demais estados, na época, províncias.

O estudo do acervo documental permitiu determinar as razões da criação, as medidas de organização, as providências tomadas, os aspectos sócio-econômicos e as situações problemáticas enfrentadas pela população desta colônia paranaense. Além disso, tornou-se possível caracterizar as atividades desenvolvidas e o relacionamento existente entre os civis e os militares realizado em conexão direta com o regulamento estabelecido pela administração militar. Procurou-se entender a razão do lento progresso verificado no período da administração militar, sobretudo. Como a temática relacionava-se com o estudo desta colônia, enquanto administrada pelos militares, futuros estudos poderão e deverão ser feitos sobre a administração civil, posteriormente implantada.

Com a realização desse estudo, objetivou-se contribuir para um conhecimento mais amplo do povoamento da região, através do levantamento de como se processaram as relações fundamentais neste núcleo de colonização formado por elementos civis e militares de várias origens étnicas.

ABSTRACT

In the southwestern region of the Province of Paraná, Brazil, the Imperial Government founded the Chopim Military Colony, which operated during the period from 1882 to 1909. Focalizing on this colony, a study is made of the philosophy and politics which generated these military colonies. The documents available made it possible to determine the reasons for the founding of these colonies, the politics involved in their creation, and the socio-economic problems that the population of the colony in question confronted in their isolated state. Moreover, it was possible to determine the various levels of relationships that existed between civilians and military personnel of the colony. These colonies, although military in nature, also were staffed by civilians, according to the provisions of their governing ordinances. During the period of military administration, progress was slow, and the reasons for this slow development are treated in this thesis. Future studies however, need to be made to determine the rate of growth under civilian direction, to allow for comparisons to be made. The purpose of this thesis is to relate the creation of this military colony to the conquest of this region of Paraná, for this colony brought civilians and military personnel, of diverse origins and backgrounds, and opened up the way for future settlers. It is the story of one planned project to open up a frontier region of Imperial Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I - As Colônias Militares no Brasil

- | | |
|---|----|
| 1.1 - As Colônias Militares instaladas no Brasil | 26 |
| 1.2 - Modificações na estrutura das colônias militares | 36 |
| 1.3 - As Colônias Militares no período Republicano | 40 |
| 1.4 - Apreciação geral da política de colonização militar | 43 |

CAPÍTULO II - A Ocupação e Povoamento dos Campos de Palmas

- | | |
|-------------------------------------|----|
| 2.1 - Primórdios da Conquista | 50 |
| 2.2 - Ocupação dos Campos de Palmas | 55 |
| 2.3 - A Questão de Palmas | 58 |
| 2.3.1 - Os limites Brasil-Argentina | 61 |
| 2.4 - A Estrada de Corrientes | 67 |

CAPÍTULO III - A Fundação da Colônia Militar

- | | |
|------------------------------------|----|
| 3.1 - Razões de criação da colônia | 73 |
| 3.2 - Escolha do local da colônia | 76 |
| 3.3 - Localização geográfica | 88 |

CAPÍTULO IV - A Colônia Militar do Chopim: Aspectos
Sócio-Econômicos

4.1 - As providências iniciais	97
4.2 - Normas e Regulamentos desta Colônia Militar	99
4.3 - Os lotes urbanos e rurais - Distribuição das terras	113
4.4 - Atividades econômicas	121
4.4.1 - Atividades agropecuárias	121
4.4.2 - Comércio	128
4.4.3 - Tabela de distribuição de gêneros alimentícios	133
4.4.4 - Venda de carne verde	137
4.5 - Aspectos Sociais	139
4.6 - Evolução demográfica	144

CAPÍTULO V - Problemas e dificuldades enfrentados
pela Colônia

5.1 - Vias de Comunicação	154
5.2 - Falta de verbas e de pessoal especializado	166
5.3 - Consumo de bebidas alcoólicas	169
5.4 - Problemas Sociais e Econômicos	171
CONCLUSÃO	177

ANEXOS	190
Anexo I - Acta da Fundação da Colônia Militar do Chopim	191
Anexo II - Relação das pessoas que presenciaram a fundação da Colônia Militar do Chopim	194
Anexo III - Decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859	198
Anexo IV - Planta da Ex-Colônia Militar do Chopim	201
Anexo V - Relação dos colonos que obtiveram os títulos definitivos	202
Anexo VI - Relação dos colonos que obtiveram os títulos provisórios	205
Anexo VII - Quadro demonstrativo da venda de carne verde	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Fig. I - Mapa sobre A Questão de Palmas	59
Fig. II - Mapa da localização das Colônias Militares no Paraná	72
Fig. III - Mapa da Posição da Colônia Militar do Chopim no Estado do Paraná	90
Tabela I - Quadro demonstrativo do valor da etapa em réis	111
Tabela II - Quadro demonstrativo das verbas recebidas	113
Tabela III - Comparação dos preços dos gêneros alimentícios	135

I N T R O D U Ç Ã O

A presente dissertação refere-se à Colônia Militar do Chopim, estabelecida na então província do Paraná. O perímetro abrangido por este estabelecimento militar, incorporava parte do atual município de Chopinzinho, na região sudoeste do Paraná.

O tema foi escolhido em função de várias razões, pessoais, históricas e científicas.

As ligações, por razões pessoais, à área do sudoeste paranaense, orientaram as pesquisas para um assunto de âmbito regional. A recordação de um tema de aula a respeito da questão de limite entre o Brasil e a Argentina, a histórica Questão de Palmas, influenciou seguramente. Nesta aula, houve referência a uma colônia dirigida por militares instalada perto de Palmas, nas proximidades do rio Chopim. Interrogado a respeito de como ocorreu o funcionamento de tal instituição, o professor respondeu que a bibliografia existente continha poucas informações a respeito. E acrescentou que o assunto deveria merecer um estudo aprofundado a fim de que se conhecesse não somente o funcionamento dessa unidade de colonização militar, como também para ser assinalada a importância alcançada pelos vários estabelecimentos em todo o território nacional.

Mais tarde na procura de respostas aos questionamentos feitos, comprovou-se que as informações oriundas da bibliografia consultada eram insuficientes.

Em decorrência desses fatos e movida pela curiosidade científica optou-se pela escolha do tema como objeto da dissertação.

Outra razão que pode ser arrolada, diz respeito ao interesse que todo pesquisador manifesta pelos fatos históricos dos quais não há um estudo mais detalhado, uma análise mais acurada. Com isso pretendeu-se estudar, não apenas com o objetivo de responder indagações particulares, mas para que outros interessados pudessem entender tal problemática.

O conteúdo deste trabalho será desenvolvido sobre os aspectos que delinearão e estiveram presentes no período de funcionamento da Colônia Militar do Chopim, isto é, de dezembro de 1882 a abril de 1909. Portanto, procurar-se-á examinar a problemática referente ao período em que a colônia esteve sob a administração militar não extrapolando, para a época em que este núcleo passou a ser administrado por elementos civis (1909).

O presente trabalho de dissertação divide-se em três partes fundamentais. A parte introdutória, inclui uma retrospectiva histórica que salienta configurações e características da colonização militar no Brasil (cap. I) e uma rápida digressão analítica da ocupação e povoamento da região dos campos de Palmas, onde foi instalada a Colônia Militar do Chopim (cap. II). Estes dois capítulos são essenciais para o entendimento da política nacional que determinou a criação e a localização de uma colônia militar na então província do Paraná. A segunda parte, constitui propriamente o núcleo do trabalho. Aborda-se, nesta parte, os trabalhos de exploração e fundação desse estabelecimento (cap. III), e os aspectos relacionados com o funcionamento, a estrutura e o *modus vivendis* da colônia (cap. IV). A parte final descreve os diversos problemas e obstáculos que dificultaram e/ou impediram que o referido núcleo alcançasse um maior

desenvolvimento e expansão na região circunvizinha (cap. V).

O desenvolvimento deste trabalho pretende contribuir para a melhor compreensão do que representou para a então província do Paraná, o estabelecimento de colônias militares e, especificamente da Colônia Militar do Chopim. Com esta análise, procura-se ressaltar a importância do estudo pesquisado, através dos seguintes objetivos:

a) necessidade de complementar os dados existentes a respeito da referida colônia e que podem ser encontrados na literatura já publicada;

b) necessidade de realização de uma pesquisa mais aprofundada, abordando o tema sob perspectivas diversas das que já foram enfocadas e que utilizarão, sobretudo, o material documental existente no Arquivo Público do Paraná.

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, levantaram-se basicamente, as seguintes hipóteses de trabalho que serviram como instrumentos de orientação e verificação:

a) A Colônia Militar do Chopim foi criada com a finalidade de defender a fronteira internacional com a Argentina.

b) A instalação da Colônia serviu para fixar e estabelecer definitivamente o homem na região sudoeste do Paraná.

c) A atuação do contingente militar foi prejudicada devido à posição geográfica em que estava localizado o estabelecimento militar.

d) As relações sociais entre os membros desta comunidade estavam diretamente ligadas à profissão exercida pelos mesmos.

e) A educação dos filhos dos militares e civis e dos analfabetos era responsabilidade exclusiva do representante eclesiástico.

Na elaboração da presente dissertação, partiu-se de um levantamento das fontes primárias e secundárias em diferentes lugares. As fontes primárias, em sua maior parte, estão reunidas no Arquivo Público do Paraná.

Alguns dados, principalmente os registros de batizados e casamentos, foram pesquisados no arquivo do Bispado de Palmas e no Cartório de Mangueirinha.

A pesquisa de fontes secundárias, realizou-se, em grande parte, na Biblioteca Pública do Paraná.

Convém assinalar que o conteúdo deste trabalho baseou-se, principalmente nas informações contidas nos relatórios e correspondência dos diretores e nos livros que contêm as ordens do dia, verdadeiro retrato do *modus operandi* da Colônia Militar do Chopim.

Além disso, foram consultados os relatórios dos presidentes da província do Paraná.

A fim de obter-se os dados necessários, procedeu-se a leitura reflexiva e crítica e ao estudo de todas as informações contidas nos livros preenchidos pelos diretores ou

funcionários da colônia.

Os dados registrados nos livros de nascimentos ou batizados, casamentos e óbitos foram devidamente fichados. No levantamento, fichamento e indexação dos eventos vitais, seguiu-se a metodologia preconizada por NIELSEN.¹

A pequena abrangência do tempo impediu que análises demográficas mais detalhadas fossem realizadas; mas permitindo acompanhar a evolução desta colônia militar em termos de crescimento populacional.

A pesquisa documental foi realizada no Arquivo Público do Paraná, Curitiba. Além do arquivo do Bispado de Palmas e no Cartório de Mangueirinha, ambas no Paraná.

O Arquivo Público do Paraná contém o maior acervo documental a respeito da Colônia Militar do Chopim. Os livros, em número de 37, dos quais 32 estão catalogados, encontram-se em bom estado de conservação, o que permite uma consulta rápida e completa. Os documentos são manuscritos e referem-se ao período de 1885 a 1909. A consulta a estes livros, forneceu importantes subsídios que possibilitaram a fundamentação dos capítulos III, IV e V.

O LIVRO nº 416 contém o registro civil dos nascimentos ocorridos no período de 22 de outubro de 1888 a 21 de março de 1909. A maioria dos registros informa o nome do pai

¹ NIELSEN, Lawrence James. "Uma Metodologia de Pesquisa para a História Demográfica". p.2.

e da mãe, o prenome da criança recém-nascida, a data e o local do nascimento e os nomes das testemunhas. Além desses dados, ocasionalmente, aparecem referências aos nomes dos avós paternos e maternos, a origem dos pais e dos avós, a condição do pai (civil ou militar), a indicação do número de filhos do casal e o nome do padre, quando refere-se a batizado ou do escrevente, geralmente militar. Há casos de registros em que aparecem todos estes elementos.

Os registros de casamentos foram efetuados no LIVRO nº 417 e abrangem o período compreendido entre 7 de janeiro de 1889 a 23 de março de 1909. Os dados relacionados pelo escrivão informam o nome dos noivos, a origem, a idade, o estado civil (solteiros ou viúvos), a data do evento, o nome dos respectivos pais e das testemunhas, o lugar onde foi realizado e o nome do padre ou do juiz distrital que o realizou. Eventualmente, os noivos assinavam o referido registro. Geralmente, quando um dos cônjuges era viúvo(a), o escrivão acrescentava o nome do(a) respectivo(a) companheiro(a), bem como o número de filhos. Em todos os registros aparecem o nome de duas testemunhas e, às vezes, a assinatura das mesmas.

As ocorrências dos óbitos verificados entre 22 de outubro de 1888 a 30 de abril de 1909 foram registrados no LIVRO nº 418. Os registros contêm informações a respeito do nome da pessoa falecida, a data, o local, a filiação, o estado civil, a idade, a residência e o nome das testemunhas. Quando o médico encontrava-se na colônia, era consultado para determinar a *causa mortis*.

Os registros dos ofícios e das informações enviadas

pelos diretores a diversas autoridades e repartições públicas, foram efetuados nos LIVROS de nº 393, 410, 397 e 406. Estes livros, abrangem o período compreendido entre 30 de abril de 1890 a 28 de janeiro de 1895; de 20 de abril de 1899 a 1º de agosto de 1902; de 4 de agosto de 1902 a 21 de setembro de 1905; e de 21 de setembro de 1905 a 31 de março de 1907, respectivamente. A correspondência enviada nos períodos não assinalados; não foi devidamente registrada.

As ordens do dia ou os detalhes de serviço constam dos LIVROS de nº 412, 415, 414, 396, 401 e 394. Estes são os únicos que estão completos, cobrindo o período de 1885 a 4 de fevereiro de 1909. Através da publicação destes boletins, os diretores ou substitutos, comunicavam à população assuntos de interesse geral.

O responsável pelo almoxarifado da colônia efetuava os registros do material disponível nos LIVROS de Carga e Descarga. Estes livros, catalogados sob os números 451, 403, 411 e 409 referem-se ao período compreendido entre 31 de dezembro de 1893 a 1906, com breves períodos onde não foram realizados os assentos.

Os dados a respeito do pagamento efetuado para os oficiais, no período de 1º de fevereiro de 1900 a 1º de agosto de 1906, encontram-se no LIVRO nº 405. Enquanto que os registros dos vencimentos dos praças, no período de janeiro de 1902 a dezembro de 1908, foram efetuados no LIVRO nº 395.

O LIVRO nº 402 contém as resenhas dos animais que pertenciam à colônia, referentes aos anos de 1899, 1901, 1902,

1903, 1904, 1906 e 1908.

As alterações verificadas no quadro dos oficiais, ocorridas entre 1º de fevereiro de 1902 a 10 de julho de 1908, foram registradas no LIVRO nº 398.

Os componentes da receita e da despesa foram registrados nos LIVROS de nº 413 e 400 e cobrem o período entre 1º de janeiro de 1900 a 31 de janeiro de 1909. As atas relativas aos lançamentos estão no LIVRO nº 399, e abrangem o período de 6 de maio de 1902 a 31 de janeiro de 1909.

A correspondência recebida pelos diretores da colônia, entre 6 de setembro de 1900 a 30 de abril de 1909, foi anotada no LIVRO nº 404.

O registro da matrícula dos alunos que frequentaram a escola primária entre 1º de abril de 1903 a 4 de fevereiro de 1907 foi efetuada no LIVRO nº 407. Os dados arrolados informavam o nome do aluno, a filiação, a residência, a data, o número da matrícula, a data da saída e a condição do pai (civil ou militar). Além disso, informava a situação do aluno ao matricular-se, isto é, se sabia ler ou escrever. E se, ao final do ano letivo fora aprovado ou reprovado e a nota obtida no exame final.

O registro das guias de fardamento foi feito no LIVRO nº 408, abrangendo o período compreendido entre 18 de fevereiro de 1899 a 30 de abril de 1909.

Além desses livros catalogados, existem mais cinco, que contêm importante referencial dos colonos matriculados.

Nesses livros, que abrangem praticamente todo o período de 1895 a 1909, encontram-se as informações sobre: a aquisição e o pagamento de instrumentos de trabalho, a localização do lote e a situação do título de propriedade (definitivo ou provisório). Muitos diretores efetuaram registros sobre o número de filhos de cada colono, a sua nacionalidade, a atividade desenvolvida, as benfeitorias construídas, enfim, preciosas informações.

No arquivo do Bispado de Palmas encontram-se informações e registros de batizados e de casamentos realizados na colônia. Os LIVROS de BATIZADOS de Palmas que contêm os registros relativos ao pessoal da colônia são os de nº 3, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Os registros de casamentos foram efetuados nos livros catalogados pelos nº 1, 4, 5, 6 e 7. Muitos registros de casamentos ou batizados foram realizados simultaneamente pelo padre, nos livros paroquiais e pelo escrivão da colônia.

No Cartório de Mangueirinha, foram feitos os registros de casamentos realizados pelo Juiz distrital que se deslocava para a colônia. Estes registros encontram-se nos LIVROS Mangueirinha 1 e Mangueirinha 1B, com um total de 25 eventos.

Algumas das informações, sobretudo no capítulo IV, principalmente as relacionadas com os aspectos sociais, foram prestadas ou confirmadas pela Senhora Maria Delvira de Oliveira Santos, que reside atualmente na cidade de Chopinzinho. A família desta senhora transferiu-se para a colônia em 1896, quando ela contava com 4 meses de idade, e permaneceu na região posteriormente à administração militar. Seu pai, colono civil, Antonio Romão de Oliveira, possuía uma casa comercial. A entrevista concedida pela senhora Maria Delvira não pode ser gravada, condi-

ção *line qua non* para que a informante prestasse seu depoimento.

A bibliografia que trata das colônias militares no Brasil em geral, e a do Chopim, em particular, não é vasta e nem completa. A maioria dos livros e trabalhos consultados, tratam o assunto genérica e superficialmente.

A respeito das colônias militares no Brasil, os estudos mais completos aparecem na História do Exército Brasileiro,² onde é traçado um breve histórico sobre a origem e o destino dos estabelecimentos militares fundados nas várias províncias brasileiras. Enumera e localiza quase todas as colônias e cita alguns dos presídios militares instalados. As informações são úteis, porém registram-se algumas incorreções, principalmente com a localização no mapa e as datas de fundação. Nessa obra, editada pelo Estado-Maior do Exército, as Colônias Militares do Chapecô e do Chopim aparecem com a designação de colônias do Erê e de Xagu. Essa denominação fora dada pelo Decreto de criação. Posteriormente, foi modificado.

Outra obra que contém um retrospecto histórico sobre as colônias militares, é A epopéia de Antônio João,³ que trata de episódios verificados na Colônia Militar de Dourados, criada em 1856, na província de Mato Grosso. O autor procurou enfocar o assunto baseando-se em ampla documentação original e em dados coletados nos relatórios dos diretores da colônia, e com isso, conseguiu transmitir uma noção de como viviam os mem

² BRASIL, Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. v.2. p.511-18

³ MELLO, Raul Silveira de. A epopéia de Antônio João. p.68-83.

bros do estabelecimento. Ainda mais, desenvolveu um metuculoso estudo a respeito da atuação do militar Antônio João Ribeiro, em várias épocas e situações, e a experiência como comandante e diretor da Colônia Militar de Dourados.

As informações a respeito das colônias militares do Paraná, podem ser obtidas em alguns livros que tratam da história paranaense. No livro Chorographia do Paraná,⁴ encontram-se dados e informações retiradas dos relatórios dos presidentes da província. E no Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná,⁵ podem ser encontradas informações baseadas nas mesmas fontes.

Na obra Ensaio de Geobélica Brasileira,⁶ o autor faz uma boa análise, fornecendo subsídios importantes a respeito das colônias militares do Chapecô e Chopim.

Um estudo mais detalhado, mas não completo, que abrange as três primeiras colônias instaladas no Paraná, foi realizado por BOUTIM, Colonias Militares na Província do Paraná.⁷ Neste trabalho, apesar das incorreções registradas, colhem-se boas informações, principalmente as que se referem aos primeiros anos de funcionamento das colônias do Jataí, Chapecô e Chopim. Apesar de citar os livros das colônias existentes no Arquivo Público do Paraná, baseou a sua análise principalmente nos

⁴ PARANÁ, Sebastião. Chorographia do Paraná. p.404-07.

⁵ LEÃO, Ermelino Agostinho de. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná. v.1. p.375-77.

⁶ MELLO, Raul C. Bandeira de. Ensaio de Geobélica Brasileira. p. 133-38.

⁷ BOUTIM, Leônidas. Colônias Militares na Província do Paraná. 86p.

relat6rios dos presidentes da prov6ncia.

Deve ser citado tamb6m o relato feito por BRITO,⁸ que presenciou a funda76o da "Col6nia Militar da Foz do Iguassu", em 1889, da qual fez parte posteriormente. O autor narra os trabalhos realizados pelas comiss6es exploradoras que tornaram poss6vel a descoberta da foz do rio Iguacu, bem como os trabalhos de funda76o da col6nia militar, da qual participou como escriv6o e almoxarife.

⁸ BRITO, Jos6 Maria de. "Descoberta da Foz do rio Iguassu e Funda76o da Col6nia Militar". p.45-72.

CAPÍTULO I

AS COLÔNIAS MILITARES NO BRASIL

O povoamento e a efetiva ocupação do espaço geográfico brasileiro representou, desde o início de nossa história, uma constante preocupação e um desafio às autoridades governamentais.

No período colonial (1500-1822), o problema da colonização apresentou grandes dificuldades para Portugal, uma vez que a estrutura social, administrativa e econômica não estava preparada para enfrentá-lo.⁹

Diversas medidas foram adotadas com a finalidade de atrair a população para o interior do país, desviando-a do litoral, onde primeiramente havia fixado as suas raízes. Nos primeiros séculos, foram organizados fortins e feitorias que procuraram englobar parte da região litorânea. Posteriormente, estes estabelecimentos militares e outros similares, passaram a ser instalados nas regiões Oeste, Norte e Sul, nos confins dos domínios portugueses.

Inicialmente, logo após a descoberta do Brasil, não houve por parte de Portugal a preocupação no sentido de colonizar e povoar o imenso território que passou a lhe pertencer. Esse fato ocorreu porque colonizar na época, consistia simplesmente no estabelecimento de feitorias com objetivos comerciais, como os próprios portugueses haviam feito nos numerosos entrepostos do litoral atlântico, na África, na Índia e na China. As feitorias foram instaladas nesses locais, tendo em vista man-

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. p.61.

ter o comércio com os nativos e apresentavam uma organização especial, com fortes instrumentos de defesa. Serviram também como elementos de articulação entre as rotas marítimas já instaladas e os territórios ocupados. Este sistema de feitorias comerciais preponderou, em alguns locais, até o século XVIII.

Porém, no Brasil, a situação apresentava conotações diferentes que provocaram certas modificações. A extensão territorial era imensa e apresentava-se habitada por uma pequena e esparsa população indígena. Os silvícolas, ao contrário das populações asiáticas e africanas, não estavam em condições de fornecer grande quantidade de produtos comerciáveis aos portugueses. Apesar do valor e das possibilidades de comércio não justificarem a organização de feitorias, foram instaladas várias, quer pelo governo, quer pelos próprios comerciantes. Esses postos apresentavam, em sua maioria o caráter temporário "onde se concentravam, sob o abrigo de fortificações primitivas, os artigos da terra que as naus vinham buscar".¹⁰

As feitorias instaladas ao longo da costa brasileira consistiam, em geral,

*numa casa forte ou simples palissada, onde abrigava um destacamento de soldados, colonos e degredados, às ordens do capitão vigia da costa, a quem se recomendava a aliança com os chefes indígenas, e mais o estabelecimento da lavoura e industria pastoril.*¹¹

¹⁰ SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil. p.120.
Apud SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. p.94.

¹¹ FLEIUSS, Max. "Feitorias Militares e Armadas de Guarda Costa". p.43.

As principais feitorias foram as de Iguaçú, Itamaracá, Bahia, Porto Seguro, Cabo Fio, São Vicente entre outras.

A preocupação da Coroa Portuguesa em defender e povoar os territórios conquistados, manifestou-se de forma variada em todo o período colonial. Verifica-se que, no período inicial, devido aos poucos recursos, os trabalhos realizados nesse sentido foram reduzidos. Entretanto, a partir do século XVIII, esta preocupação manifestou-se de forma mais concreta e constante.

Desde os primeiros tempos da colonização, os administradores foram instruídos para que procedessem ao auxílio daquelas capitanias que dele necessitassem. Assim, constava do Regimento dado a Tomé de Sousa, em 1547, o aspecto da obrigatoriedade do governo geral de prestar auxílio às capitanias carentes.

Entre as muitas e muito úteis disposições que El Rei Nosso Senhor tem mandado estabelecer nos seus domínios Ultramarinos, uma das mais importantes é a que tem por objeto a defesa, conservação e segurança de todos e cada um deles (...).

Todas as Colônias Portuguesas são de sua Majestade e todos que as governam são Vasallos seus: e nesta inteligência tanta obrigação têm o Rio de Janeiro de socorrer a qual quer das Capitanias do Brasil, como cada uma delas de se socorrerem mutuamente, uma às outras e ao mesmo Rio de Janeiro logo que qual quer das ditas Capitanias for atacada ou ameaçada de o ser: sendo certo que nesta recíproca união de poder consiste essencialmente a maior força de Estado, e, na falta dela, toda a fraqueza dele.¹²

¹² MENDONÇA, Marcos Carneiro de. "O Pensamento da Metrópole Portuguesa em relação ao Brasil". p. 54. Apud PLANELLA, João José. Aspectos da defesa do Brasil na primeira metade do século XVIII. p.358.

Através da aplicação deste princípio, tornou-se possível a manutenção do território português em praticamente toda a sua extensão, apesar dos constantes episódios de lutas que verificaram-se com elementos estrangeiros e as tentativas de estabelecer-se em diversas regiões.

Após o período da União Ibérica, isto é, o período de 1580-1640 em que as possessões portuguesas e espanholas estiveram unidas, a preocupação de Portugal com relação à defesa de seus territórios, ocorreu de forma mais constante.

*Diferentemente da França, cujas colônias foram sacrificadas em consequência de sua política europeia, Portugal orientou sua política europeia em função do interesse de conservação do que restava de seu império colonial a partir da época da restauração portuguesa de 1640.*¹³

Na primeira metade do século XVIII, Portugal procurou incrementar a expansão territorial a fim de reduzir e ocupar os espaços vazios entre os núcleos populacionais já instalados. Nesse sentido, foi estimulada a política de colonização sistemática em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e outras províncias e a "conservação da via representada pelo Rio Madeira para a comunicação entre a Amazônia e Mato Grosso".¹⁴

A fim de preservar a conquista territorial, o governo português selecionou pontos estratégicos de passagem o-

¹³ PLANELLA, João José. Aspectos da Defesa do Brasil na primeira metade do século XVIII. p.357.

¹⁴ Ibidem. p.359.

brigat6ria em v6rias prov6ncias e nelas foram fundados postos militares de variada import6ncia, que constituiram as fortifica66es.

O termo *fortifica66o* designa, de forma gen6rica, as obras destinadas a defesa militar de certa 6rea geogr6fica . Estas obras recebem denomina66es de acordo com o local onde est6o estabelecidas, a natureza do armamento empregado, o espaço ocupado, etc. Entre as v6rias denomina66es, pode-se citar: Praça Forte ou de Guerra, Fortaleza, Forte, Castelo, Fortim, Reduto, Porta, entre outras. Segundo a defini66o de BARRETO, a fortaleza 6 a "*fortifica66o cujo armamento est6 repartido em duas ou mais baterias de artilharia, instaladas em obras independentes e, em geral largamente intervaladas*"¹⁵ Enquanto que o forte 6 constitu6do "*de uma ou mais baterias de artilharia, localizadas, por6m na mesma obra*"¹⁶

A princ6pio, as fortifica66es eram constru6das com materiais primitivos, geralmente de taipa, madeira ou adobe . Em virtude do material empregado, as constru66es existentes para o funcionamento de uma fortifica66o apresentavam prec6ria durabilidade. E somente quando se passou a empregar, ferro, cal e tijolos, numa segunda etapa, tornou-se poss6vel aumentar a dura66o temporal das fortifica66es. E ap6s 1863,

anno que marca 6ra nas fortifica66es do Brasil, executar6o-se trabalhos notaveis de casamatas nas fortalezas de Santa-Cruz e de S6o-Jo6o no Rio de Janeiro, b6m como

¹⁵ BARRETO, Annibal. Fortifica66es do Brasil. p.24.

¹⁶ *Ibidem*. p.24.

se deu principio a uma magnífica obra na ponta do Imbruhy, com enormes pedras de cantaria travejadas... .¹⁷

As fortificações foram erguidas desde o século XVI ao século XVIII. Não houve

ponto estratégico de importância para a defesa da terra, da gente, de suas atividades e comunicações que o gênio português não notasse, estudasse e aproveitasse. Caminhos líquidos e terrestres, canais e desfiladeiros, barras e enseadas, embocaduras e portos, ilhas e promontórios, todos esses acidentes da nossa geografia receberam mais cedo ou mais tarde sua obra de defesa.¹⁸

As obras das fortificações, construídas nos mais variados lugares, constituíram-se num

elemento importantíssimo dentro dessa estruturação da defesa, mas a própria utilização das fortificações, como elementos importantes para a defesa, estavam na dependência, entre outras cousas, das tropas encarregadas de guarnecê-las.¹⁹

As Tropas de Linha formavam o elemento básico em que estava apoiado o corpo efetivo sediado nas fortificações principais e nos postos de maior importância. Porém, o recrutamento deste pessoal, o pagamento das tropas, a aquisição de armamento indispensável, o aquartelamento, etc., formavam um dos problemas enfrentados pela administração colonial. E com a

¹⁷ SOUZA, Augusto Fausto. "Fortificações no Brasil". p.55.

¹⁸ BARROSO, Gustavo. Prefácio. In: BARRETO, Annibal. Fortificações do Brasil. p.14.

¹⁹ PLANELLA, João José. op. cit. p.360.

finalidade de solucionar esta situação e de auxiliar o trabalho das Tropas de Linha, procurou-se organizar as Tropas Auxiliares. Estas tropas, divididas em Milícias e Ordenanças, eram formadas por elementos da própria população, que integrava o quadro sem receber soldo e nem abandonar as suas atividades normais. Com a formação das Milícias e Ordenanças, tornou-se possível aumentar o número de pessoal disponível em cada posto militar criado.

Entre os fortes e fortalezas²⁰ construídos no Brasil para garantir a inviolabilidade pelo mar e pela terra, podem ser citados: os fortes de São José da Barra, em Manaus e São José de Marabitanas, no Amazonas; fortalezas de Ūbidos e de Santo Antonio de Macapá, no Pará; as fortalezas de São Sebastião, em Alcântara e de São Luiz, esta construída no ano de 1612, no Maranhão. A fortaleza de Santa Catarina do Cabedello, na Paraíba, cujos registros datam de 1585. A fortaleza dos Reis Magos, no Rio Grande do Norte. A ilha de Fernando de Noronha, contava com dez obras fortificadas. A fortaleza de Itamaracá, em Pernambuco, construída em 1631, no lugar de antiga feitoria. O Forte São Francisco de Piratininga, construído no início do século XVII, no Espírito Santo.

O ponto mais defendido foi a Baía de Todos os Santos, antiga capital do Brasil-colônia, onde destacavam-se os fortes do Rio Vermelho de Santo Antonio da Barra, de Santa Maria, de São Lourenço e o de Porto Seguro. A fortaleza de San-

²⁰ Cf. SOUZA, Augusto Fausto de. *op. cit.* p.57 e segs.

ta Cruz da Barra, foi construída em 1595 no Rio de Janeiro.

Na província de São Paulo, em território atualmente pertencente ao Paran, foi construída no ano de 1767, a fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres.

Em Santa Catarina, foram instaladas quatro fortalezas na ilha de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. As obras fortificadas foram a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, cuja construo foi iniciada em 1739, e as fortalezas de São José da Ponta Grossa, de Santo Antonio dos Rato- nes e Nossa Senhora da Conceio, na ilha de Araçatuba que tiveram as suas obras construídas a partir de 1740.²¹

Os fortes Coimbra e o de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi foram construídos na província de Mato Grosso, respectivamente em 1775 e 1765. Um dos mais antigos de que se tem notícia  o Forte de Santos, mandado construir em 1543, na barra de Santos, por Braz Cubas. Também em São Paulo, foi construída a Fortaleza São João de Bertioga, em 1551, no local da antiga trincheira de Santiago, com a finalidade de defender a vila de São Vicente.

Além das fortificaes citadas, foram levantados um grande número de fortes e fortins "não af de defender a terra contra a invasão de elementos estranhos, (...),  margem dos rios principais,..."²²

²¹ Cf. BOITEUX, Lucas Alexandre. *As fortificaes de Santa Catarina*. p.4.

²² LORETO, liatar. *Capítulos de História Militar do Brasil*. p. 24.

Estes postos militares que iniciaram o povoamento de pontos extremos ao Norte, ao Sul e ao Oeste e garantiram o direito de posse ao Brasil, podem ser considerados como a origem da colonização e povoamento de forma dirigida no Brasil. E foi com base nesses postos de guarda que em 1750, tornou-se possível relacionar e traçar as linhas do contorno territorial do país. Além dos fortes, fortalezas e fortins, o governo patrocinou a fundação de colônias em regiões fronteiriças a fim de assegurar a sua posse contra as pretensões de outras potências coloniais. Porém, no que diz respeito ao incremento de colonização em suas regiões, a atuação dessas colônias, em sua maioria, não foi muito importante.

Uma vez extintas, estas colônias estratégicas não deixaram vestígios de um povoamento bem estruturado e que pudesse sobreviver após a retirada do contingente militar. E, por não haverem concorrido para a efetiva colonização das áreas que ocuparam, estes estabelecimentos foram desativados.

No período do I Reinado, o governo imperial retomou a experiência da colonização militar dirigida através da criação de colônias estratégicas em várias regiões. Esta nova alternativa colonizadora propunha satisfazer as necessidades estratégicas imediatas para a defesa nacional por meio da imigração que teria o patrocínio e o controle do governo.

Na região sul do Brasil, entre 1824 e 1829, foram fundadas cinco colônias estratégicas, para salvaguardar as linhas de fronteira ou as vias de comunicação. São Leopoldo foi a primeira colônia fundada, em 1824, na então província de São

Pedro do Rio Grande do Sul. Para este local foram encaminhados imigrantes alemães que atingiram, em 1830 um total de 4.856.²³ Esta colônia alcançou elevado grau de desenvolvimento em consequência de três fatores fundamentais, ou seja, a capacidade de trabalho e de adaptação manifestada pelos imigrantes, além da proximidade da colônia com a cidade de Porto Alegre. Este último fator facilitou o escoamento da produção artesanal e agrícola.²⁴ Esta colônia tornou-se uma das experiências mais bem sucedidas no Brasil.

No ano seguinte foi fundada a colônia de São Luís da Leal Bragança, na mesma província. Contudo, devido à distância que a separava de cidades ou vilas, a população enfrentou dificuldades para conseguir provisões e para exportar o excedente. *"A colônia seria uma linha de defesa para o Império e uma chance para colocar imigrantes turbulentos aonde não causaríamos muitos danos"*.²⁵ Em consequência, apresentou pouco tempo de vida ativa.

A terceira colônia estratégica instalada na província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi localizada ao norte e denominada São Pedro de Alcântara das Tórreres. Esta alcançou um desenvolvimento razoável, não obtendo igual apoio governamental recebido pela de São Leopoldo.

Em 1829 fundou-se, na fronteira entre São Paulo e

²³ Cf. BROWNE, George P. *"Soldados ou Colonos: Uma visão da estrutura política do 1º Reinado"*. p.21

²⁴ *Ibidem*, p.22.

²⁵ *Ibidem*, p.28.

Santa Catarina, a colônia Rio Negro, principalmente com colonos alemães. Também sofreu a falta de auxílio do governo imperial e enfrentou dificuldades para proceder ao povoamento da região.

E, finalmente, fundou-se em Santa Catarina, a colônia São Pedro de Alcântara, próxima à estrada que ligava Desterro (atual Florianópolis) a Lages. Progrediu, em função da proximidade com a cidade de Desterro, para onde enviava a sua produção e adquiria os produtos necessários, estabelecendo relações comerciais indispensáveis à manutenção de certo grau de desenvolvimento.

Dentro de uma visão globalizante, pode-se afirmar que estas colônias estratégicas cumpriram a sua finalidade. As colônias de São Leopoldo e São Pedro de Alcântara das Tórres, alcançaram maior progresso porque foram as que encontraram melhores condições de estabelecer relações comerciais com os mercados próximos. O progresso alcançado pelas colônias de Rio Negro e São Pedro de Alcântara, registrou-se em grau menor, em virtude de receberem menor incentivo governamental e localizarem-se distantes de pontos já povoados. Enquanto que a colônia de São Luís da Leal Bragança apresentou o menor índice de desenvolvimento, em consequência do isolamento em que estava situada e da falta de recursos recebidos.

Era esta política um bom exemplo da canalização de recursos para apoiar o desenvolvimento nacional e ao mesmo tempo assegurar o fortalecimento estratégico do governo.²⁶

²⁶ BROWNE, George P. *op. cit.* p.25.

A população destinada a estabelecer-se nestas colônias estratégicas, compunha-se de colonos e soldados europeus, principalmente alemães. A maioria dos militares eram recrutados para imigrarem ao Brasil como colonos. Contudo, caso houvesse necessidade, poderiam ser utilizados como soldados. Os mercenários obtinham certas regalias e privilégios. Após o período de seis anos, tempo considerado como de recrutamento militar, estes soldados poderiam dedicar-se às atividades civis, inclusive recebendo lotes coloniais.

Esta política de recrutamento de imigrantes destinados às colônias estratégicas, que vigorou no período de 1824 a 1831, ocasionou grandes despesas ao erário público. De acordo com BROWNE, o

governo Imperial teria gasto no mínimo 1.000:000\$000 no recrutamento de colonos e mercenários e no estabelecimento de colônias entre 1823 e 1830.²⁷

Em virtude desses fatos, o apoio governamental à imigração foi suspenso temporariamente. E somente no final da década de 1840, renovar-se-iam os programas de incentivo à entrada e ao estabelecimento de imigrantes em todo o território nacional.

1.1 - As Colônias Militares instaladas no Brasil

No período do II Reinado, tornou-se evidente a necessidade de defender e proteger as fronteiras já definidas

²⁷ BROWNE, George P. *op. cit.* p.28

27

e as em litígio e também povoar os pontos extremos. E foi com o objetivo de suprir tal necessidade que o governo imperial resolveu criar novos estabelecimentos de colonização militar. Estas novas unidades procurariam aproveitar e aperfeiçoar parte da experiência desenvolvida através das colônias estratégicas e das feitorias instaladas no território luso-brasileiro. Ou seja, seguiriam em alguns pontos, o antigo modelo português aplicado na Ásia e África e subsequentemente no Brasil.

Quanto à hipótese de que o modelo brasileiro utilizou-se da experiência realizada pelos governos da Rússia e da Áustria,²⁸ pode-se afirmar que a mesma não resiste a uma análise mais profunda.

As colônias militares instaladas tanto na Rússia, quanto na Áustria, diferiam do modelo luso-brasileiro, principalmente com referência ao quadro de pessoal. Enquanto que nas colônias militares russas e austríacas viviam apenas militares, nas similares brasileiras conviviam, no mesmo estabelecimento, os militares e colonos civis com as suas respectivas famílias. Além dos soldados julgados inaptos para o serviço ativo e que não tinham concluído o seu tempo de engajamento, ou que, tendo o completado, quisessem voluntariamente entrar no número de colonos. Tomavam parte também aqueles que demitidos do serviço ativo ou reformados manifestassem desejo de participar espontaneamente. Seriam incluídos os colonos civis e seus familiares, para que pudessem dedicar-se aos trabalhos agrícolas ou pe-

²⁸ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. "Plano de uma Colônia Militar no Brasil". p.241.

cuários.

No ano de 1844, José Joaquim Machado de Oliveira, elaborou um projeto com a finalidade de estabelecer a colonização militar no Brasil com uma perspectiva um pouco diferente. Esta memória, como foi designada posteriormente, tratava sobre as características do local a ser escolhido e a distribuição dos lotes. Considerava ainda os deveres dos que nela iriam habitar, os trabalhos a serem desenvolvidos, as culturas que deveriam ser adotadas, enfim, traçava um amplo esquema do funcionamento e do regime destas colônias. Mais tarde, alguns delineamentos do projeto foram seguidos e outros sofreram adaptações ou modificações, de acordo com as necessidades prioritárias das colônias instaladas.

A título de ilustração, serão citados alguns pontos daqueles relacionados no projeto originalmente organizado para a instalação de colônias militares no Brasil.

O lugar escolhido para a instalação de uma colônia²⁹ deveria reunir o maior número de vantagens: solo fértil e de boa qualidade, a fim de permitir o cultivo de vários produtos; localizar-se perto de um porto de embarque, para facilidade de comunicação; ter ar puro e salubre; estar perto de águas abundantes e potáveis, e que possam oferecer condições de navegabilidade para o rio mais próximo ou para o mar.

O território escolhido deveria ser medido e demarcado por um oficial engenheiro, que realizaria a divisão em

²⁹ Cf. OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *op. cit.* p.243 e segs.

lotes de acordo com o número de colonos a ser instalados. Cada colono teria o direito a receber um lote medindo 150 braças em quadro, aproximadamente 600m², pois que o autor do projeto considerava ideal, supondo como o menor espaço que poderia ser destinado a um colono para que fossem desenvolvidas as suas atividades. No centro do território da Colônia, seria instalado o arraial, onde deveriam ser construídos o quartel, as dependências destinadas ao ambulatório ou hospital, a capela, a escola e casas para o diretor e demais empregados. Estes prédios seriam construídos com a ajuda financeira da fazenda pública.

O autor do projeto considerava que em cada estabelecimento militar desta modalidade, deveria haver duas classes de colonos: os colonos militares, já especificados, e os colonos proprietários, que seriam todos os civis. Os colonos proprietários receberiam as terras designadas pelo regulamento e poderiam dedicar-se ao cultivo de vários produtos ou à pecuária. Os colonos militares tomariam posse de suas terras somente depois de haverem cumprido o período de compromisso militar, quando passariam a ser designados como colonos proprietários conforme especificava o autor do projeto.³⁰

Os militares receberiam em dinheiro o valor correspondente ao soldo e à etapa recebendo ainda o fardamento, de acordo com a tabela em vigor na época da fundação dos referidos estabelecimentos.

³⁰ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *op. cit.* p.244.

A administração colonial seria exercida exclusivamente pelo chefe da colônia, cuja patente deveria ser a de capitão da 3.^a classe do exército. O chefe da colônia contaria com o auxílio de um almoxarife, dois sargentos, quatro cabos, além de um oficial subalterno que o substituiria, em casos de necessidade. Os dois sargentos e os quatro cabos encarregar-se-iam de realizar o serviço de policiamento. Todas as colônias deveriam contar com os serviços de um cirurgião e de um capelão. Sendo que ambos receberiam o soldo equivalente ao de tenente.

Cada colônia deveria construir uma escola de primeiras letras para a instrução gratuita dos filhos dos colonos e dos militares. A escola seria mantida pelo governo.

Todas as pessoas residentes nas colônias militares deveriam obedecer a um regulamento especialmente elaborado. O regulamento determinaria as normas com relação à administração, polícia e defesa da colônia, os direitos e deveres dos civis e dos militares, bem como sobre o regime da colônia.

Em seu projeto, o autor considerava que, inicialmente, esta forma de colonização deveria ser ensaiada com um estabelecimento de pequena escala. Caso os resultados alcançados fossem satisfatórios e os objetivos concretizados, a experiência seria adotada em todas as províncias brasileiras. E acrescentava que a região ao sul do rio Tubarão, em Santa Catarina, apresentava as condições necessárias para o desenvolvimento de uma experiência pioneira.

Esse projeto sofreu modificações posteriormente e

constituiu importante subsídio para os organizadores das futuras colônias militares.

Durante o Segundo Império, o governo criou novas guarnições militares, que foram denominadas de colônias e presídios militares. As colônias militares utilizaram a experiência deixada pelos antigos baluartes e passaram a desempenhar, além disso, uma atividade colonizadora, uma vez que para tal eram enviados os militares acompanhados de suas famílias que, juntamente com os colonos civis e seus familiares, formariam a célula de aglutinação de futuros povoados ou cidades. Os presídios militares, em menor número, foram criados com fins policiais e punitivos.

Encontra-se no bojo da Lei nº 555, de 15 de junho de 1850, ou seja, a Lei Orçamentária do Império para o exercício de 1850-51, a primeira referência à criação do sistema de estabelecimentos militares com a finalidade de povoamento do interior, no período. No capítulo III, que trata das disposições gerais, encontra-se o artigo 11º, cujo 5º item diz, textualmente: "*Estabelecer onde convier, presídios e colônias militares dando-lhes a mais adequada organização*".³¹ Através desse instrumento legal, o Imperador D. Pedro II, proporcionou novo incremento à colonização.

Entretanto, deve ser salientado que a primeira colônia militar instalada no Brasil, data da década anterior à Lei nº 555. No dia 6 de maio de 1840, o presidente da província

³¹ BRASIL. *Leis, decretos, etc. 1850. t.11. p.54.*

cia do Pará, sob a determinação do regente Pedro de Araujo Lima, fundou a Colônia Militar D. Pedro II. Estava localizada na margem direita do rio Araguari, cerca de 550 braças da foz ³², confrontando com o território disputado pela França. Para o local, que foi escolhido pelo comandante da ilha de Baliique, transferiu-se o primeiro diretor, um alferes de comissão. Estava acompanhado da sua esposa, seu filho, e vinte e sete praças casados e as respectivas famílias. As razões alegadas pelo presidente da província do Pará para a fundação desta colônia foram as de povoar a região e torná-la apta a desenvolver-se através da exploração de seus recursos, bem como a de defender e garantir o território brasileiro junto à fronteira com a França. A colônia procuraria assegurar ao Brasil a posse e a inviolabilidade do delta amazônico.³³

A segunda a ser instalada, foi a Colônia Militar de Santa Teresa do Tocantins, pelo Decreto nº 662, de 22 de novembro de 1849, já na previsão da Lei nº 555 do ano seguinte ³⁴, também no Pará. Primeiramente, foi estabelecida à margem esquerda do rio Tocantins, no local denominado Remansão, com o objetivo de assegurar a ordem e a lei e criar condições de desenvolvimento na região. Contudo, estes objetivos não seriam atingidos, e em 1850, seria transferida para as margens do rio

³² BRASIL. Estado Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. v.2 p.512.

³³ *Ibidem*, p. 515.

³⁴ MELLO, Raul Silveira de. A epopéia de Antonio João. p.73.

Araguaia, um ponto não muito distante, onde já existia um presídio militar. Passou a ser denominada de Colônia Militar de São João do Araguaia.

Pelo Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, foram criadas as colônias militares de Leopoldina, em Alagoas e a de Pimenteiras, em Pernambuco. A Colônia Militar de Leopoldina, instalou-se em 1852, nas margens direitas do rio Taquara, com a principal tarefa de expurgar os criminosos e vadios que habitavam as matas do Jacuípe. A de Pimenteiras, com a mesma finalidade, foi localizada entre os rios Pirengi e Fervedos. Ambas mantinham comunicação entre si, uma vez que estavam localizadas na região fronteira entre as províncias de Alagoas e de Pernambuco.

Em virtude do Decreto nº 1266, de 8 de novembro de 1853, foi criada a Colônia Militar de Santa Teresa, na província de Santa Catarina. Inaugurada no ano seguinte, localizava-se na margem norte do rio Itajaí, junto à estrada entre São José e Lages. Foi fundada com a finalidade de,

estabelecendo um nucleo de população armada, naquelles sertões, oppôr uma barreira às constantes incursões do gentio e garantir as communicações do planalto com o litoral, Seria como um posto de militares agricultores, destinado ao policiamento da região e a servir de inicio às populações futuras.³⁵

Neste mesmo ano, criou-se a Colônia Militar São Pe-

³⁵ MATTOS, Jacintho Antonio de. Colonização do Estado de Santa Catharina. p.65.

dro de Alcântara, no Maranhão. Localizou-se na margem direita do rio Gurupi, cerca de quatro léguas acima do povoado de Gurupi. A instalação desta colônia pretendia apoiar a navegação no trecho do rio Gurupi e desenvolver o povoamento na região.

Através do Decreto nº 1331, de 14 de fevereiro de 1854, foi criada a Colônia Militar de Urucu, em Minas Gerais, à beira do ribeirão Urucu, confluyente do Mucuri. Esta colônia procurou evitar os problemas com os índios e proteger os habitantes da região. Entretanto, devido a seca do rio Urucu ocorrida no mesmo ano, ela foi transferida para as margens do ribeirão das Lages.

No mesmo ano, em 8 de abril, o governo imperial, pelo Decreto nº 1363, criou a Colônia Militar de Ōbidos, no Pará. Localizava-se na vila de Ōbidos, à margem esquerda do rio Amazonas, em terreno fértil e de clima benigno. O primeiro diretor foi um capitão-de-mar-e-guerra. Com a intenção de promover a ocupação da área e o desenvolvimento agrícola, o Barão de Mauã, baseado nas instruções governamentais, contratou cerca de 500 colonos portugueses para se instalarem.³⁶

Pelo Decreto nº 1578, de 10 de março de 1855, foram criadas as colônias militares de Nioac (Nioaque) e Rio Brilhante, na província do Mato Grosso. O objetivo principal da instalação de ambas era o de proteger e auxiliar a navegação fluvial entre as províncias do Paranã e do Mato Grosso. A

³⁶ BRASIL. Estado Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. v.2. p.514

cada uma o governo destinou cerca de mil colonos portugueses, para procederem ao povoamento.

Neste mesmo ano foi inaugurada a Colônia Militar do Jataí, no Paranã, que situava-se na confluência do arroio Jataí com o rio Tibagi. A finalidade era auxiliar as comunicações com a província do Mato Grosso, que eram feitas através desse rio.

Na província de Goiás, foram instalados presídios militares que desempenhavam análoga função. Na margem esquerda do rio Tocantins, fundaram-se os presídios de Santa Bárbara, Santa Cruz e Santo Antonio, em 1854. Tinham a finalidade de proteger os colonos e os poucos habitantes estabelecidos na região, dos ataques indígenas. Neste mesmo ano, foram criados os presídios militares de Santa Leopoldina e Santa Izabel, na margem direita do rio Araguaia, que procuraram proteger e auxiliar a navegação do rio, atrair a população para as margens do rio e promover a catequese dos índios.

Torna-se necessário salientar que, após a fundação dessa última colônia militar citada, ocorreram algumas modificações na estrutura básica até então adotada. As primeiras unidades, já enumeradas, foram instaladas no interior do sertão de algumas províncias, com o objetivo primordial de estabelecer uma povoação e de proteger a área abrangida. Porém, nenhum *"destino nitidamente militar, lhes dera o governo"*³⁷. Foram-lhes dado a denominação de colônias militares em virtude da

³⁷ MELLO, Raul Silveira de. *op. cit.* p.72.

presença de um contingente do Exército, comandado por um oficial subalterno que exercia também a função de diretor.

*Estes núcleos, porêm - "sine qua non" - eram constituídos dos únicos elementos a quem o governo podia obrigar (porque ligados pela farda) a permanecer em setores inóspitos, desabitados, sem atrativos econômicos, longe de centros urbanos.*³⁸

É oportuno acentuar que, apesar da denominação recebida, não significava que elas eram estabelecimentos militares. As primeiras colônias foram fundadas pelo Ministério do Império e diretamente ligadas ao Serviço de Terras e Colonização, o que salientava o caráter civil. Quando, em 1855, ocorreu a reestruturação administrativa, coube ao recém-criado Ministério da Agricultura a administração do Serviço de Terras e Colonização e, conseqüentemente, a organização das colônias e presídios militares. Ao Ministério da Guerra cabia a responsabilidade pelo fornecimento dos contingentes militares, bem como pelo equipamento, o soldo e o fardamento necessários. Mas não tinha influência quanto à escolha dos locais ou com referência a direção das mesmas.

1.2 - Modificações na estrutura das colônias militares.

A partir de 1856, as colônias passaram a desempenhar também uma função rigorosamente militar, desenvolvendo então uma vigilância e cobertura das fronteiras longínquas e despovoadas de um modo mais concreto, e passaram a ser subordinadas ao

³⁸ MELLO, Raul Silveira de. *op. cit.* p.72.

Ministério da Guerra. E, com essa modificação introduzida, os núcleos criados a partir de então, desenvolveram uma atividade mais condizente com a denominação.

As colônias criadas sob este prisma, acumularam, juntamente com as funções militares, as atividades sociais e colonizadoras com que já se haviam incumbido anteriormente. E, em virtude dessa nova orientação, foram localizadas, preferencialmente, em áreas limítrofes ou consideradas estratégicas para o país.

A primeira colônia criada dentro da nova orientação, foi a Colônia Militar de Dourados, pelo Decreto nº 1754, de 26 de abril de 1856. Foi inaugurada cinco anos mais tarde, nas cabeceiras do rio Dourados, no Mato Grosso. Os objetivos relacionaram-se com o auxílio que os militares deveriam prestar à navegação interior da província do Paraná para o Mato Grosso e defender e proteger os moradores da região até as fronteiras do Iguatemi e do rio Apa das agressões dos selvagens. E também das pretensões manifestadas pelas nações vizinhas. Além disso, deveriam procurar catequisar os indígenas da região e trazê-los à civilização. A respeito de acontecimentos relacionados com este núcleo militar, MELLO³⁹ procedeu a importantes estudos. Procurou narrar detalhadamente as atividades do Tenente Antonio João Ribeiro na direção da Colônia Militar de Dourados, quando esta, em 29 de dezembro de 1864 sofreu o ataque da frota paraguaia, no início da Guerra do Paraguai. Tomados de surpresa, e por não estar em condições de revidar, o contingente

³⁹ MELLO, Raul Silveira de. *op. cit.* 554p.

militar foi dominado.

Em 1857, foi criado o Presídio de Monte Alegre, localizado na Ilha do Bananal, em Mato Grosso.

Em 1858, foram criadas duas colônias na província de São Paulo: a Colônia Militar de Avanhadava, à margem direita do rio Tietê, junto ao salto cujo nome adotou. Foi fundada com a principal finalidade de apoiar a linha de comunicações internas com a província de Mato Grosso, uma nova alternativa para a tradicional via de comunicação fluvial Paranã-Paraguai, dependente de estados estrangeiros. Aquelas comunicações internas, nada mais eram do que uma repetição da antiga rota dos bandeirantes, usando o rio Tietê. A Colônia Militar de Itapurã, à margem direita do rio Tietê, cerca de 23 Km da foz e a jusante do salto Itapurã, foi inaugurada em 1859. À semelhança da colônia de Avanhadava, ligar-se-ia por estrada de rodagem. O objetivo relacionava-se com o estabelecimento da linha de comunicação interna, entre as províncias de São Paulo e Mato Grosso, com base no sistema hidrográfico do rio Tietê.

No ano de 1859, foram criadas duas colônias militares no Mato Grosso, uma no Rio Grande do Sul e duas na província do Paranã. As colônias fundadas no Mato Grosso foram as de Lamares e a de Miranda. A primeira, localizada na margem direita do rio São Lourenço, procurou conter os bravios índios coroados que há mais de um século atacavam a população da região; e a segunda foi fundada às nascentes do rio Miranda, afluente do rio Paraguai. Na província do Rio Grande do Sul, foi estabelecida a Colônia Militar de Caseros, no povoado de Mato Português, município de Santo Antonio da Patrulha. Esta colônia foi

fundada com a finalidade de distribuir as terras pertencentes ao seu perímetro colonial, para os praças licenciados do serviço ativo do exército. Essa distribuição seria feita de acordo com a legislação em vigor.⁴⁰ Na província do Paraná foram criadas as colônias militares do Chopim e do Chapecô, através do Decreto nº 2502, de 16 de novembro de 1859. Destinavam-se à defesa da fronteira com a Argentina. Deveriam também procurar proteger os habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagü e de Guarapuava contra a incursão dos índios. Além disso, deveriam proceder a catequese dos indígenas e atraí-los à civilização.

A Colônia Militar do Chapecô alcançou um progresso maior do que aquele verificado na do Chopim. A razão deste desenvolvimento, está diretamente relacionada com a atuação do capitão José Bernardino Bormann que fundou e dirigiu, com pequenos intervalos, de 14 de março de 1882 a 16 de julho de 1896. José Bernardino Bormann, excelente militar e de reconhecida cultura humanística, procurou transformar este posto avançado em uma colônia que pudesse estender a

*sua ação civilizatória naqueles invios sertões, estabelecendo, firmemente, as bases de uma pujante comunidade.*⁴¹

Credita-se ao trabalho desenvolvido e dirigido por este militar, o funcionamento de duas escolas de primeiras letras na colônia, da escola de música com a respectiva banda mu

⁴⁰ BRASIL. Estado Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. v.2 p.551.

⁴¹ PIAZZA, Walter F. A Ocupação do Oeste Catarinense. p.53.

sical, do bom relacionamento existente entre os habitantes da colônia e os indígenas da região e, principalmente, a existência de um jornal. O jornal "Xanxerê",

*a princípio manuscrito, e depois impresso na própria Colônia, era uma demonstração do grau de cultura do Diretor da Colônia.*⁴²

Através do Decreto nº 7221, de 15 de março de 1879, foi criada a Colônia Militar do Alto Uruguay, nas proximidades do Passo Grande, município de Palmeiras, na província do Rio Grande do Sul.

Em 1888, foi nomeada uma comissão para proceder à descoberta e fundação de uma colônia na foz do rio Iguazu no Paraná. Esta Colônia Militar da Foz do Rio Iguassu encarregar-se-ia de povoar e proteger a região fronteiriça internacional.⁴³

E com a criação desta última colônia militar citada, encerrou-se, no período imperial, o rol de estabelecimentos militares destinados a desenvolver o povoamento nas várias regiões brasileiras.

1.3 - As colônias militares no período republicano.

Após a proclamação da República, vários destes estabelecimentos foram extintos oficialmente, ou extinguiram-se por falta de recursos e de apoio governamental.

⁴²PIAZZA, Walter F. A Ocupação do Oeste Catarinense. p.59.

⁴³Cf. BRITO, José Maria de. "Descoberta de Foz do Iguassu e Fundação da Colônia Militar". p.55.

No governo de Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, cogitou-se da instalação de novas unidades de colonização militar com a finalidade de fomentar o povoamento nos Territórios Federais, recém criados. As colônias seriam reestruturadas com base na experiência deixada pelas antigas e obedeceriam ao regulamento aprovado em 12 de novembro de 1902, já obedecido pelas existentes. Entretanto, a secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, depois de estudar pormenorizadamente o assunto e apoiando-se no histórico das antigas colônias, apresentou a seguinte conclusão:

Após essa longa experiência que a Nação fez por intermédio do Exército e à custa de inúmeros sacrifícios, seria imprudente repeti-la em moldes idênticos.

A falência das colônias militares seguiu-se um descrédito de cerca de trinta anos, que talvez ainda concorra para aumentar singularmente as dificuldades de seu ressurgimento.

Se o esforço despendido pelo Exército, em cerca de 70 anos, é mais que suficiente para provar o empenho que dedicou ao assunto, resta-nos concluir que o defeito é oriundo do próprio sistema.⁴⁴

Com a publicação dos resultados desse estudo, o projeto de fundação de novas colônias militares passou para segundo plano.

Passados alguns anos, procedeu-se a novos estudos sobre a viabilidade da instalação de colônias em regiões estratégicas do país. E com base nessa análise efetuada constatou-se que, caso fossem modificados certos delineamentos, o

⁴⁴ Apud MELLO, Raul Silveira de. op. cit. p.79.

projeto tornava-se viável. Assim, após cerca de quatro décadas da extinção da última colônia militar, o governo retomou a política de implantação de novos estabelecimentos que aproveitariam a experiência desenvolvida anteriormente.

O suporte legal viria através da lei nº 2597, de 12 de setembro de 1955. Este instrumento reestruturou e reorganizou estes estabelecimentos e garantiu as condições necessárias para o seu funcionamento.

Em 20 de outubro de 1964, foi criada a Colônia Militar do Oiapoque, junto à fronteira com a Guiana Francesa. Um dos objetivos da instalação desta, relaciona-se com a repressão ao contrabando e ao comércio ilegal realizado na região. Além disso, a guarnição militar ali estacionada realizava trabalhos a fim de proteger a fronteira. A colônia, que foi organizada pela Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, órgão do Conselho de Segurança Nacional, recebeu grande incentivo financeiro com a finalidade de dispô-la de modernos padrões de conforto e de trabalho.

Outra tentativa de retorno ao sistema, está sendo realizada junto à fronteira do Peru e da Colômbia. O Decreto nº 60.606, de 20 de abril de 1967, criou a Colônia Militar de Tabatinga, subordinada ao Grupamento de Elementos da Fronteira,⁴⁵ na forma prescrita pelo artigo 5º da lei nº 2597, de 1955. Foi fundada no local do antigo Forte de Tabatinga com a finalidade de povoar e guarnecer esta região fronteiriça.

⁴⁵ MELLO, Raul Silveira de. *op. cit.* p. 83.

Aproveitando-se da experiência desenvolvida em Tabatinga e Oiapoque, estão sendo estudados outros pontos da fronteira na região Amazônica para a criação de possíveis colônias militares.

1.4 - Apreciação geral da política de colonização militar.

O sistema de colonização militar implantado no Brasil, procurou superar as dificuldades e alcançar as finalidades previstas para a sua fundação, ou seja, proceder ao povoamento regional.

As primeiras unidades obtiveram menor êxito, em virtude da falta de assistência governamental e também em consequência da deficiência verificada em sua organização.

Os estabelecimentos fundados posteriormente à modificação na estrutura organizacional, receberam maior incentivo. Entretanto, poucos conseguiram atingir o nível de desenvolvimento considerado como satisfatório. E isso ocorreu em decorrência de vários fatores: estavam localizadas em regiões longínquas e despovoadas de difícil acesso e comunicação; dispunham de poucos recursos financeiros que revelaram-se insuficientes para suprir as várias necessidades. E, na maioria das vezes, não recebiam o apoio de que careciam, principalmente no que diz respeito ao contingente militar, quase sempre inferior às reais necessidades.

As colônias e os presídios militares alcançaram uma importância relativa com respeito a ocupação das áreas limítrofes. Projetadas, muitas vezes, para a proteção e fixação da po

pulação nas áreas de fronteira, atingiram êxito em pequena escala. Quanto aos presídios militares, que foram fundados com o objetivo de proceder às punições regulamentares, atenderam satisfatoriamente aos princípios norteadores de sua criação.

Entre as várias unidades, as únicas colônias militares a depararem-se com o problema de invasão estrangeira, foram as de Miranda e de Dourados, ambas na província do Mato Grosso. Atacadas de surpresa pelas tropas paraguaias, não tiveram condições de rechaçar ao ataque e seus membros foram obrigados a render-se. Nos outros estabelecimentos não ocorreram estes problemas. Contudo, caso sofressem semelhante agressão, dificilmente poderiam revidar adequadamente ao ataque e proteger a posição brasileira, uma vez que contavam com um reduzido contingente militar e pouquíssimas peças de armamento.

Este sistema de colonização obteve um resultado positivo quanto à ocupação humana da área colonial. Praticamente todas as unidades exerceram um grau maior ou menor de atração de contingente populacional para os seus limites territoriais ou áreas circunvizinhas. Durante o funcionamento dos referidos estabelecimentos, a população civil fixou-se e dedicou-se às suas atividades, obedecendo às normas e regulamentos prescritos pela legislação vigente.

Entretanto, verificou-se que quando o contingente militar instalado retirava-se definitivamente, poucos povoados formados, sobreviveram. Esse fato ocorreu devido a falta de infraestrutura civil com que estes povoados foram organizados. As instituições e os serviços administrativos funcionavam em

razão da presença dos militares. Todos os cargos de chefia e de responsabilidade foram ocupados pelos integrantes do quadro militar. Os militares não possibilitaram o preparo necessário para que os civis assumissem o seu lugar. Assim, em quase todos os núcleos verificou-se que, no momento em que a colônia passou para a administração civil, houve uma ruptura no progresso geral alcançado. Geralmente, o decreto de extinção dos núcleos militares era recebido com certa surpresa pelas autoridades coloniais. O que justifica a falta de orientação dispensada para os civis a fim de que substituíssem adequadamente os militares. A maioria dos núcleos populacionais oriundos dos estabelecimentos militares enfrentaram muitas dificuldades, e poucos conseguiram atingir o grau de desenvolvimento alcançado no período em que estiveram sob a administração militar.

Ao elaborar-se esta apreciação geral sobre a colonização militar no Brasil, convém assinalar que várias autoridades civis e militares consideravam como importante e necessário o projeto da instalação deste sistema de colonização. Entre elas, pode-se citar a opinião expressada pelo Duque de Caxias:

*em um país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos inteiramente baldo de população civilizada, em outros apenas habitados por selvagens, limítrofe, além disso, com Estados em idênticas senão menos lisongeiras condições, o estabelecimento de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, é também uma medida de reconhecida necessidade.*⁴⁶

⁴⁶ Apud LOPES, Theodorico Francisco. & GENTIL TORRES, Vicente. Ministros da Guerra do Brasil. p.76.

Presentemente, existem duas colônias militares, criadas na área da Amazônia legal. Estes dois estabelecimentos, Oiapoque e Tabatinga, tem recebido maior apoio e apresentam-se em melhores condições de atingirem os objetivos propostos do que as suas antigas similares. E contam com uma estrutura organizacional mais condizente com as reais necessidades verificadas na região.

Considerando-se que já existe toda uma experiência de colonização, povoamento e defesa das fronteiras e dos locais distantes na hinterlândia brasileira com este tipo de instituição, é de se esperar que o sistema adotado obtenha os resultados previstos e necessários.

CAPÍTULO II

A OCUPAÇÃO E POVOAMENTO

DOS

CAMPOS DE PALMAS

Primeiramente, antes de iniciar-se o estudo da Colônia Militar do Chopim, torna-se necessário efetuar um levantamento a respeito do povoamento verificado na região conhecida como os Campos de Palmas. A inclusão deste referencial possibilita um melhor esclarecimento sobre a região onde foi fundada a colônia citada, bem como as razões apresentadas pelo órgão fundador (governo imperial) para que tal fato se concretizasse.

As primeiras notícias a respeito da região conhecida como os Campos de Palmas, foram obtidas através dos Índios Caingangue⁴⁷ que habitavam os arredores e os campos de Guarapuava. Após a descoberta e a ocupação dos campos de Guarapuava, tornou-se possível a averiguação sobre a existência das terras citadas por aqueles indígenas.

A história do reconhecimento dos Campos de Palmas está intimamente relacionada com as atividades dos membros de um acampamento militar localizado em Guarapuava.

A descoberta da região dos campos de Guarapuava ocorreu em 1770, através da expedição do tenente Cândido Xavier de Almeida e Afonso Botelho. Contudo, esta percorreu a região sem fixar qualquer núcleo de colonização. O reconhecimento, a conquista, e a colonização sistemática somente iniciaram

⁴⁷ "A denominação Caingangue, melhor que Coroado, serve tanto para designar o índio (ou a tribo), como a sua língua." MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farani. Estudos sobre a Língua Caingangue. p.9.

se no início do século XIX, pela expedição do tenente coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Esse fato motivou o aumento da região percorrida pelos bandeirantes e conquistadores paulistas:

Ainda em 1809, Diogo Pinto enviou um contingente para reconhecer os campos ao sul do rio Iguaçu, os campos dos Biturunas, mais tarde denominados Campos de Palmas. O comando deste contingente estava nas mãos do major Atanagildo Pinto Martins ⁴⁸

A maior preocupação do tenente coronel Diogo Portugal, então chefe do acampamento militar instalado em Guarapuava, relacionava-se com a abertura de uma via de comunicação entre aqueles campos e a província do Rio Grande do Sul. Com este objetivo, organizou uma expedição que, sob o comando do major Atanagildo Pinto Martins e tendo como guia o Índio Jongong, procuraria abrir uma picada ou um caminho até a região missioneira gaúcha. Esta expedição, organizada no período de 1814-19, percorreu a porção ocidental dos campos de Palmas, o atual oeste catarinense e foi ter na região pertencente aos campos de Vacaria, na região missioneira. Através dessa tentativa de se estabelecer comunicação entre os campos de Guarapuava e os do Rio Grande do Sul,

descobriu-se uma nova zona campestre que cobre boa parte do espigão divisor Iguaçu-Uruguaí, a qual recebeu a designação genérica de 'campos de Palmas'. Novos horizontes se abriam, então para a expansão da pecuária, e portanto do povoamento do Paraná ⁴⁹

⁴⁸ MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. p.56.

⁴⁹ BERNARDES, Nilo. "Expansão do Povoamento no Estado do Paraná". p.436.

O major Atanagildo Pinto Martins, em virtude das expedições exploradoras foi considerado como o descobridor oficial dos campos de Palmas, aos quais batizou com esse nome, devido à grande quantidade de butiã (*Cocos biospatha*) ou palmas que nele existiam.

2.1 - Primórdios da Conquista

Apesar da notícia da descoberta, não haviam informações seguras sobre a exata posição onde estavam localizados e qual a área territorial que abrangiam. A noção dos campos de Palmas, inicialmente, associavam-se todas as terras que se localizavam além dos campos de Guarapuava para o sul. Como os limites da província de São Paulo, na qual estava incluído o território da futura província do Paraná, na época confrontavam ao sul com o território do Rio Grande do Sul, acreditava-se que as terras dos campos de Palmas divisavam com os campos de Nonoai, na região missioneira gaúcha.

E com a finalidade de conquistar e definir exatamente o perímetro dos campos de Palmas, sertanistas curitibanos e guarapuavanos organizaram bandeiras. Também alguns fazendeiros de Guarapuava tinham interesse em conhecê-los, para estenderem até essas terras as suas fazendas de gado e as suas grandes propriedades.

No ano de 1839, alguns fazendeiros e pessoas interessadas formaram uma associação para constituírem uma expedição com o intuito de explorarem a região destes campos, sob a liderança de Joaquim Ferreira dos Santos e do Padre Ponciano de Araujo.

Entrementes, Pedro de Siqueira Cortes, conhecido homem empreendedor, demonstrou desejo de participar dessa expedição. Porém, como a sua participação foi repelida pelos líderes, procurou organizar a sua própria expedição com outras pessoas interessadas.

A expedição de Joaquim Ferreira dos Santos atingiu os campos de Palmas, atravessando por uma picada o sertão por onde corre o rio Iguaçú, e chegando ao local conhecido como *Alagoa*. Nesse ponto, pararam e dedicaram-se à atividade de prear e recolher os animais que erravam soltos. A outra bandeira, partiu de Guarapuava e tomou direção diferente. Atravessando o rio Iguaçú num ponto mais abaixo, esta bandeira chegou aos campos procurados onde estes apresentam a sua maior extensão. As primeiras medidas tomadas por estes exploradores foram as de atear fogo nos campos, como era de praxe para assinalar a descoberta e a posse. Após assinalar a sua presença, empreenderam a viagem de volta. Para retornar, modificaram o percurso anterior utilizando-se de uma picada já existente, cuja extensão era menor. Com esta decisão, Pedro de Siqueira Cortes provocou o encontro com a outra expedição exploradora, no lugar conhecido como *abarrancamento*, do passo do rio Chopim⁵⁰.

Entre ambas, houve tal altercação sobre o direito da descoberta dos campos que quase partiram para a luta corporal. Depois de acalmados os ânimos, e deixando a questão em aberto, procuraram reunir o maior número de animais.

⁵⁰ Cf. EHLKE, Cyro. A Conquista do planalto catarinense. p.112.

Durante todo o ano de 1839, os membros das expedições procederam ao recolhimento de animais e procuraram iniciar os trabalhos de estabelecimento de algumas fazendas.

No ano seguinte, os integrantes das duas expedições concordaram que a questão deveria ser submetida ao julgamento de dois árbitros. Para esse fim, foram convidados os senhores Dr. João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira, que saíram de Curitiba a 4 de abril de 1840. Chegando em Guarapuava, encontraram o índio Vitorino Condã⁵¹, que os conduziu ao local da contenda, onde chegaram a 28 de maio. E após alguns transtornos, os árbitros decidiram dividir a área em duas partes:

Campos de Palmas, de Cima e Campos de Palmas de Baixo, servindo de limites o rio Caldeira. A expedição de Pedro de Siqueira Cortes coube os Campos de Palmas de Cima e os Campos de Palmas de Baixo, ou do nascente, a bandeira de José Ferreira dos Santos e Padre Ponciano⁵²

Da expedição de Pedro de Siqueira Cortes faziam parte, entre outros, Francisco Ignácio de Araújo Pimpão, Francis-

⁵¹0 Índio Vitorino Condã era o chefe índios caingangue que habitavam as margens do rio Chopim. Seu prestígio estendia-se até os indígenas dos campos de Nonoai. Foi muito útil para os primeiros moradores e fazendeiros dos campos de Palmas porque, possuindo índole pacífica, defendeu os brancos de ataques de outros indígenas belicosos da região. Condã, quando menino, habitara os arredores do destacamento militar de Guarapuava, e aprendera os rudimentos da língua portuguesa. Nesse destacamento, travara conhecimento com Francisco Ferreira da Rocha Loires, ainda menino. Posteriormente, Condã auxiliaria a este engenheiro, quando da construção de uma via de comunicação entre os campos de Guarapuava e os de Nonoai.

⁵²EHLKE, Cyro. op. cit. p.113.

co Antonio de Araujo, Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira, Joaquim de Camargo e Antonio Ferreira dos Santos.

Neste mesmo ano, o comandante Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira, fundou a margem do lajeado Cachoeira a povoação que passou a chamar-se de Capela Bom Jesus de Palmas, origem da futura cidade de Palmas.

Efetuada a divisão da área territorial conquistada entre os quase sessenta participantes, instalaram-se 37 fazendas, que passaram a dedicar-se a criação de gado. De acordo com as informações de um contemporâneo, no final do ano de 1850, estas fazendas contavam com aproximadamente "trinta e seis mil animaes de ventre" ⁵³

José Joaquim Pinto Bandeira, um dos árbitros que efetuou a divisão, escreveu uma interessante memória descritiva que contém informações básicas sobre a antiga região dos campos de Palmas. E é desse autor que será transcrita uma descrição detalhada da região citada:

O Campo de Palmas é de uma configuração irregular; terá vinte leguas na sua maior extensão, e desesseis ou dezoito de largura: jaz ao sul de Guarapuava, e o centro d'elle ficará na latitude sul de 26°. O seu solo é bastante alto, e desde ahí manam varios rios que correm em todos os sentidos. Não tem este campo um grão de areia, como succede em Guarapuava, sendo necessario, aos que d'ella precisam, procural-a no rio Iguacú, ou embaixo da Serra da Esperança. Tem mui bons pastos para a criação do gado cavallar, muar, ovelhum, e me

⁵³ BANDEIRA, José Pinto. "Notícia da Descoberta dos Campos de Palmas!" p.429.

lhor para o vacum: e mais de uma vez se viu o phenomeno de uma bezerra nascida no principio de um verão, dar cria no fim do seguinte.

Frequentes pesquisas tem descoberto, por ali pelas immediações alguns faxinaes, os quaes sendo queimados duas ou tres vezes, tornam-se campos limpos, e servem para o estabelecimento de fazendas de criar ⁵⁴.

Os fazendeiros da região contavam com a proteção e o auxílio de uma Companhia de Municipais Permanentes, criada pela Lei de 16 de março de 1837, pela Assemblêia Provincial de São Paulo. Esta companhia havia sido fundada pelo governo provincial para que em seu nome, procedesse à descoberta dos campos de Palmas.⁵⁵

Durante o período de dois meses e meio em que os árbitros realizavam a divisão dos campos entre os pretendentes, algumas expedições foram organizadas para proceder à exploração das terras das imediações. Seguindo as informações prestadas pelos índios da região, descobriram outros campos e faxinais que receberam o nome indígena de Campo Erê, situado a sudoeste do de Palmas.

A região do Campo Erê foi descrita pelo encarregado da Estrada de Corrientes, Sr. Manoel Marcondes de Sã, em correspondência de 6 de abril de 1864, que enviou ao presidente da província Dr. José Joaquim do Carmo. Ele considerava a região como

⁵⁴ BANDEIRA, José Joaquim Pinto. *op. cit.* p.431.

⁵⁵ *Ibidem.* p.430.

o ponto mais avançado n'aquella direcção até onde tem penetrado nossa população. O campo Erê, separado dos de Palmas, por uma mata, é uma campina cuja superfície abrange uma área de dēz leguas quadradas, communica-se com Palmas por uma tortuosa estrada, tão má, que antes parece um carreiro das feras do que feitura humana; para transpô-la foi me forçado praticar alguns reparos.

O Campo Erê é habitado por 60 a 70 individuos: achei esta porção de meus comprovincia nos reduzidos a um estado calamitozo; a falta de communicação foi um (ilegível) vexatorio lançado sobre elles que cahidos na miseria e daqui na indolencia, tocarião a degradação do selvagem a não ser a estrada de Corrientes que se abre, a qual os vae arrancar d'este estado.⁵⁶

E, mais tarde, em 1840, os fazendeiros e moradores estabelecidos nos campos de Palmas expandiram as suas fazendas de gado mais para leste, para a campina que passou a denominar-se de campos de São João, aumentando ainda mais a região conquistada e habitada pelos brasileiros. Estes campos situavam-se ao sul do rio Iguaçu.

2.2 - Ocupação dos Campos de Palmas

Durante muitos anos, o pequeno núcleo instalado na década de 1840 enfrentou as mais variadas dificuldades geradas, principalmente por estar localizada numa região muito isolada e de difícil acesso ou comunicação. Posteriormente, na década de 1880, seriam tomadas as providências no sentido de atrair a população para a região oeste paranaense. Aproveitando-se do fato de haver grande quantidade de ervais nativos e das extensas florestas existentes, o governo procurou forçar a valoriza

⁵⁶ Offícios. 1864. v.8 p.190 e verso.

ção da região.

A exportação da erva-mate e a exploração da madeira formavam um dos alicerces da economia paranaense nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Estes dois produtos eram fornecidos pela região dos Campos Gerais e de Curitiba. Portanto, com a descoberta de uma extensa região que poderia fornecer simultaneamente estes produtos, tornou-se imperiosa a necessidade de instalar várias colônias. E, tanto o governo federal como o provincial tomaram a iniciativa de fundá-las.

Os primeiros núcleos criados foram localizados ao longo das vias de comunicação dos Campos Gerais com os de Palmas e Guarapuava. Estes núcleos, que foram estabelecidos no interior do sertão, procuraram atrair a população para esta região ainda não explorada. O objetivo primordial da instalação de núcleos isolados e dispersos era de que com o crescimento vegetativo dos mesmos, pudesse ocorrer uma expansão territorial. A expansão das colônias ocasionaria a ocupação e o povoamento da região, que ficaria povoada por igual, constituindo uma das melhores zonas agrícolas do estado⁵⁷. Contudo, como se tem conhecimento, estes núcleos coloniais não tiveram o desenvolvimento esperado, porque enfrentaram uma variada gama de dificuldades e não receberam o necessário apoio governamental.

As populações que dedicavam-se a exploração da erva-mate e da madeira, geralmente trabalhavam para companhias -

⁵⁷ BERNARDES, Nilo. *op. cit.* p.440.

particulares, que em sua maioria ocupavam grandes extensões de terras.

Estas atividades, principalmente a erva-mate não

*requeria organização da produção e quase sempre não impunha gastos. A sua economia de coleta podia se processar em larga escala e não exigia, sequer, permanência nos ervais por mais de um a dois meses, o tempo necessário para a colheita de tarefeiros ou empresários, em troca de diminuta retribuição. As safras ampliaram-se consideravelmente quando a Argentina se abastecia aqui no total de suas necessidades...*⁵⁸

Entretanto, convém assinalar que o consumo em larga escala provocou nos argentinos e paraguaios, vizinhos da referida região, a pretensão de explorá-la *in natura* no território paranaense⁵⁹. Como os limites territoriais achavam-se pouco delineados, tornou-se fácil para que eles instalassem clandestinamente suas próprias ervateiras na área fronteiriça. Tanto os argentinos como os paraguaios haviam tomado conhecimento da existência de grandes ervais e das áreas florestais durante o período da Guerra do Paraguai, quando percorreram parte da região em missões militares. Muitos voltariam, posteriormente a fim de explorarem as florestas naturais e instalarem-se como proprietários de ervais e serrarias, sobretudo os argentinos.⁶⁰

⁵⁸ LINHARES, Temístocles. *Paraná vivo*. p.43.

⁵⁹ Contudo, alguns exploradores preferiram estabelecer as suas plantações em território argentino, o que provocou a diminuição do volume adquirido no Brasil. Essas plantações foram formadas principalmente na região de Misiones, com as "sementes saídas do Brasil e enviadas para ahi clandestinamente". LINHARES, Temístocles. *op. cit.* p.43.

⁶⁰ WESTPHALEN, Cecília Maria *eti alii*. "Nota Prêvia ao Estudo da Ocupação da terra no Paraná moderno". p.4.

Inclusive, mais tarde, a região seria reclamada como pertencente a Argentina pois, alegavam que os limites orientais eram os rios Chapecõ e Chopim. Essa pretensão desencadearia uma questão de limites entre o Brasil e a Argentina.

2.3 - A Questão de Palmas

A problemática de limites que o Brasil manteve com a Argentina no século XIX, envolveu parte do atual sudoeste do Paraná e quase todo o oeste de Santa Catarina. O território contestado formava a maior parte da comarca de Palmas e confinava a Oeste com a área territorial de Misiones, na Argentina e ao Sul com o Rio Grande do Sul, conforme está configurado na figura I.

A Questão de Palmas, ou das Missões, como impropriamente foi denominada⁶¹, envolvia uma área territorial de aproximadamente 30.621 Km² que era reivindicada pela Argentina. A demarcação e definição dos limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América Meridional, foram estipulados pelo Tratado de Madrid, de 1750 e o de Santo Ildefonso, de 1777. Contudo, a demarcação e a definição dos limites não havia sido realizada *in loco*, ocasionando inúmeras e grandes confusões. Em decorrência, registraram-se incontáveis usurpações e violações

⁶¹ A designação de "Missões" dada pelos argentinos ao território que disputou com o Brasil, "é totalmente destituída de procedência. Rio Branco, advogado nosso junto ao árbitro, condenou-a por inadequada. Em verdade, a região das antigas missões jesuíticas do Uruguay não compreende as terras ao norte do rio Uruguay, da foz do Peperý-Guassũ para Leste. As reduções fundadas pelos padres (...) [localizaram-se] inteiramente abaixo do rio Uruguay ..." GOYCOCHEA, Castilhos. Fronteiras e Fronteiros. p.49.

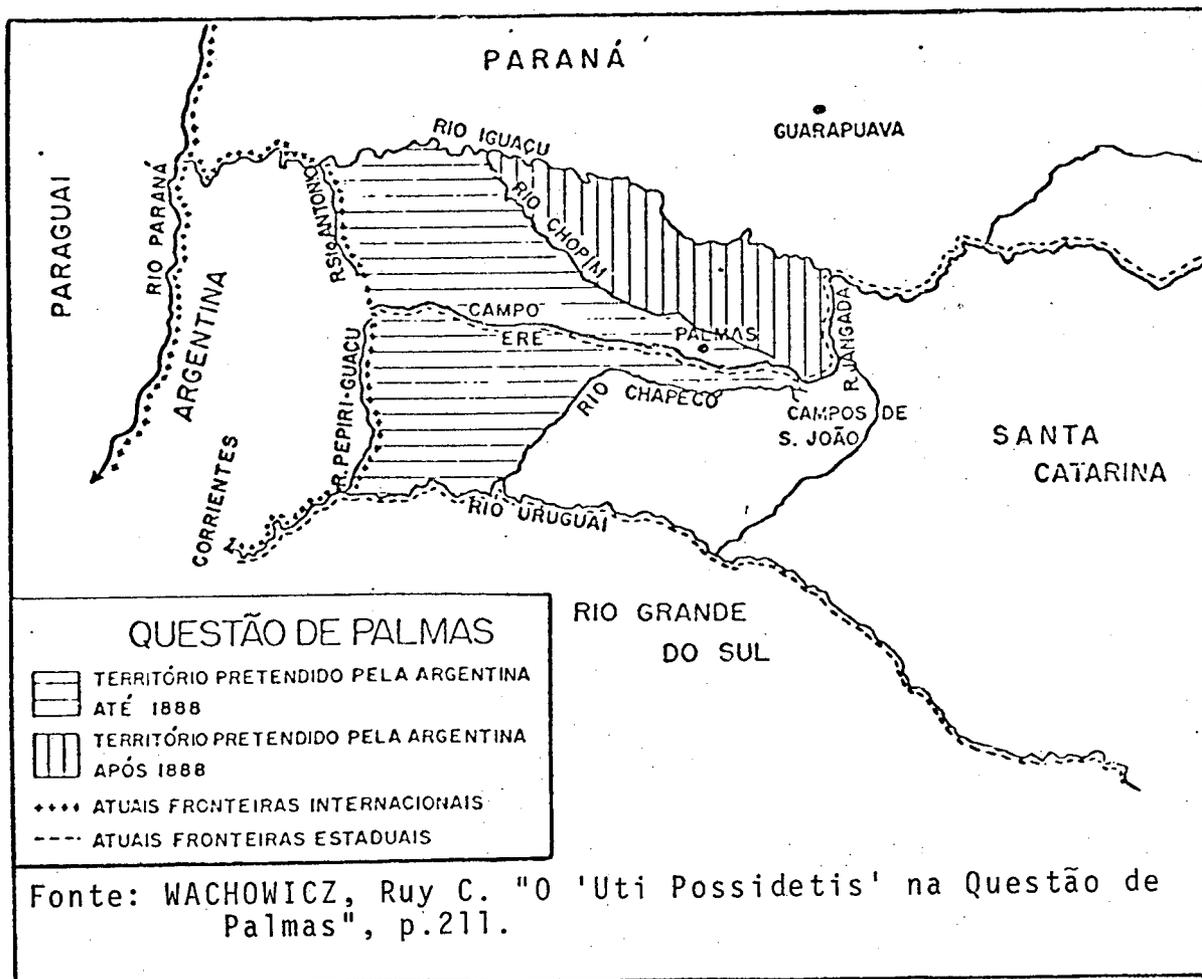


Fig. I
A Questão de Palmas

das linhas limítrofes apontadas pelos tratados, provocadas tanto por portugueses e brasileiros, quanto por espanhóis e argentinos.

O Tratado de Santo Ildefonso estipulava que a linha limítrofe entre Portugal e Espanha, nessa área específica, compunha-se de "três seções perfeitamente distintas: a do Iguazú, a do Uruguai, e a que liga essas duas, formando a fronteira do território intermédio"⁶². Outro item do tratado estipulava que a terceira seção seria formada pelos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antonio, denominação esta há muito utilizada pelos portugueses. Tanto Portugal quanto a Espanha concordavam em que os traçados dos limites deveriam considerar os rios Uruguai e Iguazú como parâmetros fixos. Mas discordavam com relação a determinação dos dois rios que, dirigindo-se em direção oposta para os rios Uruguai e Iguazú, constituiriam a fronteira internacional de ambos os países.

E com o objetivo de solucionar a questão referente a determinação dos rios que formavam a terceira seção, procedeu-se a escolha de duas comissões mistas. Entretanto, os trabalhos realizados pelas comissões demarcadoras formadas por elementos enviados por Portugal e Espanha, logo após a elaboração do tratado, não solucionaram o problema. Considerando-se que a localização dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antonio constaram dos mapas utilizados pelos mentores do Tratado de Santo Ildefonso, concluiu-se que os levantamentos feitos pelas comissões demarcado-

⁶² RIO BRANCO, Barão do. Questões de Limites. v.2. p.2.

ras foram insuficientes e incompletos. Após a apresentação desses resultados, o problema da definição das fronteiras estacionou durante algum tempo.

2.3.1 - Os limites Brasil-Argentina

Os dois países, principalmente o Brasil, demonstravam interesse e preocupação no sentido de definir exatamente a linha limítrofe entre os seus territórios.

E esta preocupação com a demarcação de limites, e as questões a ela referentes, somente foram retomadas depois de ocorrer a independência política da Argentina (1816) e do Brasil (1822). Após esse período, iniciaram-se as conversações entre os dois países a respeito do traçado das fronteiras internacionais.

Em 1857, reuniram-se representantes diplomáticos dos dois países, por iniciativa do Brasil, na cidade do Paraná, capital de Entre Rios e na época considerada a capital provisória da Confederação da Argentina. Os representantes brasileiros sustentavam que a linha divisória deveria ser aquela assinalada pelos tratados, isto é, formada pelos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antonio. Na ocasião, os representantes argentinos concordaram com a posição brasileira, e elaborou-se um documento conjunto, que obteve aprovação unânime. No dia 26 de setembro de 1859, este documento foi levado à consideração do poder legislativo argentino, recebendo a aprovação. Porém, o poder executivo, a quem caberia a resolução final, resolveu adiar a comunicação oficial ao governo brasileiro por um determinado prazo.

Como o prazo marcado para esta comunicação expirou,

sem que a República Argentina apresentasse a sua resolução, o assunto foi relegado a segundo plano e permaneceu arquivado durante algum tempo.

No período de 1865 a 1869, quando o Brasil, a Argentina e Uruguai estiveram formando a Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, o território argentino de Misiones, fronteiro com o Brasil, foi protegido por elementos da Guarda Nacional brasileira, em decorrência dos acordos feitos. Terminada a guerra, o Brasil tentou novamente focalizar a questão da definição das fronteiras com a Argentina, porém esta manteve-se alheia.

Em 1880, o Ministério da Guerra do Brasil, procurou tomar as providências necessárias para tornar efetiva a criação das colônias militares do Chapecô e do Chopim, cujo decreto de criação datava de 1859. E para esse fim, enviou dois destacamentos militares para instalar-se na região. O ministro argentino no Rio de Janeiro, Dr. Luís Dominguez, tomando conhecimento desse fato, e acreditando que as colônias seriam estabelecidas na região oeste daqueles rios, fez verbalmente algumas observações ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Conselheiro Pereira de Souza.

Este incidente, ocorrido no mês de março, revelou que a posição defendida pela Argentina, sofrera modificações. Este país manifestava dúvidas não somente a respeito da exata posição dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antonio. Pela primeira vez, considerava litigioso o território a leste destes rios.

Para a fundação das colônias militares do Chapecô

e do Chopim, foram nomeadas duas comissões encarregadas de proceder aos trabalhos de levantamento da região e de escolher o local para estes futuros estabelecimentos. Em correspondência mantida pelo presidente da província do Paran , João José Pedrosa com o Ministro da Guerra, Visconde de Pelotas, verifica-se a preocupa o e o receio de que argentinos pudessem estabelecer propriedades em terras brasileiras. No ofício de 24 de novembro de 1880, o presidente João José Pedrosa analisa a conveniência de

ser enviado algum corpo de exército para estacionar nas proximidades desses novos estabelecimentos militares, afim por-se-los a coberto de qualquer agressão dos nossos vizinhos ⁶³

O presidente comentava que não tinha certeza absoluta de que os habitantes das províncias de Corrientes e Entre Rios fossem atacá-los, por m, sentia que deviam ser tomadas medidas acautelatórias. Acrescentava que, pelas informa es de que dispunha, havia em "Corrientes, manifesto desejo de fazer-se ocupar o território do Campo-Erê, como parte integrante" ⁶⁴ do território argentino.

Entretanto, no ano seguinte, apesar de ter sido comunicado sobre a situa o difícil, o governo decide retirar as guarni es acampadas no Chapec  e no Campo-Erê, ficando a popula o da região dos campos de Palmas sem esta prote o.

⁶³ Livro de Registro da Correspondência com autoridades fora da província 1880. p.35.

⁶⁴ *Ibidem.* p.35 verso.

Em 1881, o governo argentino apresentou a sua interpretação ao Tratado de 1777, reclamando como limites dois rios mais orientais. Assim, para a Argentina, o rio denominado pelos brasileiros como o Chapecõ, afluente do rio Uruguai, era o Pepiri-Guaçu, enquanto que denominava de rio Santo Antonio, aquele conhecido como Chopim, por sua vez afluente do Iguazu. Com esta declaração, a Argentina pretendia aumentar a extensão do território pretendido.

Entretanto, o governo brasileiro estabeleceu as duas colônias militares na região dos rios Chopim e Chapecõ, situando-as na parte leste dos respectivos rios. Portanto, fora do território pretendido pela Argentina em suas reivindicações.

Em 1885, a Argentina e o Brasil criaram uma Comissão Mista com a finalidade de realizar estudos profundos sobre as suas fronteiras entre os rios Uruguai e Iguazu. Esta comissão, que iniciou os trabalhos em 1887 apresentou o seu relatório final em 1890.

Porém, antes de conhecer o parecer da Comissão Mista, a Argentina apresentou uma nova reivindicação: considerava como o rio Santo Antonio aquele conhecido pelos brasileiros como o rio Jangada, afluente do Iguazu. Através dessa nova petição de 1888, a Argentina pretendia aumentar ainda mais o território litigioso. Em consequência, os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antonio do Tratado de Santo Ildefonso, passaram a ser aqueles conhecidos como Chapecõ e Jangada. A resolução dessa questão pendente desde a época da assinatura do tratado era importante não apenas para

salvaguardar um patrimônio que fôra sempre brasileiro, mas também de prover a defesa do território nacional, pois, a prevalecer a pretensão Argentina, as terras desta penetrariam como uma cunha no Paran  e Santa Catarina, dificultando-se as comunica es com o Rio Grande do Sul ⁶⁵

Em 1889, o ministro plenipotenciário argentino, apresenta, confidencialmente, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros uma nova proposta que consistia na divisão do território contestado. Em virtude do Brasil ter-se recusado a aceitar a divisão da área reivindicada pela Argentina, foi assinado em Buenos Aires no dia 7 de setembro de 1889, o Tratado de Arbitramento. Neste tratado, havia uma ressalva importante: a de que o árbitro escolhido deveria, após estudar os levantamentos feitos por ambos os países, pronunciar-se por apenas uma das partes. Assim, a área em litígio pertenceria, após o laudo arbitral, integralmente a apenas um dos países.

A Argentina apresentou a sua defesa através dos trabalhos realizados pelo seu ministro plenipotenciário Dr. Estanislao Zeballos. Enquanto que o Brasil, representado pelo seu ministro José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, entregou a "*Exposi o que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao presidente dos Estados Unidos da América como árbitro, seguindo as estipula es do tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina.*"

No dia 5 de fevereiro de 1895, o presidente Grover

⁶⁵ LOBO, Helio. Rio Branco e o arbitramento com a Argentina. p.17.

Cleveland, pronunciou o seu laudo arbitral favorável ao Brasil. Em consequência, a linha de fronteira entre os dois países seria formada pelos rios Iguaçu e o Uruguai e os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antonio.

O árbitro da questão baseou-se, principalmente em dois argumentos importantes apresentados pelo Brasil, ou seja o *uti possidetis* e o mapa das Cortes.

O mapa das Cortes, cuja cópia foi encontrada nos arquivos europeus, fora utilizado pelos diplomatas no Tratado de Madrid, assinado no ano de 1750. Nesta carta geográfica, apareciam os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antonio localizados na posição defendida pelo Brasil.

O *uti possidetis* foi de vital importância para o Brasil. Os levantamentos realizados pelo Barão do Rio Branco, provaram que o Brasil já mantinha, sob sua jurisdição, desde 1840, todo o território a leste do rio Pepiri-Guaçu e Santo Antonio, como atestavam a vila e a paróquia de Palmas, a povoação e a paróquia de Boa Vista e outros núcleos populacionais, além de numerosas fazendas espalhadas pela região. Segundo o recenseamento de 1890, na parte contestada pela Argentina existiam 5.793 habitantes, dos quais apenas 30 eram estrangeiros. "Entre êsses não havia um só cidadão argentino".⁶⁶

O Brasil conseguiu provar, através dos importantes e minuciosos estudos realizados pelo Barão do Rio Branco, que

⁶⁶ RIO BRANCO, Barão do. *op. cit.* p.3.

a região pretendida pela Argentina já havia sido conquistada e percorrida pelos portugueses e brasileiros desde o século XVII. Há notícias e relatos de que, a partir de 1636, os bandeirantes percorreram trechos dessa região quando se dirigiam às Missões do Uruguai, com o objetivo de prear os índios.

2.4 - A Estrada de Corrientes

Também relaciona-se com a preocupação do governo brasileiro em ocupar e expandir as atividades dos habitantes dos campos de Palmas, a construção da estrada de Corrientes.

Esta estrada⁶⁷, cuja construção iniciara-se em 1865, estabelecia a ligação entre a região de Palmas e a província de Corrientes. Entre os objetivos principais de sua construção, o principal dizia respeito a traçar um caminho de menor percurso, por onde seriam transportadas as bestas de carga adquiridas pelos brasileiros, nas províncias de Corrientes, Entre-Rios e Missões, na Argentina. Os muares, que destinavam-se ao comércio realizado na feira de Sorocaba, ingressavam em território brasileiro atravessando o rio Uruguai, em terras gaúchas. Os referidos

*animais realizavam, desde a região do criatório até o seu emprego na lavoura cafeeira brasileira, um percurso de aproximadamente 200 léguas, i. é, cerca de 1.200 Km. Este trajeto levava, para ser percorrido, em torno de dois anos*⁶⁸

⁶⁷ Veja-se importantes referências sobre a Estrada de Corrientes em WACHOWICZ, Ruy C. "O 'Utī possidetis' na Questão de Palmas". p.193-217.

⁶⁸ WACHOWICZ, Ruy C. op. cit. p.200.

A abertura dessa estrada equivalia a uma economia de tempo e de capital empregado porque o trecho percorrido seria encurtado aproximadamente 40 léguas. Além do mais, passaria por regiões habitadas por brasileiros, facilitando a comunicação destes com os demais e, acima de tudo, incrementando a expansão e o desenvolvimento populacional e econômico na região dos campos de Palmas, definitivamente integrada ao território brasileiro.

A integração da região que abrange atualmente parte do sudoeste paranaense e do oeste catarinense contou, de forma decisiva, com os estudos realizados pelo Barão do Rio Branco. A sua argumentação baseava-se no princípio do "*uti possidetis*", através do qual conseguiu provar que a região fora povoada e colonizada pelos pioneiros que expandiram-se a partir de Palmas, que pode ser considerado como o foco inicial de povoamento da região circunvizinha.

A população, uma vez estabelecida nos campos de Palmas, procurou ocupar a região próxima, expandindo-se na direção Oeste e Leste, respectivamente para o Campo-Erê e as campinas de São João. Nestes novos espaços geográficos, desenvolveram a criação de gado que, devido as características do solo e do clima, apresentaram ótimos resultados, compensando os esforços empreendidos e estimulando o seu prosseguimento.

Ao criar a Colônia Militar do Chopim e estabelecê-la na região pertencente aos campos de Palmas, o governo imperial visava proteger a população ali existente dos possíveis ataques dos indígenas que habitavam a região próxima. Além de

que, com o estabelecimento de uma unidade de colonização militar próxima ao território contestado pela Argentina, o governo garantiria o necessário auxílio à população localizada num dos pontos mais extremos do oeste paranaense.

No ano de 1859, através do decreto imperial, foi criado este estabelecimento militar. Entretanto, somente em 1880, foi nomeada a primeira comissão responsável pelos trabalhos de exploração e fundação propriamente dita. Os resultados alcançados por esta comissão e aqueles conseguidos pela segunda, que concretizou a fundação, formam o objeto de estudo do capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR

Na província do Paraná, foram fundadas, durante o período correspondente ao Segundo Império, quatro colônias militares, conforme está representado na fig. II.

A primeira a ser instalada foi a Colônia Militar do Jataí, em 1855. Sua finalidade principal consistia em estabelecer e facilitar as comunicações com a província de Mato Grosso. As comunicações seriam realizadas através do rio Tibagi.

A Colônia Militar do Chopim, objeto de estudo da presente dissertação, foi criada, juntamente com a Colônia Militar do Chapecô, pelo Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859. A criação desses estabelecimentos militares não representou um ato isolado. Ele estava inserido em um plano maior de instalação de vários presídios e colônias militares, que foram implantadas a partir da publicação do 5º item do artigo 11º da Lei nº 55, datada de 15 de junho de 1850. Após este ano, muitas unidades de colonização militar, compreendendo estas duas modalidades operacionais, passaram a ser criadas e instaladas nas províncias brasileiras⁶⁹.

A Colônia Militar do Chapecô foi inaugurada no dia 14 de março de 1882, à margem do rio Chapecô, com as finalidades precípuas de povoar a região, proteger a população dos ataques indígenas e, através da catequese, trazê-los à civilização. A Colônia Militar do Chopim, instalada a 27 de dezembro de 1882,

⁶⁹ Para maiores detalhes, ver capítulo 1.

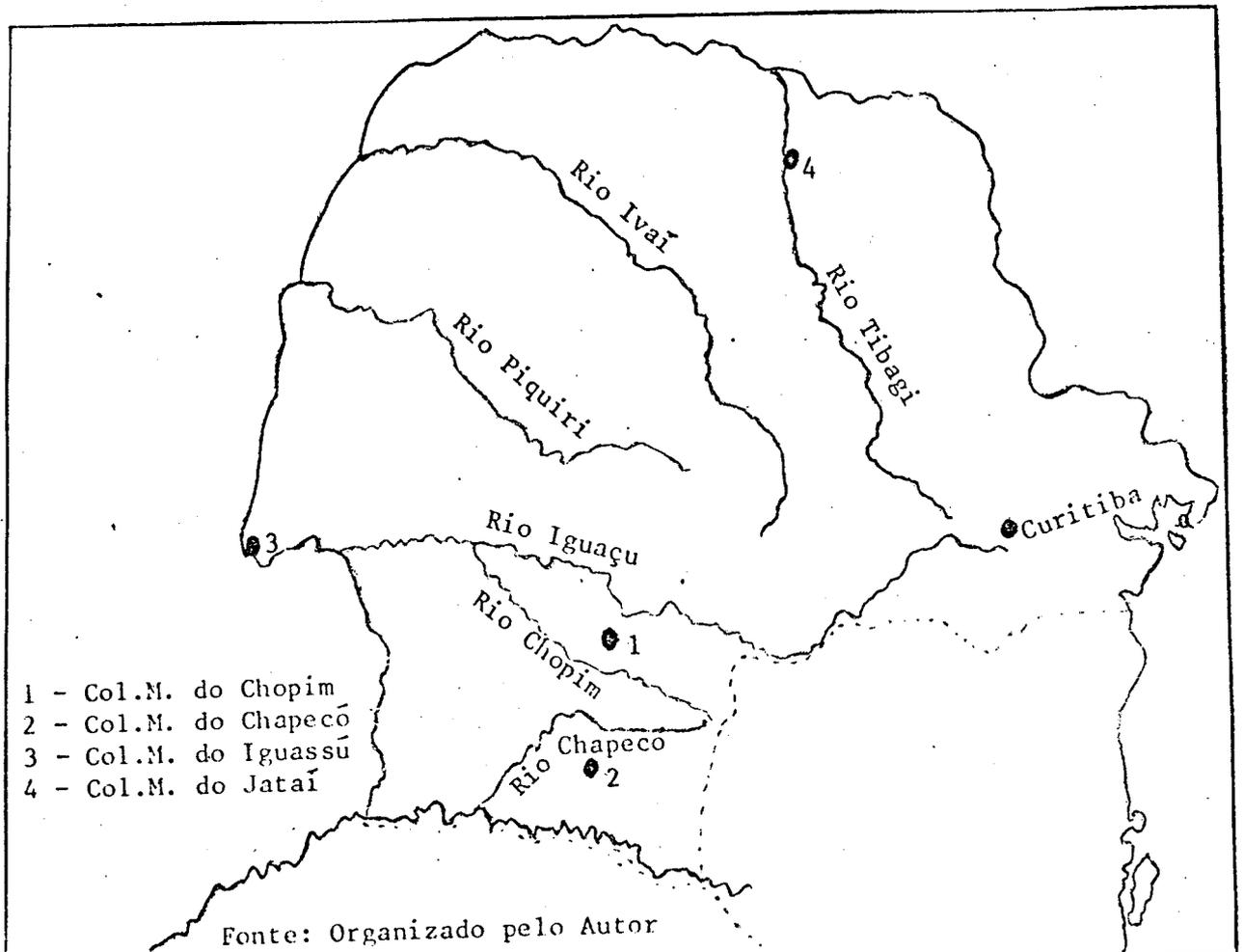


Fig. II

Localização das Colônias Militares no Paraná.

teria idênticos objetivos.

E a quarta, a Colônia Militar da Foz do Iguaçu foi criada em 1889, com o objetivo de povoar e defender a região de fronteira internacional.

3.1 - Razões de Criação da Colônia

O projeto de instalação de mais duas colônias militares na província do Paraná, obedeceu a critérios já definidos quando da criação de estabelecimentos semelhantes em outras regiões. Neste estudo, serão considerados tão somente os objetivos que nortearam a fundação de uma colônia na região do rio Chopim.

A primeira referência aos objetivos, encontra-se no artigo 29 das Instruções que baixaram com o Decreto nº 2.502, de 16 de novembro de 1859. O citado artigo assinala que as colônias do Chopim e do Chapecô

*são destinadas a defesa da fronteira, à protecção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagü e Guarapuava, contra a incursão dos Índios, e a chamar os ditos Índios, com auxilio da catechese à civilização*⁷⁰

Estes objetivos foram traçados preliminarmente, muito antes de ser formada a comissão responsável pela fundação. E apenas parte deles puderam ser alcançados durante o período de existência da colônia. Em relação à defesa da fronteira com a Argentina, este estabelecimento não apresentava condições de en

⁷⁰ BRASIL. Leis, decretos, etc. 1859. v.20. p.578.

frentar um ataque desses vizinhos. A colônia manteve, praticamente em todo o período, um quadro militar reduzido, possuindo diminuta carga de munição e, poucas armas de guerra, insuficientes para rechaçar um ataque inimigo. E dificilmente poderia proteger a população localizada proximamente, como na vila de Mangueirinha, ou na cidade de Palmas, de um eventual ataque argentino ou mesmo de indígenas da região. As distâncias e as dificuldades de comunicação entre a colônia e estes lugares dificultavam a prestação do auxílio necessário, conforme depreende-se da leitura de vários relatórios deixados pelos diretores.

De acordo com os registros existentes, não houve nenhum ataque indígena à população da colônia ou das vilas próximas. Os silvícolas que viviam na região não provocaram problemas de convivência ou de relacionamento com a população branca. No perímetro da colônia viveram, durante muito tempo, cerca de 50 índios, que tiveram um comportamento de bons vizinhos e amigos. Os trabalhos de catequese, com o objetivo de trazer os índios à civilização e ao convívio mais direto com os brancos, foram pouco desenvolvidos.

Entretanto, esses objetivos sofreram modificações quando foi nomeada a comissão encarregada de fundar a colônia. Em 18 de outubro de 1880, o Visconde de Pelotas publicou as instruções que o chefe da comissão deveria obedecer. Nestas instruções consta que a comissão deveria considerar sob o ponto de vista estratégico, comercial e econômico o melhor local para a instalação. E no artigo 3º, especificava que o local deveria

preencher as condições do prospero desenvolvimento, e prestar-se especialmente às da in

dustria pastoril, de modo a poder fornecer de futuro o gado preciso para a alimentação e transporte das praças que tenham de operar em suas immediações ⁷¹

Com respeito aos objetivos e metas traçadas em outubro de 1880, convém destacar que poucos foram atingidos. O local escolhido para a fundação da colônia pode ser considerado como estratégico, porque, situando-se nos campos de Palmas, estava bem próximo da região contestada pela Argentina. E constituía um dos pontos mais avançados de colonização oficial estabelecido no interior do sudoeste paranaense. Porém, não mantinha comunicações regulares com as vilas próximas e o seu sistema de estradas não contribuía para facilitar o intercâmbio necessário e indispensável para que fosse alcançado certo grau de desenvolvimento. Além de que, a linha telegráfica iniciou as suas operações somente na segunda década de existência dessa colônia.

Quanto aos aspectos comerciais e econômicos, a posição da colônia favorecia o desenvolvimento, que seria alcançado em grau maior se as verbas enviadas pelo Ministério da Guerra fossem maiores.

As condições climáticas e topográficas da região, permitiam o desenvolvimento em escala razoável da pecuária. Alguns colonos, que conseguiram ultrapassar as dificuldades, possuíam um plantel com muitas cabeças. Contudo, o número de animais da colônia não alcançaria a quantidade suficiente para transportar os praças que estivessem realizando missões na re-

⁷¹BRASIL, *Leis, decretos, etc.* 1859. v.20 p.578.

gião. E o gado de corte poderia alimentar durante pouco tempo, um destacamento formado por um número razoável de soldados.

Em decorrência do observado nos livros e relatórios dos diretores, pode-se afirmar que a colônia caracterizou-se como sendo um estabelecimento agrícola e militar. Nesse sentido, tinha um objetivo de ocupação do solo para expandir a produção agrícola e pastoril. E de acordo com as indicações informativas da produção e do comércio, a colônia obteve sucesso nesse propósito. As famílias, tanto civis quanto de militares, permaneceram e produziram enquanto o estabelecimento funcionou com suas características pré-fixadas.

Consequentemente, os objetivos traçados para a fundação e localização da Colônia Militar do Chopim foram alcançados em parte. Este estabelecimento conseguiu fixar a população na região, porém, em 1909, ocorreu a transferência para a administração civil. E essa mudança provocou não só a desorganização do núcleo populacional como também a saída de grande parte da população para outras regiões, ocasionando verdadeiro esvaziamento demográfico.

3.2 - Escolha do local da colônia

Conforme ficou supra mencionado, a criação das colônias militares do Chopim e do Chapecô, foi regulamentada pelo Decreto nº 2.502. O artigo 1º das instruções que baixaram com o referido decreto, informava que

O Presidente da Província do Paraná estabelecerá mais duas colônias militares na dita Província, huma ao occidente do rio Chapecô nos Campos do Erê, ou ainda mais para

poente, e no ponto que mais apropriado julgar, e outra ao occidente dos Campos de Guarapuava, nos de Xagū, ou ainda mais para o poente e tambem no ponto que mais conveniente fôr ⁷²

Como se observa pelo citado artigo, o Decreto não definiu exatamente o local onde deveriam ser instalados os tais estabelecimentos. Em consequência, o local seria escolhido pelos membros das comissões criadas para tal fim. Na região conhecida como o Campo-Erê, foi fundada a Colônia do Chapecô ⁷³, nas proximidades do rio Chapecô e do local conhecido como Xanxerê. A segunda colônia citada neste artigo, foi fundada nas proximidades do rio Chopim, afluente do rio Iguaçu, e numa região a ocidente do ponto assinalado como os Campos do Xagū ⁷⁴.

Apesar da importância da criação dessas duas colônias, somente em 1880 foram criadas as duas comissões responsáveis pela fundação das mesmas. Pela portaria de 20 de setembro, o Ministério da Guerra convocou as respectivas comissões.

A comissão responsável pelos trabalhos de fundação

⁷² PEDROSA, João José. Relatório do Presidente da Província. 1881. p.48.

⁷³ A Colônia Militar do Chapecô recebeu esse nome em virtude de ter sido localizada próxima ao rio Chapecô, afluente do Uruguai. Convém assinalar que a atual cidade de Chapecô, em Santa Catarina, não tem relação direta nenhuma com a antiga colônia.

⁷⁴ A região conhecida como os Campos do Xagū situava-se mais a leste do local onde foi instalada a colônia e possivelmente fosse abrangido pela área do atual município de Laranjeiras do Sul, no Paraná. Nestes campos, na margem direita do rio Iguaçu, estava instalado um aldeamento indígena, que fora criado pelo Aviso Imperial de 21 de outubro de 1858. A preocupação maior dos diretores do referido aldeamento, dizia respeito a evitar os ataques e os assaltos que os índios procuravam efetuar contra os habitantes da região e os comerciantes, viajantes e tropeiros que a percorriam.

e instalação da colônia do Chopim chegou a Curitiba, procedente da capital federal, no dia 1º de novembro de 1880. Formada pelo Capitão do Estado Maior de Artilharia engenheiro Francisco Clementino de Santiago Dantas, que exercia as funções de chefe da mesma, pelo 1º tenente do 4º Batalhão de Artilharia a pé Antonio Tertuliano da Silva Mello como ajudante e pelo tenente honorário do exército Felismino José Caldas, responsável pelos trabalhos de almoxarife e de escrivão. Estava acompanhada por um contingente de 42 praças da arma de infantaria⁷⁵. A comissão contava ainda com os serviços do 2º cirurgião, Dr. José Gomes do Amaral.

Esta comissão havia recebido, ainda no Rio de Janeiro, as recomendações e instruções necessária para a sua atuação. De acordo com essas instruções, assinadas pelo Ministro da Guerra, José Antonio Corrêa da Camara, Visconde de Pelotas, em 18 de outubro de 1880, a comissão deveria apresentar-se ao presidente da província, Dr. João José Pedrosa para que dele recebesse os recursos indispensáveis para o desempenho de sua missão.

No artigo 2º dessas instruções, consta que

Na região denominada Campo-Erê, nas proximidades da foz do rio Iguassú, ou no ponto que mais convenha, ao sul do dito campo, deve ser escolhida pelo chefe da respectiva comissão a localidade para a fundação de uma colônia que se denominará - Erê -, depois de proceder pessoalmente a todos os reconhecimentos, procurando (...) todos os esclarecimentos e informações que lhe possam ser

⁷⁵ Cf. PEDROSA, João José. op. cit. 1881. p.47.

*necessárias, afim de verificar as vantagens do melhor local para o estabelecimento da colônia, considerando tanto sob o ponto de vista estratégico, como o comercial e economico,...*⁷⁶

Observa-se neste artigo que foi modificada a localização da futura colônia, com relação ao que havia sido estipulado pelo Decreto de criação. De conformidade com o Decreto nº 2.502, de 1859, seria criada uma colônia nas proximidades dos Campos do Xagü. Enquanto que pelas *Instruções*, datadas de 1880, dadas para a comissão fundadora, a colônia localizar-se-ia na região do Campo-Erê, e passaria a ser denominada de Colônia Erê. Nesse período intermediário entre a data de criação (1859) e a nomeação da comissão fundadora (1880), modificou-se o conceito com relação a localização do Campo Erê. A região conhecida como Campo Erê situava-se na parte meio-oeste da província do Paranã, distante da foz do rio Iguaçu. E esta região, atualmente engloba parte dos municípios do sudoeste paranaense e do extremo oeste catarinense. Posteriormente, o nome seria alterado para Colônia do Chopim, devido a sua localização.

Percebe-se como foram salientados e destacados os parâmetros que deveriam ser considerados pela comissão encarregada de escolher o local da futura colônia. E no artigo 3º recomendava que o local deveria caracterizar-se como sendo região de futuro desenvolvimento econômico.

O artigo 5º das referidas instruções, assinalava que

⁷⁶ Cf. PEDROSA, João José. *op. cit.* 1881. p.48.

após a definição do local, deveriam ser tomadas as providências para a divisão em lotes de "uma área não inferior a 43Km²,56, correspondente à do quadrado cujo lado é de 6Km6,..."⁷⁷, onde seriam feitas as instalações adequadas ao funcionamento da colônia.

O chefe da comissão deveria remeter, mensalmente, ao Ministério da Guerra, um relatório sobre os trabalhos desenvolvidos e que deveria ser acompanhado pela planta da colônia, com a divisão dos lotes rurais e urbanos. Uma cópia do mesmo seria encaminhada ao presidente da província, para que fosse arquivado.

O artigo 109, último das instruções, recomendava que a comissão elaborasse um trabalho descritivo dos terrenos percorridos durante a viagem da capital do Paraná até o local da colônia. Nessa memória descritiva, deveria ser considerados

*o seu solo, a sua flora, as estradas que estejam em comunicação com as que seguirão seus pontos de partida e onde vão terminar, com todos os esclarecimentos sobre a conveniência de melhorá-las. Estudarão os cursos de água que atravessarem, sua navegabilidade e vantagens resultantes ao comércio e defesa da província, e tudo mais quanto possa interessar ao país relativamente a riquezas não exploradas*⁷⁸

Nos livros relativos à colônia, não existiam refe

⁷⁷ Cf. PEDROSA, João José. *op. cit.* 1881. p.48.

⁷⁸ *Ibidem*, p.49.

rências a este trabalho descritivo e também nada consta nos registros da correspondência recebida pelo presidente da província.

Após receber os instrumentos e mantimentos necessários, a comissão partiu no dia 11 de dezembro. Seguindo o itinerário pré-estabelecido, essa comitiva enfrentou muitos obstáculos até conseguir chegar à região do Campo Erê. Nessa região, que na época era pouco conhecida e não existiam definições exatas a respeito dos seus contornos, procederam aos trabalhos de reconhecimento e levantamentos do local para a instalação da colônia. A comissão, tendo iniciado os trabalhos necessários ainda não havia decidido pelo local mais adequado, quando chegou a ordem do Ministério da Guerra, de junho de 1881, para que regressassem ao Rio de Janeiro. Mediante essa ordem, tanto a comissão do Chopim, quanto a do Chapecô, foram obrigadas a retirar-se da região e encerrar as atividades do destacamento militar provisoriamente instalado.

Os trabalhos realizados por essa primeira comissão demonstraram não só a necessidade de que fosse modificado o lugar de instalação, como também que deveria ser fundada outra na região da foz do rio Iguazu, que situava-se mais a oeste da região percorrida.

Quando procedeu-se a nomeação de nova comissão, esta recebeu recomendações no sentido de que a colônia deveria ser fundada

entre a margem direita do Chopim e a esquerda do Iguassu, aproximando-se da foz

*do primeiro d'esses rios e tendo a denominação de 'Colônia do Chopim.'*⁷⁹

Como chefe e encarregado da nova comissão, foi nomeado novamente o capitão, Francisco Clementino de Santiago Dantas. Seguiram como ajudantes o capitão do 1º Batalhão de Infantaria bacharel Belarmino Augusto de Mendonça Lobo e o capitão do 3º Batalhão de Artilharia bacharel Antonio Tertuliano da Silva Mello. Os trabalhos de almoxarife e escrivão seriam realizados pelo tenente honorário do exército José Lucas Barbosa. O Dr. Cesar Ferreira Pinto ficou encarregado da farmácia e dos serviços médicos. O contingente, formado por 40 praças, sendo 20 de cavalaria e 20 de infantaria, estava sob o comando de um oficial subalterno do 2º corpo de cavalaria⁸⁰. Acompanhavam-na ainda, as respectivas esposas e filhos, além de algumas famílias de colonos civis. A comissão apresentou-se ao presidente da província, Dr. Sancho de Barros Pimentel, a 5 de outubro de 1881.

Utilizando-se das informações contidas nos relatōrios dos presidentes da província, torna-se possível relatar as atividades desempenhadas pela comissão até a fundação da colônia propriamente dita.

No dia 3 de novembro, de posse dos equipamentos e suprimentos fornecidos pela presidência da província, a comissão partiu de Curitiba.

O primeiro acampamento foi estabelecido no dia 29

⁷⁹ PIMENTEL, Sancho de Barros. Relatório do Presidente da Província. 1882. p.13

⁸⁰ *Ibidem*, p.14.

de novembro, às margens do rio Iguazu, no distrito do Algodoeiro, em Guarapuava. Segundo José Lima de Figueiredo, esta região era denominada de Algodoeiro, "*em virtude da grande plantação de gossypium herbaceum, que facilmente florescia*" ⁸¹

No dia seguinte, o chefe da comissão organizou duas expedições para que, simultaneamente, procedessem a exploração da região com a finalidade de escolher o local para a futura colônia. Uma das expedições desceria o rio Iguazu em demanda da foz do rio Chopim e dela faziam parte: o capitão Santiago Dantas, o engenheiro Silva Mello, além de alguns soldados. Acompanhavam-no o capitão Frederico Guilherme Wirmond e seu filho Augusto Wirmond que voluntariamente haviam aderido aos trabalhos de exploração. A outra, que seguiria por terra com o mesmo objetivo, estava sob o comando do capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, auxiliado pelo capitão Antonio Tertuliano da Silva Mello e contava com os serviços de alguns praças. Esta expedição procuraria abrir picadas que servissem de "*viação à cavalaria e ao gado que devia nos primeiros tempos alimentar a colônia*" ⁸²

A expedição fluvial, que partiu no dia 6 de dezembro, alcançou no mesmo dia a foz do rio Cavernoso. No dia 7, chegou na ilha do Herculano, já conhecida. No dia seguinte, descobriu outra ilha, que passou a ser denominada Dória. Um pouco

⁸¹ FIGUEIREDO, José Lima de. Oeste Paranaense. p.185.

⁸² CARVALHO, Carlos Augusto de. Relatório do presidente da província. 1882. p. 110.

mais abaixo, no mesmo rio, encontrou um arquipélago ao qual denominou, Saraiva, mais além deparou com uma cachoeira intransponível, cuja existência desconhecia-se. Este obstáculo obrigou os militares a regressar ao acampamento pioneiro.

No dia 15, o capitão Dantas comunicou ao presidente da província Dr. Sancho de Barros Pimentel que já havia

*regressado da exploração que fizera pelo rio Iguassu, aguas abaixo, tendo percorrido em uma extensão de dez léguas, terrenos de sorprendente fertilidade*⁸³

A expedição que seguiu por terra, iniciou seus trabalhos de exploração no dia 5 de dezembro. Ela atravessou vários cursos d'água, e abriu muitas picadas, até encontrar um rio que apresentava características parecidas com a do rio procurado. As principais características que confundiram os exploradores, diziam respeito ao grande volume de água do rio e a direção tomada pelo mesmo porque, vindo na direção Sul, pedia para o Oeste. Pensando ser o rio Chopim, e como as condições eram precárias para continuar, pois os víveres estavam escassos o capitão Belarmino resolveu regressar, após três meses de trabalhos e de incertezas.

Alguns dias após, o capitão Belarmino e o capitão Santiago Dantas procederam a observações mais acuradas, com o objetivo de identificar o rio encontrado e sobre o qual pairavam dúvidas. Os dois capitães concluíram que não se tratava do

⁸³ PIMENTEL, Sancho de Barros. *op. cit.* 1882. p.14.

rio procurado.

A synthese dos trabalhos da comissão até esse ponto foi uma combinação de linhas de comunicação, a fluvial e a terrestre, tornando-se assim possível o transito de cavalos e bestas de carga por terra até um ponto em que podia com facilidade ser fornecida de víveres a expedição ⁸⁴

De volta ao acampamento pioneiro, o capitão Belarmino dirigiu, durante algumas semanas, os trabalhos de ampliação das picadas e melhoria dos caminhos abertos anteriormente. Nesse serviço, contava com o trabalho dos praças do contingente. Procuraram melhorar o caminho que ligava o Distrito do Algodoeiro à cidade de Guarapuava, com a finalidade de facilitar as comunicações e o trânsito dos cavalos e das bestas de carga.

No intervalo de tempo em que a comissão ficou no acampamento pioneiro, muitos dos praças que encontravam-se doentes ou em precárias condições de saúde, aproveitaram para curar-se ou recuperar as forças a fim de prosseguir nos trabalhos.

Após esse período de tempo, os membros da comissão procuraram reiniciar a marcha e retornar aos trabalhos de exploração da região.

Ampliando as picadas traçadas anteriormente, e modificando o rumo, a comissão chegou a um ponto inferior do rio Chopim, cerca de três léguas acima da foz ⁸⁵. Todos os membros da comissão, desceram esse rio a fim de encontrar a confluên-

⁸⁴ CARVALHO, Carlos Augusto de. *op. cit.* 1884, p.110.

⁸⁵ D'OLIVEIRA, Brazílio Augusto Machado. Relatório do presidente da província. 1884. p.34.

cia com o rio Iguaçu. Nesse trajeto, encontraram uma ilha a que denominaram Affonso Penna. Um pouco mais além, encontraram um salto que passou a denominar-se de Tertuliano. Constataram que pouco antes desse salto, o rio Chopim apresenta uma largura de 400 metros. Cerca de duas léguas mais adiante, encontraram "um vau e uma corredeira, que lhe embargaram o passo" ⁸⁶. Em virtude desses obstáculos encontrados e por estar em precárias condições para prosseguir, devido a falta de víveres e doenças que haviam atacado alguns militares, a comissão foi obrigada a paralisar, temporariamente, os trabalhos.

Neste ponto, ficou

terminada a parte mais difficil dos trabalhos de exploração da commissão para a qual tornou-se necessaria a abertura de uma pica da de 94 Kil.400 ou de 14 leguas quasi rectilineas ⁸⁷

Estas explorações, indispensáveis para a determinação correta da foz do rio Chopim, provaram que nem o Iguaçu e nem o Chopim apresentavam condições de navegabilidade no trecho percorrido. Este fato demonstrou que, indubitavelmente, a posição pré-fixada não apresentava as condições necessárias para o estabelecimento da colônia.

Concluíram ainda que, os terrenos situados na região da foz do rio Chopim, embora excelentes para a agricultura, não apresentavam boas condições para o desenvolvimento e a cria

⁸⁶ PARANÁ, Sebastião. Chorographia do Paranã, p.405.

⁸⁷ CARVALHO, Carlos Augusto de. *op. cit.* 1882. p.110.

ção de gado, devido a falta de campos. Além disso, caso o estabelecimento militar fosse fundado na referida posição, o mesmo ficaria muito distante das cidades mais próximas, Guarapuava e Palmas⁸⁸.

Em virtude dessas conclusões, o chefe da comissão decidiu que deveria ser explorada uma localidade mais adequada, pertencente à região prescrita pelas instruções recebidas.

Durante o período em que os trabalhos de exploração foram paralisados, procurou-se melhorar a picada traçada até as margens do rio Dória, afluente do Iguçu e igualmente a abertura de uma via de comunicação com os campos de Palmas. Nas proximidades do rio Dória, formaram um centro de recursos, onde foram efetuadas plantações de roças e construções de alguns ranchos provisórios. Neste centro de recursos ficariam alojados, em caráter temporário, os componentes da comissão.

Posteriormente, retomaram os trabalhos de exploração do rio Chopim, e chegaram finalmente a um local que lhes pareceu como o mais indicado para a instalação.

O local, cortado pelo rio Pedrosa, situava-se em um planalto de pinheirais, na margem esquerda do rio Iguçu e à direita do Chopim. E no dia 27 de dezembro de 1882, o chefe da comissão anunciou aos demais membros que aquele seria o lugar da projetada colônia. Terminavam assim os trabalhos de exploração realizados durante treze meses, aproximadamente.

⁸⁸ D'OLIVEIRA, Brasílio Augusto Machado. *op. cit.* 1884. p.34.

Na ata elaborada na oportunidade (anexo I), consta que

Aos vinte e sete dias do mez de Dezembro do ano de mil oitocentos e oitenta e dois, decimo quarto aniversario do combate intre as forças brasileiras e aliadas que expeliram as paraguaias das posições de Lomas Valentinas na República do Paraguay, reinando sua Majestade Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, sendo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra o Senhor Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo e Presidente da Provincia o Excellentissimo Senhor Doutor Carlos Augusto de Carvalho, nesta provincia do Paranã, no municipio de Palmas, entre o Chopim e o Iguassu ao oriente do Doria e ao occidente do Chopinzinho sobre as duas margens do Pedroso, afluente do ultimo (...) foi fundada a Colonia Militar do Chopim pela Comissão composta do Capitão bacharel Francisco Clementino de San - Thiago Dantas como chefe, dos Capitães Belarmino Augusto de Mendonça Lobo e Antonio Tertuliano da Silva Mello como ajudante e do Alferes Saturnino Augusto de Mendonça Lobo como escrivão, almoxarife e commandante interino do contingente que acompanha a comissão ⁸⁹

Nesta ata consta também o nome dos colonos com as respectivas famílias e dos militares e seus familiares presentes, conforme pode ser verificado na relação (anexo II). De acordo com o teor da ata, estiveram presentes no ato, 107 pessoas. Deste total, 39 eram militares, que com suas famílias formavam 81. Acompanhavam a comissão, cinco famílias de colonos civis e mais 04 solteiros, formando um grupo de 26 pessoas.

3.3 - Localização geográfica

Este núcleo militar não esteve localizado, como parece indicar a sua denominação, no vale do rio Chopim. Ele es-

⁸⁹ Ata da fundação da Colônia Militar do Chopim. Anexo I.

tendeu-se na bacia do rio Iguaçu, entre os seus afluentes Chopinzinho e Dória. E, segundo o presidente da província Brazílio Augusto Machado D'Oliveira, este fato

*não contraria as instrucções porque em meu parecer, quando ellas determinarão que a colonia se approximassee da fõz do Chopim, especializarão apenas a zona do Iguassu, rio principal, proximo do Chopim seu afluente.*⁹⁰

A sede da colônia situava-se a cerca de 650 metros acima do nível do mar. A posição geográfica, de acordo com PARANÁ⁹¹ ficava aproximadamente a " 25°46' de lat Sul, e 9°27' de long Oeste do Rio de Janeiro". Localizava-se a noroeste da vila de Palmas e a sudoeste da cidade de Guarapuava, entre os rios Iguaçu e Chopim, distando "do 1º, em direção aos Campos das Laranjeiras apenas 22 Kilometros e do 2º 30 Kilometros, mais ou menos"⁹², como pode ser observado no mapa (fig.III).

A colônia distava cerca de 24 léguas da cidade de Guarapuava, 22 da vila de Palmas, 17 da vila de Bella Vista (hoje Clevelândia) e 7 do distrito de Mangueirinha.⁹³

O presidente da província Brazílio Augusto Machado D'Oliveira realizou uma visita de inspeção à colônia em 1884. E fez uma descrição do trajeto entre a capital e a sede da colônia. Devido as informações importantes que presta, transcrever

⁹⁰ D'OLIVEIRA, Brazílio Augusto Machado. *op. cit.* 1884. p.34.

⁹¹ PARANÁ, Sebastião. *op. cit.* p. 406.

⁹² Colônia Militar do Chopim. v.393. p.4.

⁹³ PARANÁ, Sebastião. *op. cit.* p.407.

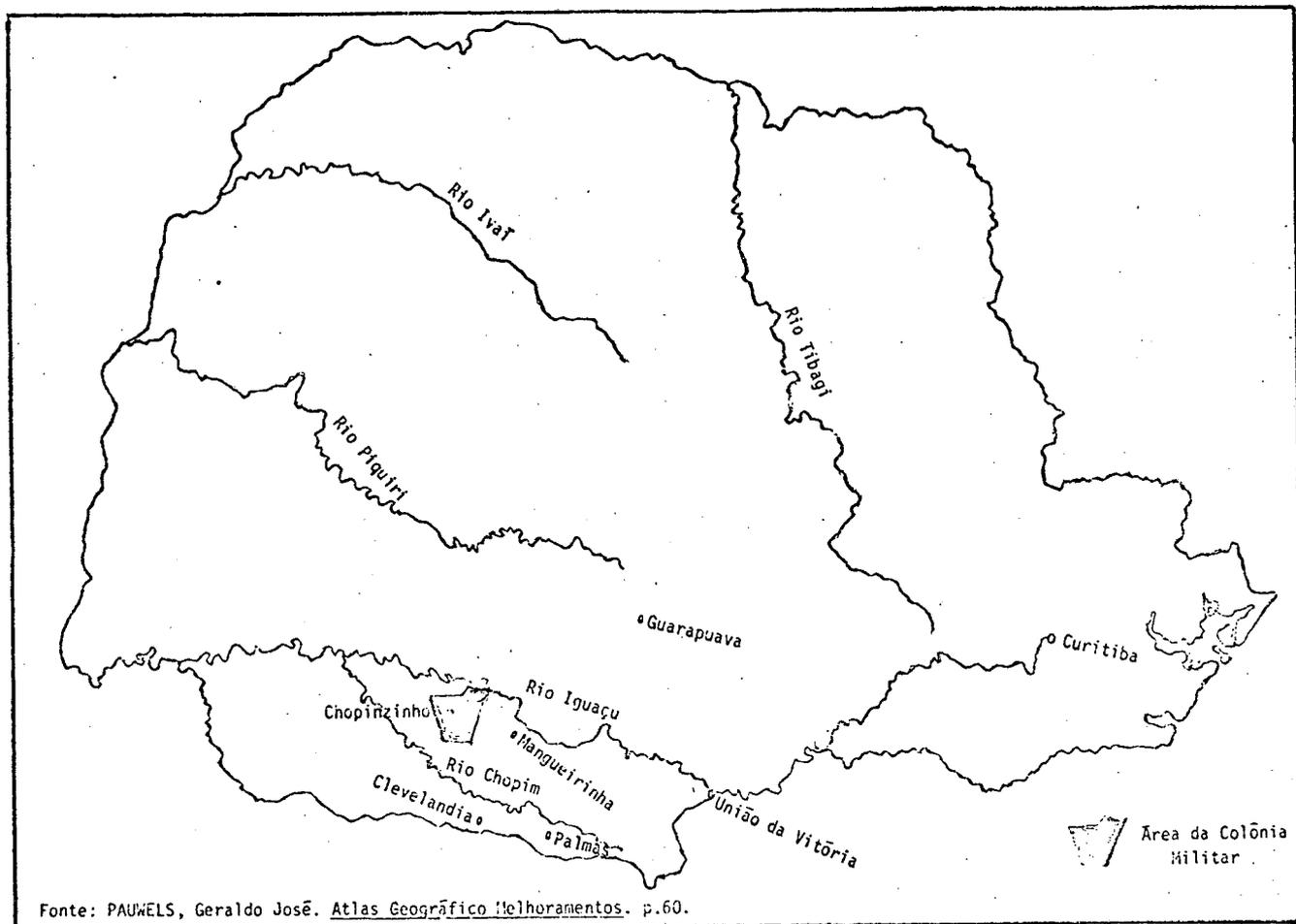


Fig. III
 Posição da Colônia Militar do Chopim
 no Estado do Paraná

se-ã o trecho referente.

A Colonia do Chopim o caminho mais curto e seguido e o de Guarapuava para passar-se o Iguassu no districto Algodoeiro.

Este trajecto, que mede, desde Curityba a colonia, 472 Kilometros, pode considerar-se dividido assim: De Curityba a villa de Imbituva, passando pela villa da Palmeira, pela cidade de Ponta Grossa e villa das Conchas, a estrada e de carros, e offerece fa cil transito, com a extensao de 204.6 Kilo metros.

Da villa de Imbituva a cidade de Guaruapuava, o caminho atravessa a serra da Esperanca, corta em geral terreno muito ac cidentado e so permite penosa passagem a tropa de cargueiros e a cavalleiros. Este mau trecho tem a extensao de 118,8 Kilometros. Ao lado, porẽm, acha-se em construcão uma estrada para carros, administrada pela diretorio dos telegraphos, para a qual a provincia ja concorreu com a quantia de 30:000\$000. Percorri esta nova linha, que poderã encurtar 14 Kilometros entre Imbituva e Guarapuava, (...). De Guarapuava ao Algodoeiro, nas margens do Iguassu o caminho e plano, na sua quasi totalidade de 118 Kilometros. Do Algodoeiro a colonia, ha uma picada de 30 Kilometros, mandada abrir pelo capitao Dantas. O caminho da colonia a villa de Palmas tem 112 Kilometros, pela maior parte em campos, 40 destes pertencem a uma picada em mata virgem, aberta pelo chefe da comissao.

Esta picada e a do Algodoeiro, quando - mais descortinadas, podem mediante algumas modificações, no traçado, prestar-se ao tran sito de carros.⁹⁴

O núcleo da colônia apresentava um perímetro de aproximadamente 5 Kilometros. Era cortado pelo rio Pedrosa, afluente do rio Iguacu, e seria destinado a abrigar as construções referentes a administração colonial, as casas dos militares, a escola, a igreja, o quartel, o ambulatório, a residência de al

⁹⁴ D'OLIVEIRA, Brazilio Augusto Machado. op. cit. 1884. p.39.

guns civis, as casas militares, etc.

O clima apresentava diferentes gradações, variando de acordo com a diversidade das altitudes. A altitude média era de 650 m. Na sede da povoação, situada aproximadamente a 700 m, ocorria o fenômeno das geadas, no período de inverno. Enquanto que, nas proximidades dos rios Iguazu e Chopim, a altitude não atingia 550 m, provocando uma temperatura mais elevada. Por conseguinte, considerando-se este quadro climático, os produtos poderiam variar conforme esta escala de temperatura.

Tanto nas margens do rio Iguazu, quanto nas do Chopim e Chopinzinho, a vegetação apresentava as características peculiares da zona intertropical.

As plantas e as pequenas elevações próximas ostentão a luxuriante vegetação dos climas quentes. Árvores demasiadamente sensíveis à geada e que só florescem nas regiões em que abunda o cafeeiro encontram-se a cada passo, fazendo crer que esse principal elemento da riqueza do Império aqui pôde ser cultivado...⁹⁵.

Em diversos pontos do perímetro colonial, ocorriam manchas de excelentes pastagens que poderiam ser utilizadas pelos pecuaristas, como forragem para a criação e engorda dos animais.

Na superfície da colônia, cerca de 2/3 das terras podiam ser consideradas como ótimas, com qualidades próprias para a cultura. As matas, em quase sua totalidade, eram formadas

⁹⁵ CARVALHO, Carlos Augusto de. *op. cit.* 1882. p.111.

por ervais, pinheirais e catanduvras ⁹⁶.

A região onde fora instalada a colônia, caracteriza-se por conter inúmeros mananciais. E nas terras que ficavam a beira destes rios e riachos, encontrava-se

grandes extensões de terrenos com rara vegetação a que chamão fuchinaes e que sem muita difficuldade transformão-se em campos (...) para a criação de toda a especie de gado ⁹⁷

O presidente Brazilio Augusto Machado D'Oliveira, considerou como importante, sob o ponto de vista dos interesses estratégicos, a localização da colônia porque:

1º É de facil defeza porque sô poderã ser atacada depois de invadidos os campos de Palmas ou os de Guaruapuava, apresentando ainda n'este caso os caminhos que a ligão a esses campos tantos obstáculos naturaes que bem se pode considerar a sêde da colônia como uma posição enaccessivel.

2º Pode procurar embaraçar a marcha do inimigo se, pela estrada geral, pretender elle invadir o interior da provincia.

3º No caso de assalto a povoação da Boa Vista ou a villa de Palmas poderã soccorrer os seus habitantes, protegendo-lhes a retirada.

4º Acha-se em condições de prestar apoio a qualquer força que operar nos campos de Palmas, já fornecendo-lhe víveres, já refugio em caso de revez. ⁹⁸

Com relação a estes aspectos enumerados pelo presidente da província, torna-se necessário considerar que, na hipótese de sofrer um ataque, difficilmente este estabelecimento

⁹⁶ Colônia Militar do Chopim. v.393. p.4

⁹⁷ CARVALHO, Carlos Augusto de. op. cit. 1882. p.111.

⁹⁸ D'OLIVEIRA, Brazilio Augusto Machado. 1884. p.34.

teria condições de embaraçar a marcha do inimigo, em virtude do pequeno contingente militar nele destacado.

Além disso, as populações localizadas em Palmas ou nos povoados próximos, eventualmente poderiam contar com o auxílio dos militares em caso de invasão. Isso porque, as dificuldades encontradas para atingir estas povoações (cerca de 100 km) atrasaria a operação de socorro, devido aos p^éssimos sistemas de comunicação disponível na região. O auxílio que poderia prestar às tropas que estivessem realizando operações na região, somente poderia ser concretizado, ap^ós a primeira d^écada de existência da col^ônia, quando a mesma iniciou uma fase de desenvolvimento econ^ômico em pequena escala.

Indubitavelmente, a op^ção pelo exato local da col^ônia somente foi tomada ap^ós haver sido explorada grande parte da região prescrita pelas normas regulamentares. Explorações essas que foram desenvolvidas no per^íodo compreendido entre novembro de 1881 a dezembro de 1882, computando-se apenas o tempo referente à segunda comissão.

Entre os trabalhos efetuados, estão incluídos a construção de uma via r^ústica de comunicação entre a cidade de Guarapuava e a vila de Palmas e que, posteriormente, foi ampliada e transformada em estrada carroçável. Além dessa, foi aberta uma picada que ligava a col^ônia a um trecho dessa estrada.

A posição escolhida pela comissão fundadora determinou uma s^érie de conseq^uências que estiveram diretamente ligadas ao funcionamento e ao desenvolvimento desse estabelecimento militar, como pode ser verificado nos próximos capítulos.

A população civil e o contingente militar que fixou residência nessa colônia, procurou adaptar-se às circunstâncias peculiares à sua localização e dedicar-se às atividades com as quais mantinham certa identidade. O funcionamento geral deste estabelecimento, as normas e regulamentos e as atividades desenvolvidas, assunto do próximo capítulo, foram organizadas em função das próprias condições apresentadas pela colônia e adaptadas à regulamentação vigente para os estabelecimentos dessa modalidade.

CAPÍTULO IV

A COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM:
ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Desde a fundação desta unidade de colonização militar, conviveram diariamente militares solteiros, militares casados e suas famílias, colonos casados e seus familiares, colonos solteiros, comerciantes estabelecidos, negociantes itinerantes e visitantes ocasionais. Todo esse contingente populacional, que habitava um perímetro colonial determinado procurava estabelecer entre si relações de amizade, de trabalho, comerciais, etc.

Os colonos rurais não ficavam isolados em suas propriedades; eles mantinham atividades sociais e econômicas, através das relações sociais desenvolvidas com os habitantes do quadro urbano.

E para que houvesse um relacionamento satisfatório para o adequado funcionamento da própria colônia, foram estabelecidas certas normas comportamentais.

4.1 - As providências iniciais

O primeiro diretor da recém-fundada colônia militar foi o capitão Francisco Clementino de Santiago Dantas, tendo como ajudantes os capitães Belarmino Augusto de Mendonça Lobo e Antonio Tertuliano da Silva Mello e como escrivão e almoxarife Saturnino Augusto de Mendonça Lobo.

As primeiras providências tomadas foram no sentido de acomodar os militares e os colonos com suas respectivas famílias. Para tanto, foram construídos, rápido e toscamente, abrigos onde as pessoas pudessem ficar protegidas da ação das

intempéries. E para que a população conseguisse estabelecer-se em seu lugar de forma definitiva, tornou-se necessária a derubada de um vasto pinheiral, compreendendo uma área com aproximadamente 800.000 m².⁹⁹

Quando os trabalhos de exploração do local foram concluídos, procedeu-se a medição e demarcação da área colonial, sendo encarregado o capitão Antonio Tertuliano da Silva Mello. Conforme ofício enviado a 19 de março de 1883 pelo diretor da colônia ao presidente da província Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, os novos serviços iniciaram-se pelo "*levantamento da linha do Chopim a confluencia do Pedrosa, no Chopinzinho, será o limite oriental dos lotes a demarcar e distribuir*"¹⁰⁰.

Os trabalhos de demarcação dos lotes urbanos iniciou com a medição de uma área central onde, posteriormente, seriam construídos o edifício da diretoria, o quartel, a casa do diretor, o edifício da escola, a igreja, o edifício destinado a abrigar o almoxarifado e as outras construções necessárias. No ofício supra mencionado, consta que o capitão ajudante Belarmino Augusto de Mendonça Lobo havia iniciado a construção de uma capela destinada aos serviços religiosos que seriam oficiados pelo capelão tenente do corpo eclesiástico do exército, padre Maximiano das Chagas Carvalho. Este padre foi nomeado pela portaria de 10 de abril de 1883, do Ministério da Guerra. A planta da capela foi desenhada pelo capitão Belarmino Lobo.

⁹⁹ D'OLIVEIRA, Brazílio Augusto Machado. *op. cit.* 1884. p.39.

¹⁰⁰ OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de. Relatório do presidente da província. 1883. p.49.

No dia 19 de março de 1883 inaugurou-se a escola , que passou a ministrar "*as primeiras letras para meninos de ambos os sexos*".¹⁰¹ A escola, frequentada pelos filhos dos militares e dos colonos civis que totalizavam 20 crianças, localizava-se na área central. O primeiro professor foi o 2º cadete Napoleão do Rego Brasileiro, que recebia uma gratificação mensal abonada aos diretores das escolas regimentais do exército.

4.2 - Normas e Regulamentos desta colônia militar.

Desde os primeiros dias da existência desse núcleo militar, os responsáveis procuraram organizar as várias atividades que se tornavam indispensáveis para que o mesmo pudesse funcionar a contento. Para tal, basearam-se nas instruções que baixaram com o Decreto nº 2.502 (anexo III).

Além de contar com essas normas, foram adaptadas às circunstâncias locais alguns dos artigos do Regulamento para as colônias do Estado, de acordo com o Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867.

O contingente populacional estabelecido recebeu as instruções de que deveria obedecer as normas e as regras estabelecidas pela administração colonial. Estas, geralmente eram publicadas pelo diretor sob a forma de *Ordem do dia* ou *Detalhe de serviço*. Através destes boletins, afixados na porta do edifício da administração, o diretor da colônia, ou seu substituto, quando se tornava necessário, comunicava à população os avi

¹⁰¹ OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de. *op. cit.* 1883. p.49

sos de interesse geral. O teor destes boletins poderia conter notícias referentes à inclusão de novos colonos, a chegada de novos soldados, a exoneração ou transferência de militares, a tabela de gêneros alimentícios, a mudança de diretor, a visita do padre de Palmas, a prisão de soldados ou colonos, etc. Estas comunicações transcritas nos respectivos livros continham a assinatura do diretor ou responsável. Alguns destes livros encontram-se no Arquivo Público do Paraná ¹⁰². Pela leitura destes comunicados pode-se ter uma visão muito clara a respeito do *modus vivendis* e de como se estabeleceram as relações entre a população civil e o contingente militar na Colônia Militar do Chopim.

O horário dos trabalhos executados pelos militares foi estabelecido pelos diretores e adaptado em função das duas estações que ocorriam de forma mais acentuada, respectivamente o verão e o inverno. O primeiro registro a esse respeito afirma que na estação do verão

*o serviço começa as 7 horas da manhã e termina as 6 da tarde, havendo duas horas para o descanso e refeições. No inverno principia as 9 horas da manhã e vai até as 5 da tarde sem interrupção. Nas quartas feiras não ha trabalho por serem destinados a exercicios militares, revistas e limpeza de armamento.*¹⁰³

Porém, esse horário sofreria modificações e adaptações em virtude das necessidades verificadas pelos direto —

¹⁰² Estes livros encontram-se em bom estado de conservação. São em número de seis e referem-se ao período de 1º de agosto de 1885 a 4 de fevereiro de 1909.

¹⁰³ D'OLIVEIRA, Brazílio Augusto Machado. op. cit. 1884. p.35.

res posteriores. Para ilustrar esta afirmativa, transcreve-se o artigo 2º do boletim do dia 6 de outubro de 1900, onde o diretor da colônia tenente Joaquim Galvão Soveral comunicava que de

agora em diante as horas de trabalho para as praças aqui destacadas serão das 7 as 11 da manhã e de uma as 5 1/2 da tarde, sendo os carpinteiros e ferreiros obrigados a permanecerem em suas respectivas officinas durante essas horas, salvo ordens em contrário ¹⁰⁴.

O horário citado deveria ser respeitado durante o período do verão, que na região abrange praticamente os meses de outubro a abril. Neste período de verão, o horário de revistas aos praças também sofria alterações. Conforme consta do comunicado de 18 de setembro de 1900, elaborado pelo mesmo diretor, seria realizado uma "revista as seis horas da manhã e outra as 6 1/2 da tarde, ficando dispensada a revista de recolher". ¹⁰⁵

Durante os meses de maio a setembro, o horário dos trabalhos obedeceria a nova disposição, em decorrência da baixa temperatura que verificava-se na região, durante grande parte do período. No artigo 1º de seu comunicado do dia 8 de maio de 1902, o diretor alferes Manoel de Barros Lins informava que no período da

estação do inverno o toque de alvorada será

¹⁰⁴ Colônia Militar do Chopim. v.414. p.43 verso.

¹⁰⁵ Ibidem. p.42 verso

*a 6 horas da manhã, o de faxina no 1º tempo, das 8 as 11 horas e no 2º tempo, de meio dia as 4 1/2 da tarde e o de silencio as 8 horas da noite"*¹⁰⁶

Em algumas ocasiões, tornava-se necessário alterar o dia das manobras e exercícios militares, normalmente executados às quartas feiras, em virtude de circunstâncias novas. Entre as circunstâncias que poderiam modificar as tarefas diárias pré-estabelecidas, pode-se citar a chegada do novo diretor, a ocorrência de chuvas abundantes, ou ainda a alteração da ordem dos trabalhos. Assim, em decorrência de ter sido realizado os trabalhos normais na quarta-feira, o ajudante interino alferes Joaquim Vieira Ferreira Sobrinho determinou que no sábado dia 4 de janeiro de 1902 todo

*o contingente deverá estar formado hoje às 6 horas da tarde para exercício de manobras e evoluções, devendo o 2º sargento João José Gonçalves, auxiliado pelo cabo de esquadra José Francisco da Silva e Candido Militão Ferreira Lima - dirigir todas a manobras.*¹⁰⁷

O uniforme usado diariamente pelos militares devia obedecer a uma escala determinada. O boletim do dia 23 de março de 1888 publicou a escala elaborada pelo diretor Alberto Ferreira de Abreu. A partir dessa data, todos os praças da colônia deveriam seguir, rigorosamente o exposto na referida ordem do dia que informava:

Faço público que d'ora em diante se observará na Colonia nas praças quando em serviço

¹⁰⁶ Colonia Militar do Chopim. v.396. p.9.

¹⁰⁷ Colonia Militar do Chopim. v.414. p.76 verso.

- de escala a seguinte tabella de uniforme
- 1^a Sobrecasaca calça branca bonet.
 - 2^a Blusa parda calça branca bonet.
 - 3^a Blusa parda calça parda bonet.
 - 4^a Blusa azul calça branca bonet.
 - 5^a Blusa de baeta mescla calça parda bonet.
 - 6^a Blusa de baeta mescla calça azul ou mescla bonet.
 - 7^a Blusa azul calça parda bonet.

Esta tabella será observada de modo a ser o nº 1 no domingo sucedendo-se para cada dia da semana um número, reservando a calça azul para os dias de chuva ¹⁰⁸.

De acordo com essa tabela apresentada, conclui-se que cada praça contava com quatro trajés além do bonet e da sobrecasaca, que somente usava-se aos domingos. Contudo, a escala dispunha de certa flexibilidade e poderia sofrer alterações, conforme verifica-se no boletim do dia 18 de fevereiro de 1902, em seu artigo 2º. Neste comunicado, o diretor interino alferes Joaquim Vieira Ferreira Sobinho determinava que

amanhã, todas as praças compareçam à revista do meio dia, com o uniforme — calça branca, túnica ou dolman e Keppi, afim de se apresentarem uniformizados quando aqui chegar o sr. Cap^m José Carlos Lamai guere Teixeira, Director desta Colônia. ¹⁰⁹

Conforme pode ser constatado pelo calendário de 1902, o dia 19 de fevereiro foi uma quarta-feira. Evidenciando-se assim, que a mudança de uniforme ocorreu em razão de um acontecimento fora da rotina, ou seja, no caso citado, a chegada do novo diretor.

Um item a ser assinalado, diz respeito à residên-

¹⁰⁸ Colônia Militar do Chopim. v.412. p.32 verso.

¹⁰⁹ Colônia Militar do Chopim. v.414. p.28.

cia dos militares. Os soldados casados moravam com as suas famílias em casas pertencentes ao patrimônio da colônia. Estas casas, construídas pelos soldados, localizavam-se perto da praça Santiago Dantas. As casas, como aliás quase todos os prédios e construções da colônia eram feitos com madeira. Empregava-se este material por duas razões principais: a dificuldade em adquirir os materiais próprios para as construções de alvenaria, uma vez que a areia, cal e cimento, principalmente, teriam que ser transportados de longa distância. Por outro lado, a madeira própria para a construção existia em quantidade considerável, em decorrência das constantes derrubadas das matas próximas.

Os soldados solteiros permaneciam alojados nas dependências do quartel, para tal designado. O quartel, uma construção comprida - de acordo com testemunho da época - possuía condições de alojar nos primeiros tempos, aproximadamente 30 soldados. Mais tarde, essas acomodações foram aumentadas, devido ao crescimento de número de soldados solteiros. O pernoite nas dependências do quartel era obrigatório para os solteiros. Referente a este aspecto, pode-se citar a ordem do dia 25 de maio de 1888, assinada pelo diretor Capitão Alberto Ferreira de Abreu. Neste boletim, o responsável pela administração da colônia comunicava que somente poderiam

*pernoitar fora do quartel as praças solteiras que obtiverem licença, ficando responsável pelo pernoite dessas o que por escala estiver de serviço com a denominação de cabo de dia*¹¹⁰.

¹¹⁰ Colônia Militar do Chopim. v.412. p.32.

103

Em decorrência os praças solteiros somente poderiam pernoitar em casas particulares ou de amigos quando obtivessem licença especial fornecida pelo diretor do estabelecimento.

Os trabalhos executados pelos praças do destacamento consistiam na construção de casas para o abrigo dos militares e dos edifícios coloniais necessários, e também da derrubada das matas e abertura de estradas carroçáveis. Além desses alguns praças encarregavam-se do corte de madeira e também realizavam plantações em terrenos pertencentes à administração. Sendo que outros eram utilizados nos demorados trabalhos de medição e demarcação dos lotes urbanos ou rurais. Na execução destes trabalhos ocupavam-se durante toda a semana, quando ficavam dispensados de realizar as manobras militares nas quartas feiras. Por esses serviços recebiam uma gratificação diária de 300 réis que, somada com a etapa mensal, constituía uma remuneração suficiente para suprir as necessidades.

É importante salientar que quando os militares dirigiam-se a determinado ponto da colônia com a finalidade de abrir ou melhorar uma estrada, organizavam um acampamento, no qual permaneciam cerca de uma semana. E para exemplificar, transcreve-se o artigo 19 do boletim do dia 4 de março de 1902, onde o diretor Manoel de Barros Lins presta a seguinte informa-

Seguiram hoje para acampar na margem direita do rio Chopinsinho, afim de iniciarem os trabalhos da estrada carroçável d'esta Colônia aos Campos de Guarapuava, o cabo Augusto de Vasconcellos, soldados Lucio José Beserra, Joaquim José Batalha, José Pereira da Silva, João dos Santos, Francisco Antonio da Fonseca, Seraphin Francisco dos Santos, Deodato Gomes dos Reis,

Imnocencio Meneses, Fernando Enning e clarim Menandro Bonfim Telles, que levaram a seguinte ferramenta e material: 2 machados bons, 1 dito para cortar raízes, 3 picaretas, 2 alavanca, 4 enxadas, 4 foices, 6 pás de remoção, 2 cortadeiras, 2 carrinhos de mãos, 1 serra de atorar; 10 barracas, 1 corrente métrica e 2 caldeirões; todas estas praças, com excepção dos soldados Lucio José Beserra, Francisco Antonio da Fonseca, Joaquim José Batalha e clarim Menandro Bonfim Telles, estão soccorridos de etapa por 10 dias ¹¹¹.

Após o período estabelecido para a duração dos trabalhos de abertura de estrada carroçável, no caso citado de 10 dias, os soldados desfaziam o acampamento, recolhiam as ferramentas e o material e regressavam à sede onde prestavam contas ao diretor dos trabalhos executados e do equipamento utilizado. Passado um prazo de 10 a 20 dias o diretor convocava novos praças para participarem da continuação dos trabalhos. Muitas vezes o diretor convocava alguns colonos para trabalharem junto com esses praças. Esta convocação, feita de acordo com o Decreto nº 2.502 e a Lei nº 733 de 21 de dezembro de 1900, poderia ocorrer em qualquer época do ano, exceto nos períodos de plantação e de colheita, quando estariam dispensados. Na ordem do dia 1º de abril de 1902, em seu artigo 2º, o diretor Joaquim Vieira Ferreira Sobrinho comunicava que foram

escalados para trabalharem no serviço de estrada desde hoje até o dia 5 (sábado) os seguintes colonos, os quaes são soccorridos de etapa durante esses dias: Waino Korylo, Otto Christofeld, Ant. de Assis Bezerra, Manoel Sebatião de Oliveira e José

¹¹¹ Colônia Militar do Chopim. v.414. p.94 verso.

*Salvino Pereira da Silva. Estes colonos receberam uma foice cada um, excepto o colono Sebastião que recebeu um machado.*¹¹²

Por este comunicado citado, assim como os inúmeros que estão registrados no livros próprios, toma-se o conhecimento de como foram feitas as convocações. Normalmente o diretor publicava junto com a convocação, o material de trabalho fornecido ao colono e que seria devolvido após o uso. Os colonos que por algum motivo, não estivessem em condições de cumprir a convocação, poderiam pagar a algum outro para que executasse os serviços em seu lugar. Entretanto, embora houvesse, essa possibilidade, não há nenhum registro que evidencia este pormenor.

Um aspecto importante diz respeito ao comportamento que deveriam manter, tanto os militares quanto os civis. A conduta dos habitantes deveria corresponder às normas estabelecidas e, quando estas fossem transgredidas, o infrator ou infratores receberiam a devida punição. Em consequência, existem inúmeras informações sobre a prisão de bêbados ou desordeiros ou mesmo de infratores das normas de boa conduta. Algumas vezes, estes comunicados apenas chamavam a atenção do perturbador da ordem pública que, em caso de reincidência, seria preso. Exemplificando, serão transcritos dois boletins. Na ordem do dia 4 de dezembro de 1886, o diretor Alberto Ferreira de Abreu informa à população que

tendo-se embriagado e feito desordem com

¹¹² *Colônia Militar do Chopim, v.414. p.100.*

*uma mulher o soldado Pacífico José dos Santos fique prompto preso por 24 horas e privado da ração de caça por 20 dias.*¹¹³

O motivo que ocasionou a prisão de outro soldado foi diferente, conforme depreende-se da ordem do dia 19 de maio de 1889, publicada pelo Diretor Joaquim Martins de Mello.

*Tendo nesta manhã o soldado do Batalhão de Engenheiros Francisco Borges Xavier chicoteado em frente à casa da Directoria e do quartel do destacamento a uma mulher de nome Francisca, afrontando assim a primeira autoridade deste estabelecimento, determino que o mesmo soldado seja preso por 25 dias fazendo serviço, devendo os 8 ultimos ser na penitenciária.*¹¹⁴

De conformidade com os registros existentes, dificilmente os diretores perdoavam ou diminuam as penas aplicadas. Em sua maioria, quando as penas referiam-se à prisão, os infratores deveriam passar determinado tempo realizando os trabalhos de limpeza do quartel. O restante do período, geralmente a última semana, seria passada na penitenciária, na base do pão e água. Aos bêbados, a pena aplicada consistia na prisão por alguns dias (o prazo seria maior quando verificava-se reincidência) e na proibição do consumo de aguardente por determinado período. Caso o punido adquirisse bebida alcoólica no prazo em que vigorava a sua pena, teria aumentado o tempo e, além disso o comerciante também sofreria a sua punição na forma de multa pecuniária.

¹¹³ Colônia Militar do Chopim. v.412. p.12

¹¹⁴ Ibidem, p.44 verso.

Em muitas ocasiões, os diretores lamentaram publicamente sobre o consumo abusivo de aguardentê, a bebida alcoólica mais popular. Nos livros que contêm as ordens do dia, foram registrados inúmeros casos de brigas, desordens e indisciplinas. Sendo que a maioria destes casos foram provocados por praças ou colonos civis, geralmente solteiros, quando em evidente estado de embriaguês. Em decorrência desses fatos de sagradáveis e como a situação estava tornando-se insustentável, o diretor Joaquim Martins de Mello publicou a ordem do dia 30 de janeiro de 1889, onde informava que

*são seja vendido pelos Snrs. negociantes, aqui estabelecidos, um cálice d'aquelle liquido, durante o dia a cada uma das praças e colonos, que deverão beber na occasião da compra, ficando a venda em maior porção dependente de ordem por escrito do Director*¹¹⁵.

A resolução citada foi revogada pela diretoria, posteriormente; porém, o controle sobre a venda de aguardente e de outras bebidas alcoólicas continuou sendo uma constante preocupação dos administradores.

Além das atividades já enumeradas, os praças fixados neste estabelecimento também estavam encarregados de auxiliar e de acompanhar em diligência, os militares graduados a diversas cidades. Geralmente, quando o diretor ou outro militar encarregado de trabalhos dirigia-se para Curitiba ou outra cidade, fazia-se acompanhar de alguns praças e da respectiva montaria. Na ordem do dia 28 de dezembro de 1906, o dire

¹¹⁵ *Colônia Militar do Chopim. v.412. p.42.*

tor interino Severiano Adolpho da Fontoura comunicava , que

*seguio hontem em diligencia até os Campos do Candoy, a fim de acompanhar o sr. Capitão José Joaquim Pereira Lobo, Director desta Colonia, o cabo de esquadra José Francisco da Silva.*¹¹⁶

E, quando a diligência regressava, o diretor prestava informações ao contingente, nos seguintes termos da ordem do dia 30 de dezembro de 1906:

*Recolheram-se da diligencia os cabos de esquadra José Francisco da Silva e Candido Militão Ferreira Lima; tropeiro Quintino Alves de Moraes e empregado Ulysses José da Silva; trazendo os seguintes animais: muares nº 6, 16, 39, 32, 38, 27, 35, 26, 28, 24, 30, 29, 20, 8 e 17; cavallos 2, 8 e 11 e mais trez animais particulares.*¹¹⁷

A respeito da remuneração recebida pelos soldados e colonos civis, pode-se afirmar que as despesas com os primeiros eram pagas pelo Ministério da Guerra enquanto que o pagamento aos colonos estava incluído nas despesas do Ministério do Império. Os soldados recebiam o valor da etapa¹¹⁸ somado com as gratificações que faziam jus. Suas mulheres e filhos recebiam, durante o primeiro ano na colônia, o equivalente a meio etapa.

Os colonos civis que se estabeleciam nesta colônia

¹¹⁶Colônia Militar do Chopim. v.394. p.5.

¹¹⁷Ibidem, p.5.

¹¹⁸Os administradores desta colônia militar utilizavam, alternadamente o termo "etape" ou "etapa" para designar o pagamento feito aos soldados. Ambos os termos serão utilizados neste trabalho, uma vez que o significado é semelhante.

permaneciam, durante o primeiro ano, como arranchados. Nesta condição, os chefes de família recebiam o valor de uma etapa enquanto que suas mulheres e filhos recebiam o correspondente a meia etapa. Eventualmente, esse auxílio poderia ultrapassar o período assinalado, quando o colono provava que não tinha condições de sustentar a si e a sua família. Por outro lado, ocorreram fatos em que os colonos dispensaram este auxílio pecuniário em virtude de possuírem rendas suficientes para suprir as necessidades familiares.

O valor da etapa, calculado pelo diretor da colônia ou indicado pelo comandante do Distrito Militar, sofria alterações de acordo com o aumento do preço dos gêneros alimentícios. Em alguns períodos, o valor da etapa recebido pelos colonos divergia daquele recebido pelos praças, isto é, a etapa dos praças equivalia a uma cifra maior conforme tabela I.

TABELA I

Quadro demonstrativo do valor da etape em rês

Período	Militares	Colonos beneficiados
1887	600	580
1888	540	-
1890	650	-
1893	872	797
1894	1177	785

Fontes: Colônia Militar do Chopim. v.412.
Offícios. 1890. v.14. p.32.

Para exemplificar, pode-se citar que no período relativo ao primeiro semestre de 1893, a etapa diária dos praças, equivalia a 872 rês, enquanto que os colonos beneficia-

dos recebiam, no mesmo período, o equivalente a 797 réis. Percebe-se que havia uma diferença de 75 réis entre os valores das duas etapas fornecidas no mesmo período. Entretanto, a diferença aumentou no período compreendido no primeiro semestre de 1894, quando o cálculo da etapa diária recebida pelos colonos apontava a cifra de 785 réis. E comparando-se esse valor com a etapa dos soldados, que valia 1177; nota-se que estabeleceu-se uma diferença de 392 réis. Esta diferença equivalia, no período do segundo semestre de 1887, a apenas 20 réis, conforme consta dos registros efetuados.

Não há, nos registros dos vários diretores deste estabelecimento, nenhuma queixa ou reclamações, quer dos soldados, quer dos colonos, com respeito a remuneração recebida. Alguns diretores assinalaram apenas o atraso das verbas expedidas pelos ministérios responsáveis.

Os registros existentes a respeito das verbas recebidas e aplicadas pela administração colonial, não estão completos, referindo-se apenas ao período de 1881 a 1884 e de 1902 a 1908, conforme pode ser constatado na tabela II.

Observando-se a tabela II, percebe-se que nos primeiros anos, a verba enviada pelos ministérios responsáveis, ou seja, o Ministério da Guerra e o do Império, manteve uma certa regularidade. Este montante, segundo o diretor, foi suficiente para suprir as necessidades e demandas iniciais.

Com relação ao período abrangido pelo intervalo entre 1884 a 1901, não foram encontrados os registros a respeito das verbas recebidas, nos livros atualmente existentes.

TABELA II

Quadro demonstrativo das verbas recebidas

Período	Total
1881	30:398\$470 réis
1882	46:286\$572 réis
1883	31:038\$780 réis
...	...
1902	4:693\$000 réis
1903	16:316\$541 réis
1904	80:049\$870 réis
1905	60:614\$217 réis
1906	60:322\$978 réis
1907	28:923\$595 réis
1908	8:100\$830 réis

Fontes: D'OLIVEIRA, Brazílio Augusto Machado.
op. cit. 1884. p.36-8.

Colônia Militar do Chopim. v.399. p.3-18
verso.

A partir de 1902, os diretores registraram o montante de verba recebida, especificando inclusive, a aplicação da mesma. Por estes dados, verifica-se que nos anos de 1904, 1905 e 1906, ocorreu um verdadeiro incremento governamental, através do envio de verbas substanciais. O recebimento dessas verbas permitiu que a administração colonial pudesse saldar seus compromissos pontualmente e realizar melhorias e novas obras na colônia. Entretanto, posteriormente, o fluxo monetário foi diminuindo, indicando claramente que a colônia estava na iminência de ser desativada.

4.3 - Os lotes urbanos e rurais - Distribuição das terras

Nos primeiros tempos de existência desse núcleo mi

litar, a regulamentação vigente baseava-se no Decreto nº 2502 e o Decreto nº 3784, de 19 de janeiro de 1867. Posteriormente, o Decreto nº 3784, foi substituído pelo regulamento específico para as colônias militares, ou seja, o Decreto nº 4662, de 12 de novembro de 1902. Através da leitura desse regulamento, percebe-se que nem todas as orientações foram seguidas à risca. Isso porque, tendo sido aprovado em 1902, quando a colônia já contava com praticamente 20 anos, logicamente que começou a ser obedecido apenas após essa data.

Nesta colônia, os lotes apresentavam-se em duas categorias: urbanos e rurais ou rústicos. Sendo que os tamanhos eram demarcados em função da categoria a que pertenciam.

Os lotes situados no perímetro urbano destinavam-se aos militares casados bem como aos colonos civis com as respectivas famílias. O tamanho destes lotes, conforme o artigo 7º do Decreto 2.502, teria 10 braças de frente por 50 de fundo. Sabendo-se que uma braça equivalia a 2,2 metros, os lotes urbanos mediriam cerca de 22 metros de frente por 110m de fundo. Nestes lotes, os colonos construiriam suas casas com recursos próprios, enquanto que as casas destinadas aos militares casados eram construídas com recursos para tal fim destinados pela diretoria.

De acordo com o Decreto nº 4662, nenhum colono civil poderia possuir um lote urbano sem que previamente possuísse um lote destinado à agricultura ou à pecuária. Assim, todos os civis proprietários de lotes urbanos possuíam também um ou mais lotes localizados na área rural.

Os lotes rústicos eram distribuídos para os colonos civis que poderiam dedicar-se à agricultura ou a criação de gado. Os soldados poderiam obter licença do diretor para cultivarem os lotes rurais. Porém, essa licença somente poderia ser obtida, caso não prejudicasse a realização de suas atividades normais. Além disso, especificava o regulamento que o militar, enquanto pertencente ao quadro efetivo, não receberia nenhum título de propriedade do lote. Obtida a licença, o militar poderia dedicar até dois dias semanais para exercer as novas atividades. O tamanho desses lotes, variava de acordo com a atividade desenvolvida. O artigo 7º do Decreto nº 2502, especificava ainda que para a agricultura, a área do lote não poderia exceder a 1/4 de légua quadrada, aproximadamente o montante de 10.000.000 m², em lugar para tal fim destinado. O colono que preferisse dedicar-se à criação de gado, receberia um lote medindo uma légua quadrada, cerca de 43.560.000 m². A extensão desses lotes, poderia variar de acordo com as características do terreno, porém, não poderiam exceder as especificações. A maioria dos lotes que obtiveram a documentação legal, media 242 ha, ou seja, 2.420.000 m².

Ainda de acordo com o artigo 7º do referido decreto, os colonos tinham o direito de receber

por huma vez sōmente hum machado, huma foice, huma enchada, huma faca ou facão de mato, huma espingarda ou clavina, huma libra de pólvora, quatro ditas de chumbo grosso...¹¹⁹.

¹¹⁹BRASIL. *Leis, decretos, etc...* 1859. t.20. p.579.

Os colonos deveriam pagar os seus lotes e o material recebido dentro de um prazo pré-estabelecido, que variava de acordo com as posses do adquirente. Durante esse período, geralmente estipulado em três anos, o colono recebia um título provisório de sua terra, concedido pelo próprio diretor do estabelecimento. O título definitivo, expedido pelo órgão competente, constituía a garantia de que o lote lhe pertencia. Este documento legal somente ser-lhe-ia concedido quando o pagamento houvesse sido integralizado e cumpridas as exigências. De posse do título definitivo, o colono estava em condições de requerer mais uma área de terra no rocio da colônia, onde poderia continuar com as mesmas atividades ou diversificá-las. Quanto aos estrangeiros, as normas eram diferentes para a concessão do título provisório. Somente receberia este documento, quando apresentassem os documentos relativos à sua naturalização. Portanto, unicamente os colonos estrangeiros naturalizados brasileiros estariam em condições de receber o título provisório. Para receber o documento definitivo, as exigências eram as mesmas que aos nacionais.

Os colonos que dedicaram-se a agricultura plantaram, inicialmente apenas milho e feijão. Com o decorrer do tempo, a diretoria procurou incentivar para que os colonos diversificassem a sua produção, através da distribuição de sementes e da promessa de compra do excedente. Com isso os agricultores iniciaram o plantio de cana-de-açúcar, arroz, mandioca, batata, fumo e alfafa para forragem, além de verduras e frutas próprias da região.

Aqueles que optaram pela pecuária, dedicaram-se a

criação de gado leiteiro e de corte, cavalos e igualmente de suínos.

A diretoria, em várias gestões, procurou plantar o necessário para a forragem dos animais pertencentes ao seu plantel. Alguns praças encarregavam-se destas plantações, que contribuíram para salientar o caráter agrícola-militar da colônia.

Os trabalhos de medição e demarcação dos lotes urbanos e rurais, constituíam atividade demorada e que exigia a presença de pessoal qualificado, nem sempre à disposição do diretor. Em virtude desses fatos, ocorreram várias medições, realizadas por diferentes turmas, o que provocou pequenas diferenças entre as mesmas. E como o mapa confeccionado pela primeira turma, encontrava-se em péssimo estado de conservação, verificaram-se muitas reclamações formuladas pelos colonos. As queixas diziam respeito à dificuldade que os colonos encontraram em delimitar as suas propriedades. Os diretores por várias vezes, comunicaram a sua preocupação com relação a esses fatos ao comandante do Distrito Militar ou ao presidente da província. E observa-se esta preocupação no ordem do dia 24 de junho de 1893. Assinada pelo diretor major Lino d'Oliveira Ramos quando, ao convocar o capitão Augusto Maria Sisson e o tenente Felix Fleury de Sousa Amorim para procederem aos trabalhos, recomenda que

sempre que se venha a dar começo a medição e demarcação de qualquer lote seja chamado o respectivo dono, não só por apresentar o título que tiver em seu poder para se verificar se é provisório ou definitivo e portanto saber se o lote correspondente já

*foi ou não demarcado, como também para ajudar a abertura das picadas e ficar conhecendo as divisas do seu lote.*¹²⁰

Os lotes medidos e demarcados sob a administração militar somaram a 52, considerando-se que além desses lotes, existiam as concessões de meia lēgua ou de uma lēgua quadrada destinadas a agricultura ou à criação de gado. Na planta (anexo IV), pode-se melhor examinar a localização das referidas terras. Esta planta foi elaborada com base nos fragmentos da cópia antiga confeccionada pelos diretores da colônia.

Nos livros que contêm os ofícios expedidos pela diretoria da colônia constam os requerimentos dos títulos definitivos enviados pelos colonos. Estes requerimentos, endereçados ao presidente da província, pediam para que o mesmo lhes concedesse o direito de tornarem-se proprietários dos terrenos que cultivavam ou onde desenvolviam a criação de gado, ou onde simplesmente tinham estabelecido a sua residência. O diretor enviava também a sua apreciação a respeito do comportamento e das atividades desenvolvidas. Depois de examinados pelo Sr. procurador fiscal, eram enviados ao representante do Ministério da Guerra, que autorizava ou não a expedição do título. O artigo 36 do Decreto nº 4662, especificava que

Os títulos de posses definitivas serão assignados pelo Ministro da Guerra à vista do título provisório competentemente apostillado pelo director da colonia com declaração de que o pretendente reside effectivamente na colonia há mais de tres

¹²⁰ Colônia Militar do Chopim. v.422. p.78 verso 79.

annos, das bemfeitorias especificadas que realizou nas terras provisoriamente concedidas, sendo o processo encaminhado pela Superintendencia Geral de Colonização e Fronteiras ¹²¹.

No caso desta colônia, conforme já foi mencionado, o processo de regularização de posse, era enviado pela procuradoria fiscal da província. O direito adquirido pelo colono proprietário de lote colonial, em caso de sua morte, passaria a seus legítimos herdeiros. Ocorrendo o fato de não haver legítimos herdeiros de lotes, este reverteria para a administração colonial, e, como parte integrante das terras devolutas, poderia ser distribuído aos novos colonos que viessem instalar-se.

Os primeiros requerimentos de títulos, conforme consta nos livros da colônia, foram enviados no início de 1885. E no dia 20 de março, a Tesouraria da Fazenda expediu o parecer favorável para que os seguintes colonos recebessem o seu título definitivo: Valentim Vogler, Francisco Xavier dos Santos Pacheco, Possidonio Cardoso Fernandes, Torquato José de Souza, Antonio Manoel de Araujo, Evandro Ponce de Leones, Antonio José da Roza, Elias Moreira Delgado e Francisco Rodrigues Simões.

Tendo por base as anotações efetuadas pelos diretores nos livros destinados ao registro dos colonos, tornou-se possível elaborar uma relação dos colonos que receberam a titulação definitiva dos lotes (anexo V). Nessa relação consta o

¹²¹ BRASIL. *Leis, decretos, etc...* 1902. v.1 p.670.

nome do proprietário, a data da expedição do documento legal, além de citar o tamanho da área. Porém, o universo dos ocupantes dos lotes coloniais não pode ser construído devido a falta de dados imprescindíveis a sua realização. Entre os dados que não constam em todos os requerimentos, pode-se citar o número do lote, a sua localização e, muitas vezes, a atividade desenvolvida em tal área de terra.

Acrescente-se que nem todos os colonos portadores de títulos provisórios, recebidos no início, substituíram-nos pelos legítimos documentos. Na relação (anexo VI), percebe-se que foram muitos os colonos que não possuíam a documentação legal de suas terras. E isso ocorreu por vários motivos: não providenciaram as construções necessárias exigidas pela lei, ou seja, não utilizaram adequadamente os seus terrenos. Outros, abandonaram os lotes, deixando de comunicar à diretoria.

Nesta altura, deve ser feita uma importante observação: nem todos os colonos portadores de títulos definitivos ou provisórios residiam na colônia na época em que foram encerradas as atividades comandadas pelos militares. Assim, não se pode concluir que todos aqueles que tem seu nome relacionado nas duas listas citadas, faziam parte da população da colônia no período assinalado.

Em 1909, quando a colônia passou para a administração civil, verificaram-se vários problemas referentes a direitos de posse. O fato de haverem colonos que não possuíam os documentos legais dos terrenos que afirmavam lhes pertencer, dificultou os trabalhos de regularização de que se incumbiu o

Comissariado de Terras, nomeado pelo governador e chefiado pelo engenheiro Dr. Francisco Gutierrez Beltrão. Estes trabalhos somente puderam ser iniciados depois de terem sido encontrados os livros de assentamento da colônia. Os livros, ora depositados no Arquivo Público do Paraná, contêm o registro dos colonos matriculados, informações sobre a situação de seus lotes, de seus títulos e sobre a área concedida. De posse dessa documentação, o Comissariado de Terras pode iniciar seus trabalhos, em 1915.

4.4 - Atividades Econômicas

4.4.1 - Atividades agropecuárias

Os colonos civis residentes nesta colônia dedicavam-se a agricultura e/ou a pecuária. Em seu artigo 24º o Decreto nº 4662, consideravam-se como colonos:

1º As praças que, tendo concluído o seu tempo de serviço ativo e na qualidade de reservistas do Exército, requererem e obtiverem residência e lotes nas colônias.

2º As ex-praças do Exército e Armada que igualmente requererem e obtiverem residência e lotes nas colônias.

3º As ex-praças que ocuparem ou forem ocupar os lotes concedidos por leis anteriores, em virtude de cláusulas do seu engajamento.

4º Os operários contractados para o serviço das colônias.

5º Os brasileiros ou estrangeiros que requererem e obtiverem residência e lotes nas colônias.

6º As famílias actualmente existentes que já tiverem obtido residência e lotes em cujo gozo se achem, explorando a indústria pastoril ou agrícola, ou uma e outra¹²².

¹²² BRASIL, Leis, decretos, etc... 1902. v.1 p.668-69.

A produção agrícola estava condicionada ao clima, às condições atmosféricas e aos fatores de fertilidade do solo. Como o clima apresentava-se com duas estações bem acentuadas, o inverno e o verão, as culturas adotadas deveriam adaptar-se a estas condições. No inverno, frequentemente ocorriam formação de geadas, com dias frios e chuvosos; e no verão, os dias registravam, com certa frequência, temperaturas de clima tropical. Inicialmente, foram cultivados apenas milho e feijão, em escala insuficiente para suprir o consumo. Os demais produtos necessários, como o arroz, o açúcar, a farinha de milho ou de trigo, o sal, o aguardente, o fumo, etc., precisavam ser adquiridos nas cidades próximas. Em correspondência de 30 de maio de 1884, o diretor Francisco Clementino Santiago Dantas comunicava ao presidente da província, a sua intenção de

*no correr deste anno dar enicio ao plantio da canna em região apropriada, sendo provavel que no anno vindouro, se não tiver a colonia o bastante para exportar, tenha no entanto ja o sufficiente assucar e aguardente para consumo*¹²³.

E efetivamente, com o incentivo do diretor, através da distribuição de mudas de cana-de-açúcar, tornou-se possível o início do cultivo desse produto. No ano seguinte, alguns colonos iniciaram a plantação de fumo e arroz, cujos resultados compensaram os esforços, demonstrando que os mesmos poderiam ser cultivados em escala maior. No relatório de 31 de maio de 1890, o diretor Martins de Mello comunicou ao presiden

¹²³ OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de. op. cit. 1884. p.111.

123

te da província que a colheita daquele ano fora abundante. A produção alcançara cerca de 1.500 kg de fumo, 16.000 litros de feijão, 200 litros de arroz e mais 496.000 litros de milho.¹²⁴, proporcionando um valor de aproximadamente 15 contos de réis. E informava que a cultura da cana-de-açúcar estava sendo realizada no vale do rio Chopim unicamente pelo comerciante José Teixeira de Almeida Resende e que, devido aos ótimos resultados alcançados, provavelmente muitos outros colonos seguiriam o seu exemplo, plantando-a nos vales do rio Iguçu e Chopim¹²⁵. Comunicava ainda que

*no corrente anno espero tambem dar algum incremento a cultura do centeio com o estabelecimento de um moinho, cuja construção esta em andamento, mais que provavelmente não poderá ser concluído no corrente exercício sem um auxilio especial por parte do Ministerio da Guerra...*¹²⁶

O auxílio mencionado foi recebido no ano seguinte e tornou possível a construção do moinho. Posteriormente, os colonos passaram a plantar a batata e a mandioca. A produção prevista para o ano de 1899 consta do ofício do diretor interino José Carlos Lamaiguere Teixeira, datado de 5 de junho de 1899. O diretor calculou com base na colheita do ano anterior: "milho 150:000 litros, feijão 16:000 litros, arroz 4:000 litros, mandioca 20:000 litros, batata 2:000 litros e fumo 3:000 Kilos"¹²⁷.

¹²⁴ Cf. *Colônia Militar do Chopim*. v.393. p.5.

¹²⁵ *Ibidem*, p.5.

¹²⁶ *Ibidem*, p.6.

¹²⁷ *Colônia Militar do Chopim*. v.410. p.9.

E informava também que o cultivo do centeio realizava-se em pequena escala e que já estava sendo iniciada a plantação de café no vale do rio Iguazu. Ele calculava que a produção de aguardente deveria ser 10.000 litros, a de açúcar grosso 3.500 kg, enquanto que deveriam ser produzidas aproximadamente 20.000 tábuas de rapadura ¹²⁸. A exportação da colônia no ano de 1899 alcançou um volume pequeno. Somente o colono José Teixeira de Almeida Resende exportara para a cidade de Guarapuava algumas dezenas de arrobas de fumo, de açúcar e alguns cargueiros de aguardente. Com esta exportação, o colono obteve uma renda de 8 a 9 contos de réis ¹²⁹.

A partir de 1901, de acordo com as informações dos dirigentes, a produção da colônia aumentou em quantidade e qualidade, permitindo que fossem exportados excedentes. Entretanto, o açúcar, o sal e outros condimentos precisavam ser adquiridos em outras cidades próximas. Em correspondência de 17 de novembro de 1904, o diretor José Joaquim Pereira Lobo informava ao presidente da província que naquele ano havia incentivado o plantio de trigo e de alfafa, esta destinada a alimentação dos animais do destacamento. Estas sementes foram distribuídas gratuitamente a alguns colonos.

A alfafa porem, não deu-nos o resultado que esperavamos não só a que fiz plantar na sede da colonia, como tambem a que foi plantada pelos colonos, attribuindo isso

¹²⁸ Colônia Militar do Chopim. v.410. p.9 verso.

¹²⁹ Ibidem, loc. cit.

ao tempo a que me veio a semente dessa capital, um pouco tarde. O trigo porem está promettedor ¹³⁰.

Esse diretor procurou estimular o cultivo e o preparo do feno comprando e prometendo comprar o excedente que estivesse em boas condições. Contudo, a produção no referido ano foi aquém das necessidades. O feno destinava-se à forragem dos animais pertencentes à diretoria e ao destacamento que, principalmente no inverno, devido a escassez de pastos, necessitava receber uma porção maior de milho. Com a produção de feno, o diretor pretendia diversificar a forragem e economizar certa quantidade de milho destinada aos animais. Os resultados alcançados foram regulares e a produção continuou a ser estimulada.

Na época em que a colônia militar passou para a administração civil, a produção, em termos de qualidade, estava assim caracterizada: feijão, milho, arroz, fumo, batata, cana-de-açúcar, mandioca, trigo, café, alfafa e centeio, além de frutas e verduras diversas. Em termos de quantidade, não foram feitos os devidos registros.

Quanto à atividade pecuarista, desenvolvida por alguns colonos limitava-se a criação de gado leiteiro, gado de corte e cavalos, além da criação de suínos. A maioria dos pecuaristas utilizavam-se das mangueiras ¹³¹ para reunir o gado.

¹³⁰Colônia Militar do Chopim. v.397. p.77.

¹³¹A mangueira pode ser definida como um grande "curral que, nas 'estâncias' é destinado a receber todo o tipo de gado". SANT'ANNA, Henrique Azevedo. "Glossário". p.351.

A produção gerada por esta atividade foi, durante muito tempo, insuficiente para o abastecimento. Em consequência, tornava-se necessário a importação dos mercados próximos. No final da década de 1890, contudo, os colonos pecuaristas estavam em condições não só de abastecer a demanda gerada pela colônia, como também para exportar o excedente, principalmente toucinho e banha.

A suinocultura constituía para quase todos os colonos, uma atividade lucrativa. A criação de porcos tornava-se compensadora porque estes animais não exigiam constantes cuidados e a alimentação dos mesmos praticamente não onerava os custos de produção. Em geral, os porcos permaneciam em liberdade até que a fase de crescimento se completasse; após esse período, ficavam presos em chiqueiros e soltos ocasionalmente nos pastos. Diariamente, eram alimentados com mandioca ou outro tubérculo disponível, plantado pelo próprio produtor. Na época de engorda os porcos ficavam recolhidos nos chiqueiros, recebendo a ração diária de milho ou inhame cozido. Com esta alimentação, os porcos produziam gordura de ótima qualidade e toucinho duro, além de carne de excelente qualidade, muito apreciada por todos. O colono vendia a banha, o toucinho e a carne excedente para os demais colonos civis e os soldados. Muitas vezes, o suinocultor efetuava a troca, pelo sistema de êscambo, diretamente com o comerciante. Trocava os subprodutos do porco pelos outros artigos indispensáveis, fornecidos pelo comerciante.

Quase todos os proprietários possuíam uma ou duas vacas leiteiras, destinadas a suprir as necessidades das famí-

lias. E, em muitos casos, verificou-se que os derivados do leite, principalmente a manteiga e o queijo, serviam como elementos de troca. E também era comum, principalmente entre os colonos civis, a criação de galinhas e outras aves destinadas ao consumo doméstico.

Além dessas atividades agropecuárias, alguns dos colonos dedicavam-se à fabricação de farinha de milho, aguardente, açúcar e farinha de mandioca.

A farinha de milho, fabricada no monjolo¹³², substituíra a farinha de trigo, de mais difícil aquisição, por ser mais cara, uma vez que era comprada pelos comerciantes em outros mercados próximos.

Através do uso de atafona, o colono tinha condições de transformar a mandioca em farinha, muito utilizada na alimentação familiar.

Os engenhos de cana-de-açúcar e os alambiques, em sua maioria, eram movidos por força hidráulica, enquanto que os monjolos e as atafonas eram movidos por força animal (burros, cavalos ou bois).

Nem todos os colonos possuíam um destes instrumentos - engenho de açúcar, alambique, monjolo ou atafona. Em decorrência aqueles que não dispunham, necessitavam recorrer aos

¹³² O monjolo era uma espécie de "engenho tosco utilizado para palar milho ou café". SANT'ANNA, Henrique Azevedo. op. cit. p.352.

proprietários, que cobravam a terça parte ou, às vezes até a metade do produto final. Entre os proprietários de lotes coloniais que possuíam monjolos e atafonas, estavam Miguel Pires de Lima, Francisco Soares da Costa Pereira, José de Oliveira Rocha e Mons Christoffeld. O colono José Teixeira de Almeida Resende possuía um alambique, um engenho de cana e um monjolo. Através da utilização destes equipamentos, estava em condições de fabricar açúcar, aguardente, farinha de milho e de mandioca, cuja produção era vendida em seu estabelecimento comercial na sede da colônia.

Alguns colonos extraíam a erva mate, nativa na região, e a utilizavam como bebida, conhecida como *chimarrão*. Geralmente, esta atividade extrativa era realizada no período do inverno. Quando a produção verificava-se em grande quantidade, o excedente era vendido ou trocado por outros gêneros alimentícios com os comerciantes da colônia.

A maior parte da produção de farinha de milho, aguardente, açúcar e farinha de mandioca, destinava-se ao consumo da família do produtor. O excedente, vendido na própria colônia e, eventualmente, exportado para outros mercados, como ocorreu com o negociante José Teixeira de Almeida Resende, conforme foi supra mencionado. Desta maneira, a produção ou fabricação de gêneros alimentícios tornava-se numa atividade rentável para aqueles que dispunham dos instrumentos necessários, de terras apropriadas para a plantação e que dedicavam-se ao trabalho.

4.4.2 - Comércio

Além dessas atividades relacionadas diretamente à

produção agrícola e pecuária que, eventualmente, estavam associadas ao comércio, convém mencionar aspectos ligados estritamente ao comércio desenvolvido na colônia. Alguns proprietários de lotes coloniais, diversificando as suas atividades, dedicavam-se ao comércio como os Srs. José Teixeira de Almeida Resende, Domingos Lemos de Almeida, e posteriormente Antonio Romão de Oliveira. Os srs. José Antonio de Lima, José dos Santos e Silva e João Fernandes de Lima, dedicavam-se exclusivamente ao comércio, possuindo armazéns no centro da colônia.

Os armazéns de secos e molhados ofereciam à população gêneros alimentícios de primeira necessidade, roupas e tecidos, calçados, bebidas, panelas e caldeirões, carne etc., podendo ser caracterizado como um misto de mercearia e de açougue. Os comerciantes adquiriam a maioria destes produtos na cidade de Guarapuava, de onde eram transportados em lombos de animais. Outros produtos, como feijão, milho, carne verde, verduras e algumas frutas, eram adquiridos dos próprios colonos. Os negociantes facilitavam a aquisição dos produtos através da permissão para que seus clientes efetuassem o pagamento no final do mes ou quando recebessem o pagamento. A maioria dos soldados comprava pelo sistema de vales.

A diretoria permitia que caixeiros-viajantes em viagem pela região, fixassem suas tendas, por determinado tempo, no perímetro colonial. Estes traziam as últimas novidades e produtos diferentes daqueles encontrados nos armazéns. Contudo, somente vendiam com pagamento à vista, o que dificultava a aquisição de alguns produtos.

O armazém mais importante e que oferecia o maior

número de produtos, tanto em quantidade quanto em qualidade, pertencia ao colono José Teixeira de Almeida Resende, estabelecido desde a fundação da colônia. E relaciona-se com este comerciante o incidente ocorrido em 1890. Os registros efetuados pelo diretor, na época o capitão Joaquim Martins de Mello, informam que o mesmo recebeu um abaixo-assinado elaborado por 29 colonos que pediam a expulsão do comerciante Almeida Resende.

Os peticionários do abaixo-assinado, liderados pelo colono civil Francisco Xavier dos Santos Pacheco, exigiam que o negociante fosse expulso da colônia por duas razões principais: alegavam que os pesos e medidas utilizados em seu estabelecimento comercial, não aferidos pela competente repartição, apresentavam diferenças. Segundo os colonos, o comerciante utilizava pesos diferentes para a compra e a venda. A estes pesos, de modelo antigo, o acusado acrescentara placas de chumbo, alterando-lhes o valor registrado no mesmo. O outro motivo dizia respeito a morte do soldado José Ramos, que morreu de acidente quando estava em estado de embriaguês. Os colonos argumentavam que o comerciante, transgredindo as normas vigentes, vendera aguardentes em quantidade superior àquela permitida. Culpavam, portanto, o negociante pela morte do soldado. Nesse documento, os colonos acusavam o ex-diretor major Alberto Ferreira de Abreu de haver expulsado os colonos Cristiano e Guilherme, este por não ter roçado a frente de seu lote, conforme ordem superior e aquele por não ter consentido que seu filho frequentasse a escola. A expulsão destes colonos teria ocorrido cerca de três anos antes.

Diante dessas acusações, cujo documento fora encaminhado pelos próprios colonos ao governador do estado o diretor convocou uma comissão de inquérito para proceder às averiguações necessárias. A comissão, formada pelo tenente Benedito Antonio de Lima, presidente, o Dr. Joaquim Cerqueira de Souza e o alferes Fidêncio Lemos do Prado, iniciou os trabalhos no dia 19 de junho.

Nas suas investigações, a comissão concluiu que o líder dos peticionários possuía uma dívida desde 1886 com o comerciante denunciado. O citado colono negava-se a saldá-la, cujo total somava 693:014 réis, argumentando que havia sido enganado pelo negociante e que este acrescentara valores irreais. Em virtude dessa acusação a comissão exigiu que o comerciante apresentasse a respectiva conta-corrente. Ao apresentá-la ficou provado que a dívida realmente fora contraída no período de 13 de outubro de 1886 a 13 de junho de 1889. Em vista disso, ficou acertado que a conta seria liquidada pelo comerciante José Antonio de Lima. Posteriormente, o colono devedor saldaria definitivamente as suas contas com este. Após resolver esta questão, que foi considerada como o pivô gerador do abaixo-assinado, a comissão procurou colher o depoimento dos 29 colonos. Alguns dos peticionários alegaram que haviam sido enganados quanto ao verdadeiro teor do documento; outros, que não sabiam ler afirmavam não terem autorizado para que seu nome constasse no mesmo; outros, diziam que a sua assinatura havia sido conseguida quando estavam embriagados; todos esses pediram para que os seus nomes não constassem no rol dos peticionários. Tomaram parte desse grupo, os colonos João Assis de

França, Elias Moreira Delgado, Manoel Dutra do Nascimento, Isidoro Mendes dos Santos, Manoel Ignacio, Antonio Martins Delgado, Jonas de Oliveira Franco, Antonio de Souza, José Ferreira de Abreu, José Francisco de Ramos, Joaquim Rodrigues de Paula, Antonio Gomes de Oliveira, Salvador Cardoso, Félix Cardoso, Francisco Rodrigues Simões e Sebastião Cardoso.

Os outros colonos ouvidos confirmaram a sua posição e concordaram com todo o teor do documento. Neste grupo, estavam os colonos Francisco Xavier dos Santos Pacheco, Frederico Primo Reginato, Leobaldo Justino da Costa, Valentin Vogler, Joaquim Angelo da Veiga, Pedro Dias do Rosário, Francisco Jorge Portugal, Hilário Xavier dos Santos Pacheco e Antonio Philippe Lopes.

Na conclusão da comissão de investigação, apresentada no dia 10 de setembro, consta que os outros colonos Fermínio Polidonio Cardoso, Pedro Sérgio do Espirito Santo, Sebastião Sutil, Chrispim Pedro Rodrigues e André Alves Pimentel não prestaram depoimento por se encontrarem ausentes da colônia na época do inquérito. A comissão concluiu que os pesos e medidas utilizados pelo negociante, apesar de

não serem aferidos tem os respectivos pesos e capacidades regulamentares; que pela Directoria passada forão expulsos além de dous colonos Christiano e Guilherme varios outros colonos estrangeiros não sendo a mesma comissão possivel chegar ao conhecimento dos dilitos por todos elles praticados e menos dos dous primeiros que forão de encontro as instrucções regulamentares prescriptas pela mesma Directoria e que finalmente o negociante Almeida Resende cumpre como os demais negociantes desta Colonia a ordem preceitual da vendagem de aguardente imposta pela

Directoria... ¹³³.

Com a publicação da conclusão final, ficou provado que os pesos e medidas utilizados pelos comerciantes estabelecidos no perímetro colonial não haviam sido aferidos pela repartição fazendária de Palmas. Outrossim, comprovou-se que houvera a expulsão de colonos estrangeiros ocorrida na directoria anterior. A comissão verificou ainda que os negociantes estabelecidos respeitavam a regulamentação referente a venda de bebidas alcoólicas. E com a declaração de que o negociante Almeida Resende estava inocente das acusações recebidas, deu-se por encerrado o episódio.

4.4.3 - Tabelas de distribuição de gêneros alimentícios.

No período compreendido entre 1887 e 1894, com intervalos sem registro, os diretores desta colônia procederam à organização de tabelas de distribuição dos gêneros alimentícios. As tabelas, publicadas nos livros das ordens do dia e fixadas nos lugares de costume, constituíam um referencial básico sobre os preços dos gêneros alimentícios vigentes em determinado período, conforme pode ser constatado na tabela III.

Por meio destas informações, a população tomava conhecimento do preço da carne verde, açúcar, café em grão, toucinho, feijão, sal, aguardente e farinha de milho, fixados nas tabelas. Além desses itens o fumo constou nas três primeiras tabelas, enquanto que o preço do arroz constou apenas no boletim

¹³³ *Offícios*. 1890. v.23. p.10-11.

de 1893.

A tabela III - Comparação dos preços dos gêneros alimentícios - foi elaborada a partir das informações^d constantes nas fontes supra-mencionadas.

O item "quantidade" apresenta uma variação que está diretamente relacionada com o aumento do preço do respectivo produto. Pelo fato da tabela servir como elemento básico para a elaboração do valor da etape diária válida por um período pré-determinado, no momento em que o preço de um desses produtos sofria um acréscimo, o diretor procurava diminuir a sua quantidade que servia como parâmetro. Dessa maneira, ao invés de continuar com uma quantidade fixa de cada gênero alimentício, o que provocaria um aumento muito grande no valor da etape diária, o diretor optava pela diminuição na quantidade oferecida.

No final de cada semestre, o diretor reunia-se com os comerciantes a fim de elaborar a tabela dos preços dos gêneros básicos que vigorariam no próximo semestre. Ao final desta reunião, o administrador colonial publicava a relação dos produtos com as respectivas quantidades e o preço. Informava também o nome do comerciante que naquele período forneceria os produtos ao preço pré-estipulado. As quantidades referiam-se à necessidade diária dos soldados e colonos civis, segundo os cálculos elaborados.

No decorrer do período, alguns produtos sofreram reduções na quantidade relacionada, em decorrência, principalmente, do aumento do preço verificado no mercado fornecedor.

A variação da quantidade dos diferentes produtos apresentava-se deste modo:

TABELA III

Comparação dos preços dos gêneros alimentícios.¹³⁴

Produto	Quantidade	Preços (réis)				
		1887	1888	1890	1893	1894
Carne Verde	1 Kg	160	160	160	252 ^c	315 ^d
Açúcar	100 g	70	66	80	120	140
Café (grão)	50 g	55	55	75	160 ^d	280 ^g
Toucinho	50 g	30	25	50	35 ^e	35 ^h
Feijão	0,2 l	30	24	34	50	80
Sal	0,020 l	30 ^a	24	21 ^b	10	15
Aguardente	0,05 l	60	44	44	40	112
Farinha (milho)	1 litro	145	130	170	170	200
Fumo	0,05 m	20	12	16	-	-
Arroz	70 g	-	-	-	35	-

Fontes: Colônia Militar do Chopim. v.412 s/p.
 Offícios. 1890. v.14. p.32.

A primeira tabela registrada nos livros da colônia, foi elaborada pelo diretor capitão Alberto Ferreira de Abreu e referia-se ao período do 2º semestre de 1887. Os gêneros alimentícios seriam adquiridos do negociante José Teixeira de Almeida Resende. A etapa teria o valor fixado em 600 réis diários,

¹³⁴ a- A quantidade \bar{e} de 0,6 litro
 b- A quantidade \bar{e} de 0,5 litro
 c- A quantidade \bar{e} de 700 g
 d- A quantidade \bar{e} de 80 g
 e- A quantidade \bar{e} de 35 g
 f- A quantidade \bar{e} de 700 g
 g- A quantidade \bar{e} de 80 g
 h- A quantidade \bar{e} de 35 g.

sendo que a importância da soma dos gêneros citados equivaleria a 630 réis.

O mesmo diretor publicou a tabela que deveria vigorar no 1º semestre de 1888, sendo que os preços dos gêneros foram fornecidos pelo comerciante José dos Santos e Silva. Não há referências ao valor da etape diária, mas a soma dos preços publicados atingia a 540 réis.

O diretor Joaquim Martins de Mello foi o responsável pela elaboração da tabela vigente no 2º semestre de 1890. O valor da etape, destinado aos praças, fora afixado em 650 réis. O diretor considerava dispensável a ração de aguardente aos colonos, com isso, a etape recebida por estes sofreria uma diminuição de 44 réis. Em decorrência, os colonos arranchados receberiam, nesse período, o valor equivalente a 606 réis, enquanto que aos praças seriam destinados 650 réis. Não consta o nome do fornecedor responsável pela venda dos produtos nos preços fixados pelo diretor no período assinalado.

A tabela que vigorou no 1º semestre de 1893, foi fixada pelo diretor major Lino Ramos. A etape dos praças correspondia a 872 réis e a dos colonos a 797 réis, uma vez que estes não receberam a ração de arroz e aguardente. O diretor salientou que no período houvera um grande aumento nos preços dos produtos alimentícios, sobretudo da carne verde, e não esclarecia o nome do comerciante.

O diretor Felix Fleury de Souza Amorim estabeleceu a tabela para o 1º semestre de 1894. Salientando que houvera um grande aumento no preço do café, da carne verde e da

aguardente, o diretor informava que os colonos não receberiam o equivalente à ração de aguardente e de café. A etape dos praças foi fixada em 1177 rês enquanto que a dos colonos foi estipulada em 785 rês. Nota-se que foi excluído da tabela a quantidade referente ao fumo.

Além dessas tabelas não foram registradas e nem mencionadas outras que pudessem conter as mesmas informações. O diretor que elaborou a parte referente à última tabela não comunicou à população se o sistema adotado durante o período seria suspenso temporária ou definitivamente. Posteriormente, à última data não ocorreu nenhuma referência ao sistema instituído até o período citado. Depreende-se que o sistema foi abolido e que posteriormente os valores da etape, destinado aos militares ou aos colonos arranchados, tenha sido estabelecido pelo Ministério da Guerra.

4.4.4 - Venda de carne verde

Outro fato importante que deve ser salientado foi fornecido e registrado pelo diretor Antonio Madureira Ramos. Durante o período de oito semanas, a diretoria da colônia acrescentou mais uma atividade à sua rotina. Havendo constatado que o preço da carne verde cobrado pelos comerciantes tornara-se muito elevado, o diretor resolveu contornar este problema. Para tanto, procurou adquirir uma rês por semana dos colonos civis. A rês era abatida por um carneador, devidamente remunerado, e a carne vendida aos militares por um preço menor do que aquele estipulado pelos comerciantes. Ao instituir este sistema, que vigorou durante dois meses, o diretor não visava obter lucro algum; objetivava apenas favorecer o con-

tingente militar, melhorando o seu poder aquisitivo. Conforme pode ser constatado (anexo VII) o diretor publicava o preço da rês adquirida, a quantidade de carne vendida e o montante arrecadado, permitindo assim que se tivesse uma visão completa da atividade desenvolvida. Geralmente, o abate da rês ocorria no sãbado.

Os registros da venda de carne verde pela administração colonial referem-se apenas a este período. Não se tem conhecimento se o sistema foi utilizado nos períodos posteriores a agosto, setembro e outubro de 1903, ou se já havia sido realizado anteriormente.

Pretendendo-se traçar um quadro evolutivo da atividade econômica percebe-se que, durante o período de funcionamento ocorreu um crescimento econômico. A colônia, instalada em local praticamente despovoado, provocou o deslocamento de contingente militar e de população civil com o objetivo de dedicar-se à agricultura e à pecuária. Com o início do povoamento registraram-se novas transferências, não apenas para o perímetro colonial como também para a região limítrofe. O desenvolvimento alcançado pela agricultura e pecuária, deveu-se aos constantes incentivos e incrementos feitos por alguns diretores. O aumento da produção agrícola propiciou condições para que alguns colonos pudessem vender o excedente, obtendo com isso maior rendimento financeiro. Através do incremento recebido pelos colonos, tornou-se possível aumentar e diversificar a área agrícola, gerando um desenvolvimento na região circunvizinha à colônia.

4.5 - Aspectos sociais

O contingente populacional localizado procurou manter entre si relações sociais, independentemente da categoria a que pertencia. O diretor acumulava, juntamente com os trabalhos administrativos e militares, as atividades relacionadas com o pessoal civil. E com a finalidade de criar um clima propício ao desenvolvimento e ao bem-estar, os diretores procuraram fixar normas regulamentares que deveriam ser seguidas por todos. Estas normas, adaptadas às circunstâncias da colônia, poderiam sofrer modificações quando necessárias. Esta assertiva pode ser exemplificada, citando-se a proibição do porte de armas, pelos soldados, após o expediente. A proibição foi motivada em razão de haver ocorrido pequenos acidentes em discussões e brigas depois do expediente. Mais tarde, a proibição foi revogada.

Praticamente toda a população professava a religião católica. Em vista disso, o primeiro diretor procurou construir uma capela provisória. Mais tarde, a capela foi substituída por uma igreja maior, cujo padroeiro era Bom Jesus do Iguape. A nova igreja localizava-se na praça Santiago Dantas. A festa máxima, de cunho religioso, realizava-se no dia 6 de agosto. Neste dia, considerado feriado, celebravam-se missas, procissões e demais atividades festivas.

Os serviços religiosos realizavam-se quando a colônia recebia a visita de um padre. E esse foi um dos problemas salientados pelos diretores. Os padres visitantes realizavam suas visitas geralmente uma ou duas vezes por ano e vinham da cidade de Palmas. O padre, às vezes acompanhado de um ajudante

ou coroinha, percorria uma extensa região, permanecendo de três a cinco dias em cada lugar, a fim de realizar os batizados, casamentos, distribuir comunhões, rezar missas, etc. A região percorrida englobava, além da cidade de Palmas, Porto União da Vitória, Colônia Militar do Chapecô, Chapecozinho, Palmas de Baixo ou Bella Vista de Palmas, Mangueirinha, Passo do Carneiro, esta colônia militar, entre outras. Nesse percurso, feito em lombo de burro, anualmente, o padre incluía ainda os altares existentes em diversas fazendas da região, onde os fiéis se reuniam para receber os santos sacramentos. O registro mais antigo refere-se a cinco batizados ocorridos no dia 27 de abril de 1883, realizados pelo Pe. Achilles Saporiti e registrados no livro de Batizados de Palmas, nº 3.

No ano de 1886, o diretor Alberto Ferreira de Abreu convidou o Pe. José Stumbo para visitar a colônia. E na ordem do dia 31 de julho, informou à população que o referido padre administraria

*os sacramentos do baptismo e matrimonio, necessidade que ja se torna bastante sensivel. Pelo baptismo terá elle uma esportula de 5:000 e 10:000 pelo casamento, a fim de retribuil-o das despesas que fez com a viagem de Guarapuava até aqui.*¹³⁵

E no ano seguinte, precisamente no dia 6 de janeiro este sacerdote assumiu o cargo de capelão da colônia, recebendo remuneração adequada. Durante o período em que permaneceu o padre exerceu as funções religiosas e dirigiu a escola

¹³⁵ Colônia Militar do Chopim. v.412. p.7.

primária ali instalada. No dia 12 de dezembro, o diretor comunicou em boletim que o Pe. José Stumbo havia pedido licença in determinada para dirigir-se a Guarapuava com a finalidade de votar na eleição provincial que seria realizada no dia 17. E que ele, considerando não ter atribuição para tanto, negara-lhe a licença solicitada. E na ordem do dia 14 de dezembro o diretor informava que o padre dirigira-se a capital a fim de solicitar ao presidente da província para que este autorizasse a sua ida a Guarapuava. Em virtude dessa atitude e

por ter no gozo de licença ultimamente o excedido de 2 dias, declaro suspenso de suas funções o referido Capelão até decisão de sua Ex.^a o Snr. Presidente da Província ou rescisão de seu contrato. ¹³⁶

Este incidente terminou no dia 6 de janeiro de 1888, quando o presidente da província determinou que fosse elaborada a rescisão do contrato com o sacerdote, em decorrência de seu procedimento irregular. Posteriormente, poucos padres fixaram sua residência na colônia, e os padres passaram a vir de Palmas. Os ofícios religiosos realizados pelos padres na colônia até 1888, somente foram registrados nos livros da Igreja Matriz de Palmas. Em 19 de janeiro de 1889, o registro civil dos casamentos, nascimentos e óbitos passou a ser feito na própria colônia, em livros apropriados. Alguns registros continuaram a ser feitos também pelos padres de Palmas.

Até o ano de 1902, os casamentos civis deveriam ser realizados em Palmas. Porém, muitas pessoas não tinham condições financeiras de viajar os 110 km para realizar o ato. Em

¹³⁶ Colônia Militar do Chopim. v.412. p.28.

conseqüência, muitos casais permaneciam casados apenas no religioso e outros, até a vinda do sacerdote, permaneciam em estado ilegal, segundo eles próprios. A partir de 1903, o juiz distrital de Mangueirinha passou a visitar a colônia com a finalidade de realizar os casamentos civis.

Os soldados que pretendiam casar necessitavam da autorização do comandante do batalhão. Para tanto, o pretendente deveria enviar um requerimento ao diretor da colônia informando as suas intenções bem como o nome da noiva. No dia 5 de maio de 1902, o diretor José Carlos Lamaiguère Teixeira enviou o requerimento de Lucio José Bezerra ao comandante do 39º batalhão de infantaria. O soldado pedia licença para contrair matrimônio com Ephigenia Maria dos Santos. Em vista disso, o diretor comunicou ao comandante o desejo do soldado e acrescentou: "*ca-be-me informar-vos que não encontro inconveniente algum, e que ambos os nubentes têm bom comportamento*"¹³⁷. Com esta aprovação, o soldado poderia contrair matrimônio e teria o direito de ficar dois a três dias de folga.

A instrução representou, para muitos diretores uma constante preocupação. Em 19 de março de 1883, inaugurou-se a primeira escola primária, destinada a atender as crianças de ambos os sexos. Tendo funcionado durante três anos, a escola foi fechada quando ocorreu a transferência do professor Napoleão do Rego Brasileiro. Após esse período, a escola esteve sob a direção do capelão Stumbo. Em relatório de 19 de julho de 1890, o diretor Martins de Mello comunicou ao governador do estado

¹³⁷Colônia Militar do Chopim. v.410. p.96 verso.

que devido a "falta de pessoal habilitado não me tem sido possível manter constantemente uma escola para os filhos dos colonos e soldados" ¹³⁸. E pedia providências no sentido de ser enviado um militar habilitado a fim de que a escola funcionasse regularmente. O problema continuou sem solução ainda em 1891, pois o diretor reclamou providências urgentes ao goverandor por que existiam mais de 30 crianças em idade de frequentar a escola. Sanado o problema, a escola voltou a funcionar.

Posteriormente, ocorreu uma reestruturação na escola de primeiras letras. A Escola de Letras, Artes e Officios da Colonia Militar do Chopim, dirigida pelo alferes Joaquim Vieira Ferreira Sobrinho, autor da reforma, começou as aulas no dia 19 de fevereiro de 1902. Estavam matriculados 75 alunos de ambos os sexos, sendo: 12 praças, 2 colonos e 61 meninos e meninas de 6 a 16 anos. A escola oferecia aulas de primeiras letras, de carpintaria, sapataria e ferraria. O diretor pretendia, logo que conseguisse um soldado habilitado, oferecer aulas de música, extensivas a todos os adultos que manifestassem interesse em frequentar. E acalentava um projeto de, futuramente, organizar uma banda musical, com elementos civis e militares, adultos e crianças.

A aula de carpintaria tinha a frequência de 14 meninos, e as aulas de sapataria e ferraria contavam com 4 alunos cada. O diretor da escola lecionava as primeiras letras, enquanto que as noções de ferraria eram ministradas pelo soldado Lucio Bezerra, as de sapataria pelo Manoel Ferreira e as de carpintaria por Antonio Gomes de Oliveira. As aulas funciona-

¹³⁸ *Colônia Militar do Chopim*. v.393. p.4.

vam

*nas 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} das 11 horas da manhã as duas da tarde no 1^o tempo para os menores e das 6 1/2 da tarde as 9 da noite, 2^o tempo para os adultos*¹³⁹.

Os registros das matrículas referem-se apenas aos alunos menores, que freqüentavam a aula no período da manhã. No ano de 1903, matricularam-se 32 alunos, cuja idade variava de 6 a 18 anos. Em 1904, havia 24 alunos que apresentavam uma faixa etária entre 5 e 13 anos. No ano de 1905 compareceram 29 alunos, cuja idade variava entre 4 e 15 anos. Em 1906, matricularam-se 30 alunos com a idade compreendida entre 7 e 15 anos. Em 1907, último ano registrado nos livros competentes, matricularam-se 23 alunos, com a idade variando entre 6 e 14 anos. Não há registros de que a escola tenha funcionado no ano de 1908 ou 1909, quando a colônia foi extinta.

Outra festividade da qual participavam grande parte dos membros da colônia ocorria na época do carnaval, quando reuniam-se para divertir-se nas comemorações momescas. Sendo a maioria dos militares advindos das regiões Sudeste e Nordeste, a participação dos mesmos verificava-se em grande escala. O que também ocorria nas danças de côco, introduzidas por eles e da qual todos participavam. Estas danças ocorriam uma ou duas vezes por mês, durante os fins de semana.

4.6 - Evolução demográfica.

No estudo do contingente populacional deste esta-

¹³⁹ *Colônia Militar do Chopim. v.414. p.91.*

beleçimento verifica-se que ocorreu a preocupação dos fundadores com a finalidade de organizar-se um núcleo no qual houvesse a participação de todos. Nota-se que as famílias acompanharam a comissão fundadora, deslocando-se, em sua maioria, desde a cidade do Rio de Janeiro ao local da futura colônia.

Na ata da fundação, o primeiro documento elaborado na colônia, consta que estavam 107 pessoas. Entre estas, 81 militares com suas famílias, 22 colonos e seus familiares e mais 4 colonos solteiros. Ao todo, o núcleo iniciou com 51 homens, 22 mulheres e 34 crianças.

Durante os primeiros anos o crescimento populacional ocorreu de forma lenta, porém contínua. Os diretores informavam que havia grande dificuldade em aumentar o número de colonos.

A facilidade com que qualquer se apropria e estabelece em terras do Estado, sem coibição de autoridade alguma; a pouca confiança nas vantagens offercidas; a crença de que, retirando-se a comissão, fique a colonia sem a protecção administrativa são os principais embaraços à colonização do núcleo do Chopim¹⁴⁰.

Estes obstáculos dificultaram, durante certo tempo o processo de colonização deste núcleo militar.

Passados os primeiros anos, a afluência dos colonos ocorreu lenta e gradualmente. Verificou-se que o contingente militar também sofreu um aumento gradual. Em 1886, a população da colônia alcançava a cifra de 289 pessoas. Destas, 103

¹⁴⁰ D'OLIVEIRA, Brazílio Augusto Machado. *op. cit.* 1884. p.38.

eram homens, 59 mulheres e o número das crianças, filhos de militares e de civis ascendia a 127. Os dados registrados no relatório do presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho¹⁴¹, destacavam que entre o total da população haviam 204 brasileiros, assim distribuídos: 67 homens, 45 mulheres e 92 crianças. E o número de praças que no início era de 20, havia sido aumentado para 32. De conformidade com estes dados nota-se que, decorridos cerca de 4 anos, houve um crescimento vegetativo da população acompanhado de um aumento através da entrada de novos colonos e militares.

Em relatório de 31 de maio de 1890, o diretor Joaquim Martins de Mello informava que a população registrava 483 pessoas. Sendo 115 entre os militares e as suas famílias e 368 o número de colonos e seus familiares. E com referência ao mesmo ano, pode-se citar uma estatística com elementos mais completos e elucidativos. A publicação do Recenseamento Geral da população brasileira¹⁴² em 31 de dezembro de 1890, informava que na colônia militar do Chopim, distrito de Palmas viviam 529 pessoas. O censo apresentava a distribuição da população de acordo com o sexo, a raça, o estado civil, o culto, a nacionalidade, a profissão, etc. Com relação à raça quesito que não consta dos dados fornecidos pelos diretores, a população estava assim constituída: 228 brancos, 147 mestiços, 28 pretos e 126 índios. Com referência à população indígena, o único registro encontrado esclarece que havia sob a proteção da colônia "cinco famílias de índios Coroados, tendo perto de cinquenta

¹⁴¹ FARIA SOBRINHO, Joaquim de Almeida. Relatório do presidente da província. 1886. p.93.

¹⁴² RIO BRANCO, Barão do. *op. cit.* v.4 anexos.

pessoas, os quais residem em terrenos da Colônia desde sua fundação..."¹⁴³. A divergência com relação à população indígena pode ser explicada como tendo sido acrescentado o número de colonos descendentes de índios como tal.

No ano de 1903, o número de pessoas residentes na colônia atingia a cifra de 535. Após esse período, não existem dados quanto ao aumento ou decréscimo populacional verificado até o ano de 1909.

Convém salientar que os dados referentes aos anos não citados contêm inexatidões que prejudicaram os trabalhos de estatística organizados pela repartição competente. Em correspondência de 13 de agosto de 1898, o encarregado da 1ª Seção da Diretoria Geral de Estatística, informava ao seu chefe a respeito das dificuldades encontradas na coleta de dados sobre a população de Mangueirinha e da colônia. O encarregado comentava sobre os obstáculos e irregularidades que comprovaram nos livros de Registro Civil pois, apesar do Distrito de Mangueirinha contar com Juiz Distrital há três anos, apenas três assentos foram registrados nos respectivos livros. E acrescentava que

*uma parte do povo d'este districto sã casa no Padre (sic), e não procura o civil. O Padre de Palmas aqui chega e começa a fazer casamentos, não sã aqui, como na Colônia do Chopim, e estes nubentes depois de casados, não querem realizar no civil, dizendo que estão muito bem casados, e que ẽ a verdadeira lei que Deus deixou!... Ainda mais que o Padre não quer baptisar os filhos de quem sã casa no civil*¹⁴⁴.

¹⁴³ *Offícios. 1890. v.19. p.51.*

¹⁴⁴ *Offícios. 1898. v.10. p.132.*

Os registros civis referentes a nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos na colônia, iniciaram-se após a publicação da ordem do dia 19 de janeiro de 1889. Neste boletim, o diretor comunicava que, de acordo com o Decreto nº 9886, de 7 de março de 1888, o registro civil seria feito na própria colônia. E para tal, convocava todos os habitantes a apresentarem as declarações e outros documentos relativos a tais eventos e que seria punido, de acordo com a lei, aquele que não respondesse à solicitação. E a partir desta data, os registros civis apresentam completo referencial sobre a evolução humana. Os registros relativos a datas anteriores, foram colhidos nos livros da Igreja de Palmas, no Arquivo do Bispado de Palmas ou no Cartório de Mangueirinha.

No período compreendido entre 1882 a 1909, ocorreram 599 nascimentos, a média de nascimentos registrados foi de aproximadamente 21. No ano de 1902, ocorreu o maior número de nascimentos, 44, sendo 20 masculinos e 24 femininos. Nos anos de 1885 e 1888, os registros não anotaram nenhuma ocorrência. Entretanto, saliente-se que no período de 1882 a 1888, os registros ocorreram tão somente nos livros religiosos, em virtude das visitas dos padres de Palmas ou de Guarapuava, quando realizavam os batizados.

O número total de casamentos atingiu a cifra de 88, sendo que no ano de 1905, ocorreram 16. Com respeito ao item casamento deve-se assinalar que os registros realizados depois de 1888, referiam-se àqueles oficiados pelo Juiz Distrital de Mangueirinha ou outro substituto. Os casamentos feitos apenas sob os ritos católicos não foram computados nos livros de re-

registros da colônia. Os casamentos ocorriam, geralmente, entre os próprios membros da colônia. A idade dos noivos variava entre 14 a 32 anos, havendo também nubentes que apresentavam idade mais avançada, nos eventos em que os cônjuges casavam pela segunda vez. A cerimônia de casamentos realizava-se na casa da diretoria, na presença das autoridades civis e religiosas. Geralmente, verificavam-se várias cerimônias de casamento ou batizado no mesmo dia, em virtude da passagem do sacerdote ou do juiz distrital pela colônia.

Quanto ao número de óbitos ocorridos e registrados, somam a 128. Na maioria desses registros não consta a causa *motis* devido à falta de médico. Entre as causas citadas, encontram-se o tétano, com 5 mortos, febre tifóide com 4, queimaduras, sarampo, oclusão intestinal e tuberculose pulmonar, cada uma causou 3 mortes, entre outras.

A população da comunidade formada nesta colônia apresentou, com o decorrer do tempo, crescentes modificações no seu quadro inicial. As transformações foram provocadas pela entrada de novos colonos civis, pelas saídas dos colonos já estabelecidos, pela entrada ou transferência de militares com ou sem família, através da formação e constituição de novas famílias, etc. Indubitavelmente, o aumento verificado no contingente provocou a necessidade de ampliação das casas e instalações pertencentes à diretoria e novas casas foram construídas para abrigar os novos membros.

Em decorrência do crescimento da população, tanto civil quanto militar, verificou-se uma expansão do núcleo inicialmente constituído. A ampliação ocorreu não só no quadro ur-

bano como também na área rural.

Etnicamente, este estabelecimento militar representou um prolongamento da heterogeneidade étnica brasileira verificada em outras regiões do país, devido aos diferentes grupos formadores. Dessa maneira, misturava-se o elemento branco, representado pelo colono europeu, pelos militares e pelos colonos sulistas, juntamente com alguns negros, mestiços e índios.

Grande parte da população militar originava-se de vários estados brasileiros, principalmente do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Enquanto que a maior parte dos colonos civis eram oriundos do Rio Grande do Sul, São Paulo e outras cidades do Paraná.

Entre os imigrantes, encontravam-se muitos poloneses austríacos, alemães, franceses e italianos que, depois de determinado tempo providenciaram a sua documentação de naturalização.

Em vista das afirmações feitas, depreende-se que esse núcleo militar reuniu pessoas com costumes, línguas e hábitos diferentes. E, com a convivência diária, houve a necessidade de adaptar-se às novas condições, adotando costumes diferentes e influenciando sobre os outros através da atuação da própria pessoa.

Os colonos civis e soldados solteiros que fixaram-se na colônia, realizavam o casamento, em sua maioria, com as próprias moças residentes na colônia.

A partir do ano de 1900, foram muitos os casamen-

tos onde pelo menos um dos cônjuges havia nascido na própria colônia. Provocando, dessa maneira, o aparecimento da segunda geração de descendentes da Colônia Militar do Chopim.

As atividades ligadas ao setor econômico que, nos primórdios da colônia apresentavam-se reduzidas a pequena escala, sofreram um processo evolutivo. Concomitantemente ao aumento das atividades agropecuárias e comerciais, presenciou-se uma elevação do padrão de vida e a melhoria da situação financeira para quase todos os colonos.

Entretanto, segundo os comentários de alguns administradores coloniais o grau de desenvolvimento econômico e o crescimento populacional alcançado pelo estabelecimento durante os vinte e sete anos de existência, registraram-se aquém das expectativas quando da criação do mesmo.

Essa opinião pode ser confirmada e melhor entendida quando procede-se a uma análise a respeito dos problemas e das dificuldades enfrentadas, objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO V

PROBLEMAS E DIFICULDADES
ENFRENTADAS PELA COLÔNIA

Este estabelecimento militar, como vários outros criados sob o mesmo modelo estrutural e com objetivos semelhantes, enfrentou muitas dificuldades e entraves que prejudicaram o seu desenvolvimento.

A população, composta de civis e militares oriundos de diferentes regiões, procurou adaptar-se às condições impostas pelo local onde fora estabelecida a colônia.

Os civis, acompanhados pelas suas famílias, passaram a dedicar-se às atividades com as quais possuíam maior identidade. O exercício da profissão escolhida foi desempenhado a critério individual, considerando sempre a obediência às normas e regulamentos implantados pela direção militar.

Quanto aos elementos pertencentes ao quadro militar que, em sua maioria, também estavam acompanhados pelas respectivas famílias, procuraram desenvolver as atividades militares normalmente verificadas em qualquer estabelecimento militar desta categoria. Devido às necessidades ocorridas, eventualmente, os militares foram obrigados a desempenhar os trabalhos relacionados com a plantação de roças, criação de cavalos, construção de casas, além de outros mais. Nesses trabalhos, os soldados operavam sob a orientação de um cabo ou de outro que possuía conhecimento maior a respeito da atividade.

A colônia, por estar localizada em região distante dos centros mais populosos e detentores de maiores recursos e, ainda por contar com um precário sistema de comunicações, exigia que os seus membros procurassem superar as dificuldades a-

través do trabalho realizado em comum. Assim, o progresso verificado durante os vinte e sete anos de existência desse núcleo militar, foi alcançado em virtude dos esforços e do empenho generalizado de toda a sua população.

Os entraves, salientados e comentados pelos próprios diretores e comandantes, relacionaram-se, basicamente com a posição geográfica e as dificuldades no setor financeiro. Por conseguinte, o isolamento e a dificuldade em estabelecer comunicações rápidas e eficientes com as demais cidades, juntamente com a falta de verbas especiais para a construção de melhorias e a falta de pessoal especializado, podem ser apontadas como as principais causas que dificultaram o progresso desta colônia.

5.1 - Vias de comunicação

A Colônia Militar do Chopim ligava-se a pontos exteriores através de duas vias de comunicação com a cidade de Guarapuava e a vila de Bella Vista de Palmas, passando esta por Mangueirinha e Palmas. E por outras duas que a ligavam a pontos interiores, Rio Chopim e Dória.

O lugar onde foi fundada a colônia, situava-se em região de extensa rede hidrográfica. Contudo, nenhum desses rios - o Chopinzinho, o Iguazu ou o Chopim - ofereciam condições favoráveis à navegabilidade, nos trechos abrangidos pela mesma. Na hipótese de que um desses rios fosse navegável, as comunicações com o Porto União da Vitória, tornar-se-iam mais rápidas e fáceis. Em Porto União da Vitória funcionava, desde 1882, o

serviço regular de navegação à barco para passageiros e cargas, que utilizava grande trecho do rio Iguaçu. Em decorrência da inexistência de um trecho navegável entre a colônia e este porto, a ligação deveria ser feita por via terrestre, o que atravassava e dificultava ainda mais a viagem para quem se dirigia à capital.

A principal das vias de comunicação terrestre na direção nordeste, ligava a colônia a Guarapuava, centro de grande desenvolvimento econômico e social na época. Caracterizava-se como sendo uma estrada carroçável. A picada original desta estrada fora aberta pela comissão fundadora. Após a instalação da colônia, tornou-se necessária a melhoria desta picada, transformando-a em estrada que permitisse o trânsito do pessoal da colônia que dirigia-se a Guarapuava e à capital, e vice-versa. Esta via de comunicação que, com os melhoramentos efetuados na década de 80 tornou-se uma picada de cargueiros, apresentava um percurso de cerca de 150 Km. O diretor major Martins de Melo informava em relatório de 31 de maio de 1890, enviado ao presidente da província que a colônia ligava-se a Guarapuava através de uma estrada "*com 9 léguas tres pontes e pontilhões diversos em sertão e conservada pela Comissão*"¹⁴⁵ Contudo, os recursos fornecidos à diretoria, em quase todo o período, foram insuficientes para que os trabalhos de conservação e de melhoria fossem realizados com regularidade. Em consequência, a situação da estrada tornava-se precária, dificultando a passagem. Em correspondência de 28 de outubro de 1903, o diretor José Joa

¹⁴⁵ *Colônia Militar do Chopim*. v.393. p.4 verso.

quim Pereira Lobo comunica ao comando do Distrito Militar sobre a imperiosa necessidade de melhorar tal via. E estas informações baseiam-se nas dificuldades enfrentadas ao dirigir-se de Guarapuava à colônia, quando vinha da capital, informa que

*a estrada, se assim se pode denominar na sua maior extensão, já não é mais penosa e sim quasi intransitavel exigindo o maximo esforço mesmo da parte dos animaes viajores. Em diversos pontos está o viajante sujeito a interromper a sua jornada, a aboletar-se a beira de um dos muitos riachos empanturrados que vedalhes a passagem ocasionando-lhe prejuizos materiaes quasi sempre serios, (...). O que venho de narrar-vos acaba de succeder-me pois sahindo da sede do Districto a 2 do corrente sō conseguí aqui chegar a 23, depois de longa série de paradas, sendo necessário até, aproveitar-me do concurso de uns tantos carroceiros que o accaso providencialmente reunio a beira de um dos riachos, para a construcção de uma ponte provisória, que depois de vinte e quatro horas de abarracamento sendo a maior parte impregada n'esse serviço pôdemos varar o passo que a nós todos inquietava.*¹⁴⁶

As precárias condições dessa estrada acentuavam-se quando chovia. A vasta rede hidrográfica da região aumentava de volume, expandindo-se, erodindo o leito da estrada e provocando a caída de pontes e pontilhões. Em consequência, o trânsito das bestas de carga, responsáveis pelo transporte de gêneros alimentícios comprados pelos negociantes da colônia e pelo escoamento do excedente da produção, tornava-se lento e difícil. E essas dificuldades, somadas com a deterioração dos alimentos, além da demora na viagem, encareciam os produtos, tornando mais difícil a aquisição para os colonos e militares.

¹⁴⁶ Colônia Militar do Chopim. v.397. p.34 verso.

Ocorre que as más condições das estradas, principalmente a que ligava a Guarapuava, também foram responsáveis pela diminuição do montante das exportações agrícolas. Os negócios de exportação e de comércio de produtos oriundos da agricultura ficavam prejudicados porque os mesmos não chegavam a Guarapuava nas condições desejadas e nos prazos previstos quando da celebração dos referidos contratos. Em correspondência enviada para o comando do Distrito Militar, no dia 28 de outubro de 1903, o diretor José Joaquim Pereira Lobo comentava sobre o

desanimo que invade o espirito dos colonos mais productores, os quaes queixão-se da dificuldade que ha em darem sahida aos seus productos ¹⁴⁷.

O mesmo diretor apresentava qual seria, na sua opinião, a solução mais adequada para resolver os problemas decorrentes do precário estado das vias de comunicação:

É importante (...) de toda a utilidade alem da imperiosa necessidade que se impõe a cada um que deseja o desenvolvimento da Colônia, auxiliar esforçadamente primeiro que tudo de melhorar as suas principais vias de comunicação... ¹⁴⁸.

Em virtude disso, foram constantes os pedidos de reclamações dos dirigentes para que o governo providenciasse a melhoria de tal via de comunicação. Porém, em correspondência de 6 de setembro de 1906, o diretor comunicou ao coronel Dr. Severiano Carneiro da Silva Rego, inspetor da colônia, que a

¹⁴⁷ Colônia Militar do Chopim. v. 397. p. 35.

¹⁴⁸ Ibidem. p. 34 v e 35.

referida estrada apresentava melhores condições de tráfego e que contava com " 24 Kilometros carroçaveis entre esta Colônia e a margem esquerda do Iguassû de onde dista 36 Kilometros e de Guarapuava 150..." ¹⁴⁹ .

Para a travessia do rio Iguaçú, nesse ponto citado pelo diretor, os viajantes utilizavam-se de uma balsa construída pelos engenheiros e soldados da colônia. A primeira balsa, toscamente construída, permitia a passagem de poucos cavalos e muares por vez. Posteriormente, construiu-se nova balsa, de tamanho maior, que transportava maior número de pessoas e de animais por viagem e que oferecia maior segurança. O serviço de balsa nesse ponto foi explorado, durante algum tempo pelo capitão Frederico Wirmond, proprietário de terras na região, que adquirira o direito dessa exploração. Posteriormente, o serviço de balsa passou a ser manipulado pelos próprios soldados da colônia.

Em 1904, o diretor José Joaquim Pereira Lobo inaugurou a ponte sobre o rio Barra Grande, melhoramento que há muito se tornava necessário. A ponte, construída pelos soldados e engenheiros da colônia, media 19 m, e estava localizada a uma altura de 4,20 m acima do nível normal das águas. Esta altura era considerada suficiente para que a ponte não fosse alcançada pelas águas das grandes enchentes. Apresentava ainda 2,80 m de largura, tendo aproximadamente 10 m de vão. Com a construção dessa ponte, o diretor considerava que não haveriam mais pro

¹⁴⁹ Colônia Militar do Chopim. v.406. p.30.

blemas de interrupção de viagens devido às grandes chuvas, pelo menos nesse ponto da estrada.

A viagem da colônia até a capital, poderia ser feita obedecendo-se a dois itinerários. O primeiro, mais utilizado, dirigia-se até a cidade de Guarapuava e seguindo pela estrada geral até Curitiba, percorrendo uma extensão de aproximadamente 470 Kilômetros. A outra opção, seguiria por estrada diferente. O viajante poderia dirigir-se do núcleo militar até o Porto União da Vitória por estrada carroçável. De Porto Vitória à corredeira de Caiacanga, numa extensão de 350 Km¹⁵⁰, o percurso seria feito utilizando-se de barcos de navegação no rio Iguaçu. De Caiacanga, situada a duas léguas da cidade de Palmeira, à Curitiba, a distância seria vencida por via terrestre. Embora a opção por este percurso compreendesse a utilização de dois meios de locomoção, o viajante ganharia alguns dias.

A outra via de comunicação ligava a colônia, na direção sudeste a centros menos populosos que Guarapuava, como Mangueirinha, Palmas e Bella Vista de Palmas (Boa Vista de Palmas), tendo um percurso de aproximadamente 110 quilômetros. Este caminho, caracterizava-se, em sua maior parte, como uma picada de cargueiros. Segundo os relatórios, esta estrada exigia constantes trabalhos de melhorias, que foram executados pelos soldados somente até os limites da colônia, no lugar conhecido como Campina dos Bugres. Este trecho, zelado constantemente pe

¹⁵⁰ WACHOWICZ, Ruy C. "A transformação da propriedade fundiária do vale do rio Iguaçu". p.708.

los praças e colonos, compreendia cerca de 27 Km.0 restante do percurso, aproximadamente 83 Km, atravessava diversos rios, riachos e passos, em sua maior parte desprovidos de pontes ou pontilhões, o que dificultava ainda mais as comunicações. Toda a extensão desta picada exigia constantes cuidados como informa o diretor José Joaquim Pereira Lobo em seu relatório de 17 de novembro de 1904. Os trabalhos deviam ser realizados anualmente,

*pois a natureza do solo a uberdade do mesmo não consente que se despreze tal cuidado, sob penna de não sō a vegetação como os temporaes, trancal-os completamente em pouco tempo*¹⁵¹.

A terceira dirigia-se ao rio Chopim, na direção oeste. Esta picada de cargueiros, com uma extensão de 30 Km, atravessava uma região de sertão pouco desbravado. A maioria dos rios e arroios que cruzava não tinham ponte ou pontilhão. Inicialmente, esta picada possuía cerca de 6 metros de largura, construída e zelada em toda a sua extensão, pelos praças e colonos.

A quarta, ligava a colônia ao rio Dória, em demanda do rio Iguçu. Caracterizada como sendo uma picada de cargueiros, apresentava 3 metros de largura e aproximadamente 3,5 léguas de extensão e poderia, posteriormente atingir a região das Laranjeiras. Para que esta ligação fosse efetuada, tornava-se necessária a construção de uma ponte sobre o rio Iguçu, que neste ponto apresenta cerca de 50 m de largura. Caso fosse construída a ponte sobre o rio Iguçu, nesse ponto, colocaria este estabelecimento em contato com a região onde primeiramente ha-

¹⁵¹ Colônia Militar do Chopim. v.397. p.75 v.

via sido designada para a sua localização. Através da ponte, tornar-se-ia possível manter comunicação com a pequena população residente nos Campos do Xagū.

Além desses, outros caminhos sem muita importância existiam, e que levavam a diferentes pontos no perímetro colonial. Estas picadas, geralmente de pequena extensão, necessitavam de freqüentes cuidados realizados pelos colonos estabelecidos nas proximidades. Contavam, às vezes, com a ajuda de soldados para torná-los transitáveis.

Os trabalhos de abertura e de conservação dessas picadas e estradas eram feitos pelos soldados e alguns colonos convocados. Munidos dos instrumentos fornecidos pela diretoria, machados, enchadas, pás, picaretas, carrinhos de mão, serras manuais, etc., dirigiam-se para determinado ponto a fim de realizarem trabalhos. Após instalarem o acampamento, iniciavam os trabalhos necessários que duravam aproximadamente 10 dias. Na abertura de novas picadas, tornava-se necessário a derrubada das árvores, o que era feito com a ajuda de machados e de serra manual.

As árvores derrubadas eram devidamente cortadas em toras e transportadas em carroças para a sede da colônia. No local, procedia-se ao corte da madeira, transformando em toscas vigas e tábuas utilizadas na construção de casas, depósitos, etc.

Os viajantes que utilizavam as estradas ou picadas de ligação da colônia, freqüentemente deparavam com obstáculos na travessia dos rios no período do inverno, quando veri

ficava-se maior precipitação pluviométrica. A maior incidência de chuvas ocasionava o aumento do volume das águas dos rios e frequentemente registravam-se quedas de pontes ou pontilhões, cuja estrutura não suportava a pressão feita pela água. E, muitas vezes, as pessoas eram obrigadas a paralisarem a viagem, a campando na beira do rio, esperando que as águas voltassem ao seu leito. Porque, somente com as águas estando em seu volume normal, haveria condições de passagem da montaria ou da carroça utilizada pelos viajantes.

A maioria das vias de comunicação que efetuavam as ligações a pontos exteriores, achavam-se em precário estado. Apesar dos esforços dos diretores e dos trabalhos executados, as viagens com destino às cidades de Guarapuava, Curitiba ou Palmas, sofreram atrasos consideráveis e enfrentaram muitas dificuldades.

Nos primeiros tempos de seu funcionamento, a colônia não contava com os serviços de uma agência de correios instalada em seu perímetro. A correspondência, dirigida a Guarapuava e a capital, devia ser enviada através de um estafeta que dirigia-se mensalmente, a cavalo. Quando havia urgência na mensagem, tornava-se necessário o envio de um soldado do corpo fixo do destacamento. Mais tarde, com a instalação de uma agência, o estafeta dirigia-se de 10 em 10 dias. O último agente, alferes Joaquim Vieira Ferreira Sobrinho informou ao administrador geral dos correios que a agência devia ser fechada, por não existir condições que permitissem o seu funcionamento. Em ofício de 21 de setembro de 1905, o diretor José Joaquim Pereira Lobo comunicava ao comandante do distrito militar que as in

formações prestadas pelo agente eram falsas. Segundo o diretor, o agente dissera que "não existia nesta Colônia pessoa idonea capaz de desempenhar taes funções"¹⁵², opinião contestada no ofício. O diretor propunha a

*criação de uma agencia de 3.^a classe, para a qual deverá ser nomeado o côlono civil José Maria de Brito, a quem o alferes Sobrinho que ora acha-se neste Districto poderá fazer a justiça que o mesmo merece*¹⁵³.

Esta proposta, feita para sanar o problema de comunicação que a colônia enfrentava, foi atendida, posteriormente.

Além dos problemas relacionados com o transporte da correspondência, este núcleo militar ressentiu-se da falta de aparelho telegráfico que ligasse a outras cidades. Convém reafirmar que somente a partir de 1904, a população pode utilizar-se do telégrafo.

A linha telegráfica foi instalada após inúmeras e repetidas reclamações formuladas pela administração da colônia. E para que esta pudesse ser posta em funcionamento, tornava-se necessário a construção do trecho que da colônia dirigia-se a vila de Mangueirinha, onde já existia tal melhoramento. O trecho teria uma extensão de aproximadamente 35 Km. A verba de dez contos de réis, destinada a suprir as despesas referentes a construção da linha, foi autorizada pela Lei nº 957

¹⁵² Colônia Militar do Chopim. v.406. p.3

¹⁵³ Ibidem, p.3 verso

de 30 de dezembro de 1902, artigo 17 § 1º. Contudo os trabalhos de construção somente foram iniciados em 1904, e no ano seguinte, entrou em funcionamento. O telégrafo era operado por um soldado especialmente treinado. Após a instalação do serviço telegráfico, tornou-se possível manter rápidas e eficientes comunicações com outras cidades e vilas. Conseqüentemente, possibilitou condições para que este núcleo militar pudesse integrar-se às demais regiões que já operavam e dispunham deste instrumento indispensável de comunicação.

Um dos argumentos utilizados pelos diretores para pleitear a instalação do serviço telegráfico, dizia respeito à necessidade de manter rápidos contatos com os povoados próximos. Afirmavam que, na hipótese de ocorrer um ataque inimigo - principalmente argentino, em Mangueirinha, Palmas ou Bela Vista de Palmas, o contingente militar poderia ser mobilizado para efetuar a proteção. Entretanto, considerando-se o número de soldados e de instrumentos bélicos disponíveis, o destacamento militar enfrentaria muitas dificuldades para proteger a população e rechaçar o ataque inimigo, mesmo sendo advertido a tempo. Porém, de acordo com os registros, não houve a necessidade de ser deslocada a força militar instalada neste núcleo colonial.

Pode-se concluir, pela análise sobre as vias de comunicação existentes e disponíveis para a população da colônia, alguns dos problemas enfrentados pelas pessoas que delas necessitavam. Em primeiro lugar, com relação a precária situação das estradas e picadas que exigiam constantes cuidados e melhorias. Em condições normais, o estado das estradas pode ser caracterizado como razoável, permitindo o tráfego das mulas de

carga e das carroças que transportavam os gêneros de consumo das vilas próximas para a colônia e vice-versa. Entretanto, no período de inverno, principalmente, ou quando ocorriam grandes chuvas, o leito das estradas sofria modificações, dificultando o andamento da jornada das pessoas em viagem pela região. Essas dificuldades refletiam diretamente no movimento comercial e operacional da colônia, especialmente no que diz respeito ao montante exportável. As precárias condições das vias de comunicação tornavam mais difícil o escoamento do excedente produzido, pelo fato de atrasarem a entrega dos mesmos nos prazos estabelecidos.

Em decorrência da falta de meios de transporte adequados, a colônia foi forçada a viver, durante certo tempo, em economia fechada¹⁵⁴. Nesse período, às suas relações com os outros mercados próximos ocorriam de forma esparsa. Além disso, o movimento econômico apresentado era pouco expressivo. Em suma, pode-se afirmar que os colonos foram prejudicados porque não tinham condições de colocar a produção agrícola, em virtude da ausência de mercados próximos e dos inoperantes meios de transporte.

Entre as causas que impediram o aumento e a expansão dessa unidade de colonização militar, pode ser destacado, o isolamento em que a mesma estava situada. O local, longe de centros de maior expansão e servido por estradas que nem sempre permitiam a locomoção de maneira fácil, rápida e tranqüi-

¹⁵⁴DENIS, Pierre. "A Colonização no Paranã". p.346.

lamente, não exercia grande atração na pequena população circunvizinha.

A colônia fora criada para proteger a população da região e incrementar o povoamento. Deveria ser, portanto, um pólo de atração no sentido de ser estabelecido novo contingente populacional. Inicialmente, tornou-se difícil exercer essa atração, porque nem todos tinham o exato conhecimento a respeito do que era essa *colônia dos militares* - expressão muito usada na época. Posteriormente, as pessoas que já haviam fixado residência nos arredores, passou a manter um contato mais estreito e muitos transferiram-se para o perímetro colonial. Outras famílias, migraram de outras regiões, movidas pela expectativa de melhores oportunidades na nova área.

Os problemas oriundos do isolamento atingiam todos os membros da colônia, ocorrendo de forma mais grave durante o período da primeira década. Localizada numa região distante dos lugarejos mais próximos, distava cerca de 150 Km de Guarapuava, 130 de Palmas e 36 de Mangueirinha. A população colonial ressentia-se de contato mais profundo e produtivo com uma sociedade constituída. Mediante um contato efetivo, as pessoas teriam condições de trocar idéias e experiências, ou seja, manter um relacionamento profundo, gerando um intercâmbio sócio-econômico-cultural.

5.2 - Falta de verbas e de pessoal especializado.

Um outro problema, do qual há inúmeros registros na correspondência, dizia respeito a falta de assistência do governo. O auxílio governamental, principalmente sob a forma

de concessão de verbas para a aplicação em melhorias e novas construções, quase sempre revelou-se pequeno, aquém das reais necessidades. A verba destinada ao pagamento dos militares e das despesas com os colonos, sofria constantes atrasos e também diminuições, o que prejudicava o cumprimento de vários com promissos assumidos, e dos quais dependia, em grande parte a realização normal dos trabalhos coloniais.

O diretor José Joaquim Pereira Lobo, em ofício en viado ao comandante do distrito militar em 10 de setembro de 1904, explicou as razões e a necessidade do envio de uma verba especial.

*Precisando quasi todos os predios existentes n'esta Colonia de serios reparos, bem cõmo, construir-se novos em substituição aos que absolutamente não se puder aproveitar na reconstrução devido ao adiantado estado de ruina em que alguns se acham, peço vossa valiosa instrucção afim de obter do Snr. Marechal Ministro da Guerra um auxilio destinado a essa ordem de serviços. No estado actual, acha-se esta Directoria impossibilitada de receber mais officiaes para preenchimento das vagas existentes na administração como sejam, as de Professor, Pharmaceutico e commandante do Contingente (...) por não dispor a Colonia de uma casa que possa acomodar um official.*¹⁵⁵

A ausência de pessoal especializado prejudicou a realização de várias atividades. A falta ou a curta permanência do capelão, do médico, do professor, do agente do correio ou do pessoal credenciado a medir e demarcar os lotes, ocasionou transtornos e atrasos nos respectivos trabalhos tão neces

¹⁵⁵ Colônia Militar do Chopim. v.397. s/p.

sários ao desenvolvimento e progresso.

Segundo as informações contidas no relatório de julho de 1890, elaborado pelo diretor Joaquim Martins de Mello, a falta de pessoal especializado tornara-se crítica:

*Sendo o presente trabalho pedido com toda urgência, e estando eu actualmente sobrecarregado de serviços, pois que, além dos inherentes ao meu cargo, estou exercendo os de medico, pharmaceutico, escrivão, almoxarife e ajudante, (...). Pelo que fica dito vê-ce que e indispensavel que a Comissão tenha o seu pessoal completo sem o que o serviço perecerá, é urgente a vinda do medico pois que os serviços que lhe são melindros (...) causem grave prejuizo para a Colonia, por jogar com a vida dos seus habitantes*¹⁵⁶.

No ano seguinte, haviam sido súpridas algumas vagas, porém a de professor e de capelão permanecia, conforme depreende-se da correspondência enviada ao governador do estado, no dia 15 de fevereiro de 1891.

O crescido numero de crianças, que existe nesta Colonia na idade de frequentarem a escola, sendo m^{tos}. dellas filhos de soldados m^e leva a solicitar a vossa preciosa attenção para o importante ramo do serviço publico, a instrucção que, infelismente, tem sido quasi nula neste estabelecimento.

*A escola deve ser regida gratuitamente pelo Capellão; mas este não sendo mandado à Colonia ha perto de 4 annos, ella tem sido regida por cadetes, mal preparados para esse mister, com a gratificação mensal de 10\$000 interrompidamente, por necessidade de outros serviços*¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Colônia Militar do Chopim. v.393. p.1.

¹⁵⁷ Ibidem, s/p.

Os trabalhos referentes a medição e demarcação dos lotes coloniais representaram, para muitos diretores, um problema e uma constante preocupação. Esta situação problemática tornava-se mais acentuada no momento em que chegavam novos colonos dispostos a instalarem-se em lotes que, posteriormente, lhes pertenceriam. Algumas vezes, em virtude da falta de lotes demarcados, os colonos recém chegados foram obrigados a cultivar terras apenas por designação. Em ofício de 29 de janeiro de 1904, o diretor José Joaquim Pereira Lobo, referindo-se ao problema, informa ao comando do distrito militar sobre a necessidade de continuar os trabalhos de demarcação

afim de que estes colonos mantenham o firme propósito de alargar o cultivo e o beneficiamento das terras que lhes devem pertencer (...), sanando esta Directoria algumas dificuldades oriundas da incertesa que os mesmos mantêm em cultivarem as terras meramente designadas ¹⁵⁸.

Por estas transcrições efetuadas, pode-se avaliar as dificuldades encontradas pelos dirigentes deste núcleo populacional devido à falta de verbas e de pessoal especializado, tendo em vista as consequências que geravam.

5.3 - Consumo de bebidas alcoólicas.

Uma das constantes preocupações dos administradores deste núcleo, evidenciadas pela numerosa documentação, relacionava-se com o consumo abusivo de bebidas alcoólicas. Verificou-se, em diversas ocasiões, que pessoas embriagadas, tan

¹⁵⁸ Colônia Militar do Chopim. v.397. p.41-2.

to militares quanto colonos civis, envolveram-se em brigas e discussões, perturbando o desenvolvimento normal dos trabalhos. Houve época em que essas desordens ocorriam diariamente, prejudicando não sō as atividades dos que estavam embriagados, como também a ordem pūblica ficava sujeita a ser constantemente alterada. Em decorrência desses fatos, o diretor Joaquim Martins de Mello tomou a iniciativa, em 1889, de limitar o consumo em um cālice diário de aguardente, a bebida alcoōlica mais popular. Esta medida diāria destinava-se a cada pessoa adulta e deveria ser consumida no prōprio recinto da casa comercial responsāvel pela venda.

Em 6 de janeiro de 1892, o diretor Barros Lins modificou o sistema de fornecimento de bebidas alcoōlicas. Lançou uma concorrência entre os negociantes estabelecidos. O vencedor seria aquele que apresentasse a maior doação acima de 100.000 rēis, para a construção e manutenção da capelinha destinada ao culto religioso. O proponente que vencesse, teria o direito de vender aguardente no prazo de trēs meses, obedecendo rigorosamente as normas em vigor. Os infratores seriam devidamente punidos e perderiam imediatamente o direito adquirido.

Posteriormente, o sistema sofreu novas alterações. Em 14 de outubro de 1900, o diretor Joaquim Galvão Soveral modificou alguns aspectos referentes à proibição. O fornecimento de aguardente deveria ser limitado a duzentos rēis, o que equivalia a um cālice e meio. Além disso, a venda somente poderia ser feita por um dos negociantes que possuíam estabelecimento comercial na colônia. Mensalmente, através de boletins,

o diretor comunicava à população o nome do comerciante responsável pela venda de bebidas alcoólicas.

Percebe-se, a vista de tais documentos, que a venda e o consumo de bebidas com alto teor alcoólico, principalmente a cachaça, esteve constantemente sob o controle das autoridades administrativas da colônia. Este controle, segundo os responsáveis, fora estabelecido com a finalidade de evitar que a ordem pública sofresse perturbações.

5.4 - Problemas sociais e econômicos.

Além dos problemas citados, ocorreram outros de ordem social e econômica, sendo que o principal diz respeito ao abandono dos lotes pelos seus respectivos proprietários.

Quando o colono matriculava-se, recebia a instrução, com a qual concordava, de que deveria construir benfeitorias nos lotes concedidos e pagar as prestações referentes. Em assim fazendo, teria o direito de receber a documentação legal, tornando-se o seu legítimo dono. Pouco tempo depois de instalar-se, o colono recebia um título provisório concedido pelo diretor da colônia, onde constavam as medidas e a localização do seu terreno.

No período em que, de posse do título provisório, ficava aguardando o recebimento do título definitivo, todos os colonos procuravam instalar-se nas respectivas áreas da forma mais adequada e procediam às construções necessárias ao desempenho de suas atividades. Contudo, alguns colonos depois de receberem a titulação definitiva, deixavam de interessar-se pe-

los lotes, abandonando-os e muitos retirando-se do perímetro da colônia. E essa atitude gerava uma série de problemas à diretoria. Em primeiro lugar, o lote não poderia ser concedido aos outros colonos recém-chegados, porque já havia sido conferido o respectivo documento legal. Em segundo, porque nos lotes abandonados, muitas vezes situados na sede, cresciam ervas daninhas e mato em abundância, o que proporcionava um aspecto desagradável ao local. Além disso, como os trabalhos de medição e demarcação dos lotes consistia em um trabalho demorado e que exigia pessoal especializado, nem sempre ã disposição da diretoria, os novos colonos eram obrigados a instalarem-se em área não demarcada, ocasionando uma série de dificuldades. Em consequência, alguns colonos novos dirigiam-se a outros locais, apesar da falta de colonos que este núcleo ressentiu-se durante o período em que esteve funcionando.

Entre as dificuldades do setor econômico, podem ser salientadas as relacionadas com o alto preço dos produtos vendidos pelos negociantes. Como estes produtos eram tansporta-dos de Guarapuava ou de outros mercados mais próximos, de forma rudimentar, ao chegar na colônia, sofriam alterações para compensar as despesas dos negociantes. Os produtos que apre-sentavam maior alteração nos preços, eram o café, o arroz, a carne seca, o açúcar e o sal. Em virtude do aumento dos pre-ços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, foi instituído o sistema das tabelas, organizadas por alguns direto-res, durante determinado tempo, conforme já foi supra mencionado.

No que diz respeito às doenças, essas não constituí

ram propriamente um problema, mas estavam integrando o rol das preocupações dos diretores. A região onde foi instalada a colônia apresentava ótimas condições de salubridade. Apesar de nem sempre poder contar com o atendimento de um médico ou mesmo de um farmacêutico, a saúde da população tendeu a ser caracterizada como muito boa. Houve um único registro de ocorrência de epidemia, que pode ser considerado como um benefício do isolamento.

No período de outubro a novembro de 1890, muitos soldados e colonos, inclusive crianças, foram atacadas pela moléstia conhecida como influenza. No dia 28 de novembro, o diretor Joaquim Martins de Mello comunicou à população que graças a "*proficiência, desvelo e humanidade com que se houve nessa emergência*"¹⁵⁹ o Dr. Joaquim Cerqueira de Souza, pode ser extinta a terrível epidemia. Essa doença, que durante mais de um mês atacou simultaneamente a vários membros de uma mesma família, não provocou a morte de pessoa alguma. Na época, os trabalhos de atendimento do médico da colônia, desenrolaram-se diuturnamente, em que pese estar aquele facultativo fortemente atacado pela moléstia reinante.

Um problema de ordem social enumerado por alguns diretores e que acarretou algumas perturbações na ordem pública vigente, relacionava-se com as constantes brigas verificadas. Houveram muitas brigas que envolveram praças e colonos, principalmente solteiros e quando embriagados, por motivos os mais diversos. Ao tomar conhecimento de tais perturbações, o diretor

¹⁵⁹ *Colônia Militar do Chopim. v.412. p.55.*

procurava separar a briga, acalmar os ânimos e colher o depoimento dos envolvidos. Caso houvesse necessidade, mandava-os para a prisão, quer fossem colonos ou militares. Passado o tempo previsto do encarceramento, os envolvidos eram soltos e recebiam a advertência de que, em caso de reincidência, as penalidades aplicadas seriam maiores. E por meio dessas atitudes e de outras medidas adotadas, os administradores procuravam manter o contingente populacional convivendo num clima de tranquilidade social. Clima esse interrompido durante curtos períodos de tempo.

Muitos diretores deste núcleo foram obrigados a superar e adaptar-se à falta de peças de fardamento usualmente utilizados pelos membros do contingente militar.

O diretor Martins de Mello, em relatório de julho de 1890, fez a seguinte comunicação ao governador do estado, com relação aos uniformes dos soldados. Informava que, caso continuasse a situação, tornar-se-ia difícil, e quase impossível, manter e seguir a tabela escalonada dos uniformes que deveriam ser usados diariamente por todo o destacamento.

Tem sido bastante irregular o fornecimento de fardamento as praças, pelo que sou obrigado a consentir que algumas dellas andem a paisano, quando não estão de serviço; as 20 praças que aqui chegaram em Dezembro nenhuma peça de fardamento receberam e mesmo as outras muito poucas peças tem recebido¹⁶⁰.

Mais tarde, foram enviadas as peças suficientes para

¹⁶⁰ Colônia Militar do Chopim. v.393. p.3

ra que todos os praças andassem adequadamente uniformizados, so lucionando, por algum tempo, a situação problemática descrita pelo diretor.

Através dessa comunicação, percebe-se que houve falta de planejamento ao ser enviado um grupo de vinte praças, provavelmente transferido de outra unidade militar, sem as necessárias e imprescindíveis peças de fardamento. Compreende-se, perfeitamente, a reclamação elaborada pelo diretor citado anteriormente. Dificilmente, poderia ser mantido o bom andamento dos trabalhos e até a disciplina interna, numa unidade militar em que alguns elementos tivessem que atuar sem os respectivos uniformes completos.

Ainda relacionado com a falta de pessoal especializado e as implicações que essa carência provocava no andamento normal dos trabalhos do destacamento, pode-se citar o comentário realizado pelo diretor capitão José Joaquim Pereira Lobo. Em seu ofício de 28 de outubro de 1903, enviado ao comandante do Distrito Militar, logo após assumir a direção. Depois de traçar uma breve análise sobre a situação do núcleo colonial, emitiu o seguinte comentário:

*Torna-se indispensavel um corneteiro para a Colônia, afim de que não perca o pessoal da mesma o cunho militar e sensível é a sua falta, o que vos peço também encarecidamente*¹⁶¹.

E, com a citação desse comunicado, fica ilustrado

¹⁶¹ Colônia Militar do Chopim. v.397. p.35-35 verso .

mais um dos aspectos que contribuíram para dificultar as atividades desenvolvidas nesse núcleo militar. Além desses, outros poderiam servir como elementos de comprovação da afirmativa feita de que a falta de pessoal especializado e a inexistência, em determinada época, de uniforme completo para todo o destacamento, provocaram atrasos e empecilhos na realização de um maior desenvolvimento.

Enfrentando e superando os problemas levantados, e outros mais, a comunidade constituída no perímetro colonial de terminado, conseguiu sobreviver e estabelecer um núcleo de povoamento, durante o período que esteve sob a administração militar.

C O N C L U S ã O

Durante o período do Segundo Reinado, foi adotado e implantado no Brasil o projeto de instalar um sistema de colonização que procedesse à fixação da população e a ocupação da área abrangente através da junção dos trabalhos de elementos militares e civis. Este sistema, convencionalmente denominado de "*colônias militares*" procurou, por meio das unidades estabelecidas em várias províncias, atingir as metas prioritárias que nortearam a sua criação.

Anteriormente a esse período, já haviam sido desenvolvidas experiências que continham alguns pontos em comum com as colônias militares posteriormente instaladas. Esses estabelecimentos, chamados de "*colônias estratégicas*", foram fundados com imigrantes e pequeno número de soldados mercenários. No sul do Brasil foram instaladas cinco dessas colônias.

Algumas das unidades conseguiram, durante o período em que funcionaram, desenvolver as atividades projetadas e adquiriram relativo sucesso em seu empreendimento.

As primeiras colônias militares instaladas no Brasil apresentavam conotações diferentes daquelas que caracterizariam as unidades posteriormente fundadas. O contingente militar nelas instalado deveria exercer a tarefa de proteger a população civil. Além disso, estavam subordinadas ao Ministério do Império e, posteriormente Ministério da Agricultura. Esses dois aspectos definem o caráter civil apresentado pelas primeiras colônias militares. Quanto ao Ministério da Guerra, responsável pelo fornecimento de equipamento, do soldo e do fardamento, não era consultado para opinar a respeito da esco

lha do local e nem sobre a direção das novas unidades a serem fundadas.

A partir de 1856, quando se instituiu uma reestruturação na filosofia operacional, as unidades de colonização militar passaram a desenvolver atividades que visavam a colonização e o povoamento propriamente ditos, juntamente com a proteção e defesa das áreas consideradas como estratégicas. E, em função das novas modificações, as colônias militares passaram a localizar-se em áreas de fronteiras. Além disso, perdendo uma outra característica civil, deixaram de depender administrativamente do Ministério da Agricultura e passaram sob a responsabilidade direta do Ministério da Guerra. A esse respeito, convém acrescentar que este último Ministério responsabilizava-se pelas diversas despesas resultantes das atividades militares, enquanto que as despesas com o pessoal civil eram debitadas ao Ministério do Império. Em muitos relatórios consta o montante da verba *Exército*, fornecida pelo órgão federal competente, juntamente com a verba *Colônia*, esta enviada pelo Ministério do Império e empregada com os civis.

Posteriormente, novas modificações seriam operadas, porém essas duas já apontadas podem ser consideradas como as mais importantes e as que provocaram maiores consequências na política governamental de povoar o interior brasileiro com essa modalidade de colonização.

Na província do Paraná, foram fundados quatro estabelecimentos. A colônia Militar do Jataí, fundada em 1855, localizou-se na região noroeste. Em 1859, por decreto imperial

foram criadas a Colônia Militar do Chapecô e a do Chopim, situadas na região sudoeste. E, a quarta, criada em 1888, na região oeste, foi denominada Colônia Militar da Foz do Iguassú.

Nas demais províncias brasileiras foram instaladas várias unidades, principalmente em regiões distantes do litoral, onde se concentrava, praticamente toda a população brasileira.

As razões alegadas para a criação das colônias militares no Brasil estiveram ligadas, basicamente, à política de incrementar o povoamento e de proteger a população, além de defender a área abrangente. Sendo que, para muitas, esta última assertiva ganhava maior destaque e importância. De modo geral, algumas unidades alcançaram os objetivos pré-estabelecidos, como no caso da Colônia Militar D. Pedro II, no Pará e a Colônia Militar São Pedro de Alcântara, no Maranhão, além das colônias do Oiapoque e de Tabatinga, fundadas mais recentemente e que continuam a desempenhar as atividades relacionadas com os objetivos propostos.

Entre aquelas que não conseguiram atingir as finalidades projetadas inicialmente, foram as de Santa Tereza do Tocantins que foi transferida para outro local e a de São Lourenço ou de Lamare, no Mato Grosso. A primeira, fundada com os objetivos de proporcionar o desenvolvimento econômico na região e de assegurar a ordem, foi realocada nas margens do rio Araguaia, devido às inúmeras dificuldades encontradas na posição anterior. A segunda, criada com a finalidade de conter os ataques dos bravios grupos indígenas da região e proceder à caçatequese, não realizou adequadamente essas atividades. Além des

sas, pode ser citado o caso das colônias militares de Dourados e a de Miranda, situadas na fronteira do Mato Grosso com o Paraguai, com a finalidade de proteger a região. Entretanto, devido à falta de preparo do destacamento militar associado ao pequeno número de militares, as unidades dispunham de precárias condições para rechaçar um ataque inimigo. E isso, constatou-se concretamente quando sofreram uma invasão efetuada pelas tropas paraguaias, no início da Guerra do Paraguai. Atacadas de surpresa, viram-se na contingência de abandonar o posto ao inimigo. E isso ocorreu uma vez que não tinham condições humanas e materiais para resistir à investida.

A Colônia Militar do Chopim, juntamente com a Colônia Militar do Chapecô, foi localizada na região dos campos de Palmas para defender a fronteira internacional com a Argentina e proteger a população da área.

Através do estudo da ocupação e do povoamento da região dos campos de Palmas depreende-se a fundamentação que serviu de embasamento para os argumentos assinalados pelo Barão do Rio Branco, em seu trabalho em defesa dos interesses brasileiros. A região já havia sido percorrida por bandeiras e expedições brasileiras desde o século XVII, sendo que a partir de então, fora considerada como pertencente ao território português. Ainda mais, dois outros fatores foram de fundamental importância: o mapa das Cortes, que assinalava os limites territoriais de acordo com a posição defendida pelo Brasil e o princípio do *uti possidetis*, que corroborava o argumento defendido brilhantemente pelo representante brasileiro.

Esta unidade de colonização militar foi instalada

em 1882, próxima a área que seria pretendida pela Argentina, e que desencadearia a célebre *Questão de Palmas*, resolvida em 1895, com o laudo arbitral do presidente Groover Cleveland, favorável ao Brasil.

A instalação deste estabelecimento ocorreu após vários percalços e vicissitudes enfrentados pelos membros integrantes da comissão nomeada pelo Ministério da Guerra. Instalada a 27 de dezembro de 1882, logo a seguir foram iniciados os trabalhos de projeção e organização do futuro núcleo populacional.

Entre os objetivos especificados no decreto imperial que criou este estabelecimento e o de Chapecô, conforme já foi supra-mencionado, constavam os trabalhos de defesa da fronteira com a Argentina. Além disso, deveriam ser desenvolvidas atividades de proteção dos habitantes situados nos Campos de Palmas, Erê, Xagü e Guarapuava. Contra os possíveis ataques dos indígenas situados nas imediações. E também, deveria procurar catequisar os índios e atraí-los à civilização.

Quanto aos trabalhos realizados na Colônia Militar do Chapecô com a finalidade de atingir os objetivos estabelecidos, não foram incluídos no objeto de estudo da presente dissertação. Com relação à colônia do Chopim, várias considerações podem ser levantadas.

Durante todo o período, de acordo com os registros feitos, esta colônia ressentiu-se da falta de pessoal especia-

lizado e do pequeno número dos integrantes do destacamento militar. Contando com um efetivo militar que variava entre 25 a 45 soldados, este núcleo dificilmente teria condições para proceder à efetiva defesa da fronteira internacional com a Argentina. Além disso, não dispunham dos instrumentos bélicos e das armas de defesa indispensáveis. Em consequência, tornava-se quase impossível instruir adequadamente os soldados para que pudessem revidar satisfatoriamente, a um hipotético assalto. Assim, caso a colônia sofresse um ataque, seus integrantes não teriam condições humanas e materiais para rechaçar e proteger a posição brasileira.

Indubitavelmente, diante do quadro traçado, a colônia também não teria condições para proceder à defesa da população da região próxima. Nos primeiros tempos, os membros da colônia estiveram, praticamente, isolados e distantes dos habitantes das localidades da região. E, no caso de haver um ataque dos grupos indígenas bravios à população, haveria muita dificuldade para comunicar aos militares e esperar uma efetiva proteção. Não dispondo dos rápidos meios de comunicação para tomar conhecimento do ataque, os militares perderiam um precioso tempo.

Durante os vinte e sete anos da existência deste núcleo militar, não ocorreu nenhum incidente que pudesse por prova o sistema de defesa equacionado pelo destacamento ali fixado.

Quanto à realização de atividades ligadas à catequese dos indígenas propriamente dita, os vários diretores não

deixaram, pelo menos na documentação ora preservada e consultada, nenhum registro a respeito. Provavelmente, não foram desenvolvidos trabalhos de maior destaque no sentido de proceder à catequese. A irrealização dessas tarefas consideradas importantes, está diretamente vinculada a uma outra carência verificada, ou seja, a falta de padres com residência fixa no perímetro colonial. O representante eclesiástico que realizava as atividades religiosas, visitava o núcleo, geralmente uma ou duas vezes por ano. Permanecendo por um curto período de tempo, inferior a uma semana, o padre de Palmas apenas poderia atender às necessidades religiosas mais prementes, quais sejam, realização de batizados, casamentos e a celebração de missas. Após esses dias, a sua presença era reclamada nas localidades próximas, para onde se dirigia por igual período, a fim de satisfazer as necessidades espirituais da população católica. Consequentemente, a catequese dos indígenas, que exigiria atividades programadas e intensivas, ou pelo menos com certa periodicidade, ficava prejudicada e de difícil realização.

Por conseguinte, os objetivos traçados para a criação desse núcleo militar foram alcançados parcialmente, uma vez que as condições oferecidas pelos órgãos responsáveis não corresponderam às reais necessidades verificadas no decurso de tempo em que o núcleo esteve em funcionamento.

Como todo núcleo populacional que congrega determinado número de elementos pertencentes a categorias profissionais diferentes, tornou-se necessário estabelecer normas e regulamentos que norteassem as atividades desenvolvidas e o relacionamento entre os mesmos. Essas normas foram organizadas pe-

los militares, a cargo de quem estavam todas as atividades ligadas à administração e direção. A esse respeito, convém reafirmar que os elementos civis não exerceram nenhuma atividade ligada à administração ou à direção desta colônia. Os colonos civis não tiveram a menor participação na organização e administração do núcleo. Assim, quando a colônia militar foi desativada, passando a ser responsabilidade civil, inúmeras foram as dificuldades encontradas.

Este núcleo pode ser considerado como um estabelecimento de caráter agrícola-militar. Essa caracterização fundamenta-se em várias razões. O contingente militar ali fixado, sendo em número reduzido e aquém das necessidades, desenvolvia as atividades militares e outras indispensáveis ao funcionamento do núcleo. Alternando as atividades civis com os exercícios militares, o destacamento procurava cumprir as instruções formuladas pelo 5º comando do Distrito Militar, sediado em Curitiba, e as ordens recebidas do Ministério da Guerra.

Na rotina diária programada, a população era acordada as seis horas da manhã (seis e meia no inverno), pelo toque do clarim. Uma hora mais tarde, os soldados apresentavam-se uniformizados para o hasteamento da bandeira e a inspeção do diretor ou do comandante da tropa. A seguir, recebiam as instruções necessárias a respeito das atividades que deveriam ser desenvolvidas naquele dia. Na quarta-feira, salvo modificações, realizavam-se os exercícios militares, limpeza do armamento, etc. Contudo, essa rotina poderia ser reajustada, principalmente quando uma turma de soldados partia para os trabalhos de construção ou melhoria das estradas carroçáveis. Nesse caso, os

soldados permaneciam acampados por um determinado tempo, sob a responsabilidade do comandante da tropa, ou de outro especialmente designado.

As dificuldades encontradas pela população da colônia, já amplamente assinaladas, contribuíram para que a mesma não alcançasse um desenvolvimento maior. Entretanto, torna-se necessário acrescentar que, comparando-se com os resultados alcançados pelas outras unidades deste sistema de colonização, o referido núcleo alcançou razoável desenvolvimento. Aliás, é oportuna a sugestão feita através deste trabalho, ou seja, da necessidade de que se realizem estudos a respeito das colônias militares instaladas, não só no sul do Brasil, como também nas demais unidades da federação. O estudo dos trabalhos realizados pelos militares e civis nas várias províncias, contribuiria de modo decisivo para a melhor compreensão e elucidação do que representou esta experiência realizada no século passado e, que atualmente está sendo reativada através de dois estabelecimentos.

Em suma, esta colônia não conseguiu atingir totalmente o seu fim por falta de assistência e de apoio governamental que, em muitas ocasiões, privou-a de recursos humanos, financeiros, técnicos e instrumentais, imprescindíveis para a sua atuação.

Para a ocupação da área, especificamente a região sudoeste paranaense, a existência da Colônia Militar do Chopim trouxe alguns benefícios. Em primeiro lugar, constituiu, durante algum tempo, o único núcleo que contava com a presença de

um destacamento do exército fixado em seu perímetro. Além disso, procuraram construir estradas e caminhos de comunicação, interligando a colônia com as outras localidades já existentes. O traçado destas estradas, apesar de não haver sido conservado após a retirada do contingente militar, serviram como base para ampliação e construção das rodovias posteriormente efetuadas. Também, a população civil nela instalada foi obrigada, de acordo com o regulamento vigente a desenvolver atividades produtivas e interessar-se em progredir, aumentando o seu padrão de vida. Dispondo de instrução pública gratuita, assistência médica e religiosa (essa não plenamente satisfatória), a população civil e militar obteve condições para apresentar melhorias em seu padrão de vida e progresso material.

Entretanto, uma crítica ao sistema que implantou esta colônia deve ser feita. Durante os vinte e sete anos de administração militar, não foram devidamente montados os componentes de uma infra-estrutura básica que permitisse à população civil ter condições de continuar suas atividades normais, quando ocorresse a transferência da administração militar. Não estando preparada e não dispondo de condições mínimas a população foi surpreendida, em março de 1909, pela notícia da saída dos militares e da desativação da colônia como tal. Apesar de ser nomeado um civil para continuar os trabalhos do diretor e da informação de que deveriam permanecer no mesmo local, pois tudo continuaria a funcionar normalmente, verificou-se uma diminuição no progresso ocorrido anteriormente. Alguns anos depois, em 1915, quando foi nomeada uma comissão encarregada de legalizar os documentos referentes aos lotes coloniais, consta

tou-se que muitas famílias haviam migrado para outras regiões, abandonando os seus lotes.

Após o mês de abril de 1909, quando houve a retirada do contingente militar, o povoado formado iniciou um processo de desagregação que continuaria por muitos anos.

Em 1915, foi nomeada uma comissão, chefiada pelo engenheiro Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, para proceder a legalização dos lotes ainda não documentados e o levantamento dos documentos de terras expedidos pela administração militar. Contudo, esse interesse demonstrado pelo governo do estado do Paraná, não foi suficiente para provocar um novo surto de desenvolvimento na Colônia Chopim, como passou a ser designada.

Em 1920, pela Lei nº 1955, de 26 de março, foi criado o distrito de Chopim, judiciariamente ligado à cidade de Palmas. Posteriormente, foi denominado de Chopinzinho.

Atualmente, a cidade de Chopinzinho é uma progressista cidade cujo perímetro abrange parte da extinta colônia militar. Porém, não existe nenhuma construção ou marco que serviria de testemunho do trabalho realizado pela administração militar. Os prédios e demais construções haviam sido construídos em sua maioria de madeira. Em virtude do material empregado e do abandono que grassou durante muito tempo, nada pode ser preservado.

Entre os moradores atuais poucos conhecem detalhes ou já ouviram falar a respeito das pessoas que habitaram o local no final do século passado e na primeira década deste. As

105

gerações atuais não puderam conhecer, admirar e valorizar as obras realizadas pela administração militar, porque não lhes foi dado condições para tomar conhecimento a respeito dos marcos e vestígios do quartel, da escola, da igreja, das casas pertencentes aos militares e aos civis, do cemitério e da praça Santiago Dantas.

A N E X O S

ANEXO I

Acta da Fundação da Colônia Militar do Chopim *

Aos vinte sete dias do mes de Dezembro do anno de mil oitocentos e oitenta e dois decimo quarto anniversario do combate em que as forças brasileiras e alliadas expeliram as paraguayas das posições de Lomas Valentinas na Republica do Paraguay, reinando Sua Magestade Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo sendo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra o Senhor Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo e Presidente da Província o Excellentissimo Senhor Doutor Carlos Augusto de Carvalho n'esta Província do Paranã no municipio de Palmas, entre o Chopim e o Iguassũ ao oriente do Doria e ao occidente do Chopinzinho sobre as duas margens do Pedrosa afluente do ultimo dos mencionados caudaes foi fundada a Colonia Militar do Chopim pela Commissão composta do Capitão Bacharel Francisco Clementino de San Tiago Dantas como chefe, dos Capitães Bellarmino de Mendonça Lobo e Antonio Tertuliano da Silva Mello como ajudante e do Alferes Saturnino Augusto de Mendonça Lobo como escrivão, almoxarife e commandante interino do contingente que acompanhava a commissão. Achando-se mais presentes ao acto praças e colonos abaixo relacionadas.

Segundo Sargento Virgilio Joaquim de Miranda Soares, Cabos Manoel Vicente Domingos Gonçalves de Macedo, Estanislau Dias Machado, Anspeçadas Isidoro Fidellis Ferreira, Francisco Jorge Portugal, Joaquim José Gonçalves, Virissimo José da Costa, Soldados, Segundo Cadete Napoleão do Rego Brasileiro, Segundo Cadete Francisco Cordeiro de Oliveira Rocha, Lourenço F..., Joaquim José de Sant'Anna, Antonio Gomes de Oliveira, Francisco Escocio de Vasconcellos, Maximiano José da Silva, Antonio Martins de Lima, Antonio Gonçalves de Andrade, Joaquim José Gonçalves, Elias José dos Reis, Antonio Soares de Almeida, Germano Antonio Pereira, José Alexandre da Silva, Pedro José de Lima, José Ferreira da Rocha, Antonio Fillipe Lopes, Francisco Fagundes, Francisco Nicolao de Lima, João Antonio dos Santos,

* Cópia do original que se encontra no Arquivo Público do Paranã.

Joaquim Angelo da Veiga, Leobaldo Justino da Costa, Chrispim Rodrigues, Guilherme de Farias, Manoel Ferreira dos Santos, Justino Machado de Mello e Manoel Tiburcio Rodrigues. Famílias dos mesmos Anna Luiza dos Santos, Candida Feliciano Maria da Conceição, Carolina Vogler Brasileiro, Gertrudes Maria do Espirito Santo, Antonia Maria do Espirito Santo, Maria Januaría, Antonia Maria da Conceição, Thereza Maria da Conceição, Eulalia Francisca de Andrade, Francelina Maria Veiga, Anna Maria da França, Thereza Maria do Espirito Santo, Maria Eugenia da Conceição, Maria do Rosário, Balbina Maria Antunes, Lucinda Izabel, Joaquina de Lima, Antonia Maria Serafina e Paula Francisca das Chagas. Filhos dos mesmos Hagapito Dias Machado, Maria Luiza Machado, Fiel Smignaring Machado, Severina Maria da Conceição, Leonidio Ferreira da Virgem, Gentil Ferreira Candido, João Pedro de Oliveira, Lendrina da Veiga, Paulina da Veiga, Guilhermina Gonçalves, Pedro Lourenço Ferreira, Sabina Maria da Conceição, Maria José de Santa Anna, Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade, Candido Gonçalves de Andrade, Adelino Gonçalves de Andrade, Ignacio Gonçalves de Andrade, Maria Izabel de Andrade, Luiz Conrado da Silva, Lourenço José da Silva, Julio Gomes da Rosa, Francisca das Chagas e Maria da Luz. Colonos e suas famílias Valentim Vogler, Maria Vogler, Luiz Vogler, Henrique Vogler. Antonio Manoel de Araujo, sua Mulher Joana Maria da Conceição e seus filhos Francisco Antonio de Araujo, Maria Joana da Conceição e Manoel Antonio de Araujo. Pocidonio Cardozo Fernandes e sua mulher Maria do Rosário, Francisco Rodrigues e sua mulher Maria Francisca Leite. Francisco Xavier dos Santos Pacheco e sua mulher Idalina Maria e seus filhos Eulalio Xavier dos Santos Pacheco, Manoel Ursulino Pacheco, José Pedro Pacheco, Francisco Xavier dos Santos Pacheco e Maria Francisca dos Santos Pacheco. Evandro Ponce Leones e Torquato José de Souza. A sede da colonia no ponto acima mencionado que se acha a Oeste e Noroeste dos campos de Palmas e a Sudoeste dos de Guarapuava dista pelos caminhos existentes em parte abertos pela comissao cento e quarenta e cinco kilometos da cidade de Guarapuava, noventa e cinco do povoado da Boa Vista, cento e doze do da Coletoria, cento e dez da Villa de Palmas. E como

testemunho das pessoas acima mencionadas as nove horas do dia forão inaugurados os trabalhos da colonia a qual desde agora passa a reger-se pelas Instrucções que baixarão com Decreto numero dois mil quinhentos e dois de dezesseis de novembro de mil oitocentos e cincoenta e nove. E para constar o chefe da Commissão Bacharel em Mathematicas e Sciencias Physicas Capitão do Estado-Maior de Artilharia Francisco Clementino de San Tiago Dantas mandou lavrar a presente acta que assignou com os membros da commissão os cidadãos Doutor Francisco Pedro da Cunha Guedes, Manoel Aleixo de Oliveira e os colonos presentes que sabem escrever. Eu o Alferes Saturnino Augusto de Mendonça Lobo, escrivão escrevi e assignei. Saturnino Augusto de Mendonça Lobo.

Bel. Francisco Clementino de San Tiago Dantas

Cap^m. chefe da commissão

Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo

capitão ajudante

Antonio Tertuliano da S.^a Mello

capitão ajudante

Saturnino Augusto de Mendonça Lobo

Alferes Escrivão Almojarife e Com^{te}. interino do con^{te}.

Manoel Aleixo de Oliveira

Francisco Xavier dos Santos Pacheco

Vogler, Valentim.

Francisco Rodrigues Simões.

ANEXO II

Relação das pessoas que presenciam a fundação da Colônia Militar do Chopim *

a) Militares

Capitão Bel. Francisco Clementino de San Tiago Dantas
Capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo
Capitão Antonio Tertuliano da Silva Mello.
Alferes Saturnino Augusto de Mendonça Lobo
Segundo Sargento Virgílio Joaquim de Miranda Soares
Cabo Manoel Vicente
Cabo Domingos Gonçalves de Macedo
Cabo Estanislau Dias Machado
Anspeçada Izidoro Fidelis Ferreira
Anspeçada Francisco Jorge Polidoro
Anspeçada Joaquim José Gonçalves
Anspeçada Veríssimo José da Costa
Soldado Segundo Cadete Napoleão do Rego Brasileiro
Soldado Segundo Cadete Francisco Cordeiro de Oliveira Rocha
Soldado Lourenço F...
Soldado Joaquim José de Santa Anna
Soldado Antonio Gomes de Oliveira
Soldado Francisco Escocio de Vasconcellos
Soldado Maximiano José da Silva
Soldado Antonio Martins de Lima
Soldado Antonio Gonçalves de Andrade
Soldado Joaquim José Gonçalves
Soldado Elias José dos Reis
Soldado Antonio Soares de Almeida
Soldado Germano Antonio Pereira
Soldado José Alexandre da Silva
Soldado Pedro José de Lima
Soldado José Ferreira da Rocha
Soldado Antonio Philippe Lopes
Soldado Francisco Fagundes

* Conforme consta da ata do dia 27-12-1882.

Soldado Francisco Nicolau de Lima
 Soldado João Antonio dos Santos
 Soldado Joaquim Angelo da Veiga
 Soldado Leobaldo Justino da Costa
 Soldado Chrispim Rodrigues
 Soldado Guilherme de Farias
 Soldado Manoel Ferreira dos Santos
 Soldado Justino Machado de Melo
 Soldado Manoel Tiburcio Rodrigues

b) Esposas dos militares

Ana Luiza dos Santos
 Candida Feliciano Maria da Conceição
 Carolina Vogler Brasileiro
 Gertrudes Maria do Espirito Santo
 Antonia Maria do Espirito Santo
 Maria Januarina
 Antonia Maria da Conceição
 Thereza Maria da Conceição
 Eulália Francisca de Andrade
 Francelina Maria Veiga
 Ana Maria de França
 Thereza Maria do Espirito Santo
 Maria Eugenia da Conceição
 Maria do Rosario
 Balbina Maria Antunes
 Lucinda Izabel
 Joaquina de Lima
 Antonia Maria Serafina
 Paula Francisca das Chagas

c) Filhos dos militares

Agapito Dias Machado
 Maria Luiza Machado
 Fiel Smignaring Machado
 Severina Maria da Conceição
 Leonidio Ferreira da Virgem
 Gentil Ferreira Candido
 João Pedro de Oliveira

Lendrina da Veiga
 Paulina da Veiga
 Guilhermina Gonçalves
 Pedro Lourenço Ferreira
 Sabina Maria Conceição
 Maria José de Santa Ana
 Antonio Joaquim Gonçalves de Andrade
 Candido Gonçalves de Andrade
 Adelino Gonçalves de Andrade
 Ignacio Gonçalves de Andrade
 Maria Izabel de Andrade
 Luiz Conrado da Silva
 Lourenço José da Silva
 Julio Gomes da Rosa
 Francisca das Chagas
 Maria da Luz

d) Colonos e suas famílias

- Valentim Vogler
- Maria Cristina Vogler (esposa)
- Valentim Vogler (filho)
- Maria Vogler (filha)
- Luiz Vogler (filho)
- Henrique Vogler (filho)
- Antonio Manoel de Araujo
- Joana Maria da Conceição (esposa)
- Francisco Antonio de Araujo (filho)
- Maria Joana da Conceição (filha)
- Manoel Antonio de Araujo (filho)
- Pócidonio Cardozo Fernandes
- Maria do Rosário (esposa)
- Francisco Rodrigues
- Maria Francisca Lei (esposa)
- Francisco Xavier dos Santos Pacheco
- Idalina Maria (esposa)
- Eulalio Xavier dos Santos Pacheco (filho)
- Manoel Ursulino Pacheco (filho)
- José Pedro Pacheco (filho)
- Francisco Xavier dos Santos Pacheco (filho)

María Francisca dos Santos Pacheco (filha)

- . Evandro Ponce Leones (solteiro)
- . Torquato José de Souza (solteiro)

e) Cívís

Manoel Aleixo de Oliveira

Francisco Pedro da Cunha Guedes

ANEXO III

Decreto nº 2502 - de 16 de novembro de 1859

Crea mais duas colonias militares na Provincia do Paraná ao Occidente dos rios Chapecõ e Chopim, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Provincia.

Hei por bem crear mais duas colonias militares na provincia do Paraná, as quais serão estabelecidas huma nos Campos do Erê ao occidente dos rios Chapecõ e Chopim, e outra nos Campos do Xagû ao occidente dos de Guarapuava, nos pontos que forem designados pelo Presidente da Provincia, e deverão reger-se pelas Instrucções que com este baixão, assignadas por João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio da Bahia aos desesseis de Novembro de mil oitocentos e conçoenta e nove, trigesimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João de Almeida Pereira Filho

Instrucções para a fundação de mais duas colonias militares na Provincia do Paraná, a que se refere o Decreto desta data.

Art. 1º O Presidente da Provincia do Paraná estabelecerá mais duas colonias militares na dita Provincia, huma ao occidente do rio Chapecõ nos Campos do Erê, ou ainda mais para o poente, e no ponto que mais apropriado julgar, e outra ao occidente dos Campos de Guarapuava, nos de Xagû ou ainda mais para o poente e tambem no ponto que mais conveniente fôr.

Art. 2º Estas colonias são destinada ã defenza da fronteira ã protecção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagû e Guarapuava, contra a incursão dos Indios, e a chamar os ditos Indios com auxilio da catechese ã civilisação.

Art. 3º Em cada huma dellas estabelecer-se-ha hum quartel geral com as accommodações necessarias para alojamento dos colo-

nos solteiros, e tambem para os dos casados, em quanto estes não tiverem casa próprias, e para deposito do armamento e munições de guerra e de bocca pertencentes às colonias.

Art. 4º Cada huma destas colonias poderã ter atē 50 praças de pret e os Officiaes precisos para commanda-las.

O commando geral de ambas serã confiado a hum unico official, que residirá naquella que mais convier ao serviço, a juizo do Presidente da Provincia.

Art. 5º Na falta de praças de primeira linha apropriadas para a fundação das ditas colonias o Presidente da Provincia poderã fazer engajar os colonos que forem necessarios atē o numero fixado no art. 4º.

Art. 6º Os colonos militares engajados servirão por dous annos e perceberão os vencimentos militares que lhes competirem, pagos pelo Ministerio da Guerra, si os colonos forem praças do exercito, e pelo Ministerio do Imperio se forem dos que trata o art. 5º.

As mulheres e filhos de huns e de outros terão direito a meio etape durante o primeiro anno do seu estabelecimento na colonia.

Os Officiaes alēm dos vencimentos militares terão as gratificações que forem indicadas pelo Presidente da Provincia e a approvadas pelo Governo Imperial.

Art. 7º Alēm do soldo fornecer-se-ha a cada hum dos colonos engajados, por huma vez sōmente hum machado, huma fouce, huma enchada, huma faca ou facão de mato, huma espingarda ou clavi-na, huma libra de polvora, quatro ditas de chumbo grosso e huma data de terras de dez braças de frente e cincoenta de fundo, propria para edificação de casas no lugar em que fôr estabelecida a colonia, e outra data de terras destinada para cultura ou criação, que nunca exceda de hum quarto de legoa quadrada, em terreno para cultura, e huma legoa quadrada em campos proprios para a criação.

Art. 8º Dez legoas a leste da margem esquerda do Peperi-Guassũ, e dez legoas a leste da margem direita do rio Santo Antonio correr-se-ha huma parallela aos ditos rios atē as suas origens e nestas zonas deverã o Presidente da Provincia do Paraná e com sua autorisação o Commandante Geral das colonias, fa-

zer aos colonos militares as concessões de terras de que trata o artigo antecedente, e além dellas poderá o mesmo Presidente dentro da mesma zona conceder a outros cidadãos brasileiros não colonos as terras que requerem, não excedendo a huma legoa quadrada a cada hum, se forem campos para a criação e hum quarto de legoa quadrada se forem terras de cultura, e o total destas concessões a 100 legoas quadradas. Todas essas concessões envolvem a condição de serem as terras immediatamente habitadas, e cultivadas pelos concessionários ou povoadas com animaes, se forem campos.

Art. 8º Se esta condição não fôr cumprida dentre de hum anno da data em que fôr feita ou ainda sendo cumprida se fôr interrompida a habitação e cultivo por mais de hum anno, caducara a concessão, e o terreno concedido reverterá ao dominio publico.

Art. 9º As primeiras 50 familias que se forem estabelecer, na zona de terras acima indicada no 1º anno terá direito a etapes, percebendo os chefes etape inteira e as pessoas de familia meia etape.

A etape para os colonos dessa classe será regulada pela dos colonos militares.

Art. 10 As pessoas a quem se concederem terras na conformidade do art. 8º ficarão sujeitas ao Regulamento militar; os paisanos não engajados apezar de tambem sujeitos ao mesmo Regulamento, somente serão obrigados ao serviço de policia e a hum dia de trabalho por mez em obras de utilidade geral da colonia.

Art. 11 A Directoria das Terras Publicas dará as outras Instrucções que forem necessarias para melhor cumprimento destas, e para o preenchimento dos fins a que são destinadas estas colonias.

Palacio da Bahia aos 16 de Novembro de 1859.

João de Almeida Pereira Filho.

ANEXO V

Relação dos colonos que obtiveram os títulos definitivos

Proprietário	Data	Área
Torquato José de Souza	20-03-1885	242 ha
Antonio Manoel de Araujo	20-03-1885	242 ha
Pocídonio Cardoso Fernandes	06-04-1885	242 ha
Francisco Xavier dos Santos Pacheco	06-04-1885	242 ha
Valentim Vogler	06-04-1885	242 ha
Evandro Ponce Leones	06-04-1885	242 ha
Francisco Rodrigues Simões	06-04-1885	242 ha
Elias Moreira Delgado	06-04-1885	242 ha
Antonio José da Rosa	26-04-1885	242 ha
Hilario Xavier dos Santos Pacheco	11-10-1888	242 ha
Francisco Bruno Geisler	11-10-1888	242 ha
Anders John Halier	11-10-1888	242 ha
Francisco Jorge Portugal	11-10-1888	242 ha
Thomaz Wosnier	11-10-1888	242 ha
João de Assis Franco	11-10-1888	242 ha
Ignacio Schumacher	11-10-1888	242 ha
João Batista Ferreira	31-05-1889	242 ha
João Ritleroski	31-05-1889	242 ha
José Francisco Bueno	31-05-1889	242 ha
João Camillo Batista	31-05-1889	242 ha
Eduardo Dalmazo	31-05-1889	242 ha
Francisco Antonio da Silva	31-05-1889	242 ha
Joaquim Camillo Ramalho	31-05-1889	242 ha
José Marcelino Ribeiro	31-05-1889	242 ha
Candido Ferreira Ramalho	31-05-1889	239 ha
Mateus Wosnier	11-10-1889	242 ha
José Wosnier	11-10-1889	242 ha
Francisco Rodrigues de Souza	01-08-1893	242 ha
Antonio Martins Delgado	01-08-1893	242 ha
Miguel Pires de Lima	01-08-1893	242 ha
Estevão Rodrigues de Souza	01-08-1893	242 ha
Francisco Escocio de Vasconcelos	01-08-1893	242 ha
Manoel de Sant'Anna Rosa	01-08-1893	242 ha

Joaquim da Rosa Góis	01-08-1893	242	ha
José Wosnier	01-08-1893	242	ha
Antonio Bueno de Camargo	01-08-1893	242	ha
João Wosnier	01-08-1893	242	ha
José Teixeira de Almeida Resende	01-08-1893	242	ha
Verissimo de Oliveira Bueno	01-08-1893	242	ha
Manoel Ursolino Pacheco	01-08-1893	242	ha
Joaquim Ferreira Ramalho	01-08-1893	242	ha
Antonio Gomes de Oliveira	01-01-1898	242	ha
José Thomaz d'Aquino	01-01-1898	242	ha
Manoel Dutra do Nascimento	01-01-1898	242	ha
Francisco Escocio de Vasconcelos	17-09-1903	242	ha
Manoel Dutra do Nascimento	29-09-1903	242	ha
Antonio Gomes de Oliveira	24-09-1903	242	ha
Elias Moreira Delgado	17-09-1903	904	ha
Procópio Kuppil	26-04-1904	242	ha
Miguel Gardaes	26-04-1904	242	ha
Wauro Kurylo	26-04-1904	242	ha
João Batista Teixeira	26-04-1904	242	ha
Antonio Romão de Oliveira	26-04-1904	242	ha
Elias Moreira Delgado	26-04-1904	242	ha
Maximiano de Souza	27-04-1904	242	ha
Antonio Mendonça de Vasconcelos	27-04-1904	242	ha
Virgílio João Dalmazo	27-04-1904	242	ha
Joaquim Francisco de Oliveira	27-04-1904	242	ha
Pedro de Oliveira Bueno	27-04-1904	242	ha
Cezário Xavier dos Santos Pacheco	10-05-1904	242	ha
José Sebastião da Silva	10-05-1904	242	ha
João Vieira de Moraes	10-05-1904	242	ha
João Pires de Oliveira	10-05-1904	242	ha
Pedro Antonio de Oliveira	10-05-1904	242	ha
Alexandre Griezensky	14-03-1905	242	ha
Domingos Lemos de Almeida	14-03-1905	242	ha
João Fermíno da Silva	14-03-1905	242	ha
Raphaela Benedicta Ayres	14-03-1905	242	ha
Manoel Bellarmino Ribeiro	14-03-1905	242	ha
Miguel Pires de Lima	06-04-1907	242	ha
Francisco Soares da Costa Pereira	06-04-1907	242	ha

Mons Christoffeld	06-04-1907	242 ha
Josē de Oliveira Rocha	09-10-1907	242 ha
Josē Teixeira de Almeida Resende	23-10-1907	904 ha
Josē Mariano Dias	05-04-1907	242 ha
Manoel Pinto da Silva Filho	09-10-1907	242 ha
Antonio Soares Negrinho	14-03-1907	242 ha
Daniel Alves de Oliveira	29-04-1907	242 ha
Manoel Correa Maciel	14-09-1907	242 ha
Ladislau Schumacher	29-04-1907	242 ha
Manoel Henrique de Lima	20-05-1907	242 ha
Elias Moreira Delgado	07-08-1907	242 ha
Josē de Oliveira Rocha	06-04-1907	242 ha
Candido Ferreira Ramalho	06-06-1907	242 ha

ANEXO VI

Relação dos colonos que receberam títulos provisórios.

Proprietário	Data	Área
Hilário Xavier dos Santos Pacheco	11-10-1888	242 ha
João Wosnier	22-03-1889	242 ha
José Baldoino	05-09-1889	242 ha
José Francisco de Ramos	05-09-1889	242 ha
Antonio Romão de Oliveira	05-09-1889	200 ha
Emiliano Oliveira Bueno	05-09-1891	242 ha
Antonio Casimiro de Souza	05-09-1891	242 ha
Antonio Martins Delgado	05-09-1891	242 ha
Francisco Antonio de Souza	05-09-1891	242 ha
Manoel Gomes de Castro	05-09-1891	242 ha
João Batista Teixeira	05-09-1891	220 ha
João Cardoso Lópes	05-09-1891	242 ha
Sabino José Pereira	05-09-1891	242 ha
Joaquim Rodrigues Machado	05-09-1891	242 ha
Jonas de Oliveira Franco	05-09-1891	242 ha
José Balduino de Lemes	22-03-1893	242 ha
Ladislau de Sant'Ana Rosa	31-10-1896	138 ha
Antonio Paz de Oliveira	31-10-1896	375 ha
Manoel Antonio dos Santos	31-10-1896	200 ha
Hermenegildo João Dalmazo	04-11-1896	150 ha
José Maria de Brito	01-06-1897	217 ha
Jorge Cavalheiro Portugal	02-01-1898	242 ha
Domingos Lemos de Almeida	02-01-1898	242 ha
Manoel de Sant'Ana Rosa	16-02-1898	200 ha
Juvencio Cipriano Pereira	29-04-1898	242 ha
João Francisco do Nascimento	15-05-1898	242 ha
Francisco José da Silva	24-05-1898	242 ha
Manoel Silvino Araujo	26-05-1898	200 ha
Manoel Antonio Rodrigues	26-05-1898	242 ha
Martins Luckans	26-05-1898	242 ha
Mikita Zrusckenensky	26-05-1898	242 ha
Pedro Gomes de Castilho	26-05-1898	200 ha
Quintiliano Silva Corrêa	26-05-1898	242 ha

Manoel Henrique de Lima	26-05-1898	242 ha
João Fernandes de Lima	26-05-1898	242 ha
João Rodrigues Machado	26-05-1898	242 ha
Joaquim Ferreira Ramalho	26-05-1898	200 ha
Ana Luíza Machado	26-05-1898	242 ha
Antonio José da Silva	26-05-1898	242 ha
Manoel Antonio dos Santos	01-06-1898	242 ha
Manoel Ignacio Subtil	01-06-1898	200 ha
Manoel José Francisco	01-06-1898	242 ha
João Sotero de Lima	01-06-1898	200 ha
Manoel Pires de Lima	01-06-1898	242 ha
Pedro Luccas	01-06-1898	242 ha
João Antonio da Silva	24-06-1898	242 ha
João Juliano Zacharias	25-06-1898	242 ha
Joaquim Pires de Lima	26-06-1898	242 ha
José Antonio da Rocha	26-06-1898	242 ha
Antonio Ferreira Ramalho	26-06-1898	200 ha
Ermelino Ferreira Martins	28-06-1898	242 ha
Atanazio Rodrigues de Oliveira	24-07-1898	242 ha
Francisco Ferreira Ramalho	12-09-1898	242 ha
Pedro Alves de Ramos	17-09-1898	242 ha
Reducino Tomaz de Oliveira	22-09-1898	242 ha
João da Cruz Evangelista	25-09-1898	242 ha
Manoel Correa Maciel	26-09-1898	242 ha
João Rodrigues de Oliveira	26-09-1898	242 ha
Joaquim Rodrigues de Paula	26-09-1898	242 ha
Ana Gertrudes Leite de Lima	26-09-1898	242 ha
Cícero de Melo Lopes	30-09-1898	242 ha
Guilherme Oto Christofelld	30-09-1898	100 ha
José João Pereira	24-10-1898	242 ha
José Tomaz de Aquino	30-09-1900	242 ha
Antonio Francisco Paulino	30-04-1903	242 ha
João Pires de Lima	30-04-1903	242 ha
João Antonio da Silva	23-09-1903	242 ha
Francisco Rodrigues de Souza	23-09-1903	242 ha
Pedro Pires de Lima	16-10-1903	242 ha
Antonio Manoel das Chagas	16-10-1903	242 ha
João Elias Delgado	11-09-1899	242 ha

ANEXO VII

Quadro demonstrativo da venda de carne verde

Data: 18-08-1903.

Preço: 40\$000 rēis (1 rēs)		
104 Kg de carne	300 rēis o Kg	31\$350
42 Kg de ossos	100 rēis o Kg	4\$200
7 Kg de cēbo	571 rēis o Kg	3\$997
1 barrigada completa		3\$500
1 līngua		350
couro		5\$000
carneador		2\$000

Data: 24-08-1903

Preço 50\$000 rēis (1 rēs)		
110 Kg de carne	320 rēis o Kg	35\$200
36 Kg de ossos	100 rēis o Kg	3\$600
2 costelas	800 rēis cada	1\$600
Līngua		300
5 Kg de cēbo	500 rēis o Kg	2\$500
1 barrigada completa		3\$500
2 rīns	125 rēis cada	250
couro		5\$000
carneador		2\$000

Data: 31-08-1903

Preço: 50\$000 rēis (1 rēs)		
101 Kg de carne	350 rēis o Kg	35\$350
45 Kg de ossos	100 rēis o Kg	4\$500
2 costelas	800 rēis cada	1\$600
Līngua		300
3 Kg de cēbo	500 rēis o Kg	1\$500
Barrigada		2\$000
Fissura		1\$500
2 rīns	125 rēis cada	250
couro		5\$000
carneador		2\$000

Data: 06-09-1903

Preço: 50\$000 rēis (1 rês)

123 Kg de carne	290 rēis o Kg	35\$670
47 1/2 Kg de ossos	100 rēis o Kg	4\$750
2 costelas	1\$000 rēis cada	2\$000
Līngua		400
3 Kg de cēbo	600 rēis o Kg	1\$800
Barrigada		1\$500
2 rīns	100 rēis cada	200
couro		5\$000
carneador		2\$000
condutor		1\$333

Data: 14-09-1903

Preço: 60\$000 rēis (1 rês)

126 Kg de carne	366 rēis o Kg	46\$166
41 Kg de ossos	100 rēis o Kg	4\$100
1 1/2 Kg de cēbo	600 rēis o Kg	900
2 costelas	1\$000 rēis cada	2\$000
Līngua		400
Barrigada		2\$000
Fissura		1\$500
2 rīns	100 rēis cada	200
couro		6\$000
carneador		2\$000
condutor		1\$333

Data: 28-09-1903

Preço: 45\$000 rēis (1 rês)

93 1/2 Kg de carne	329 rēis o Kg	30\$761
46 Kg de ossos	100 rēis o Kg	4\$600
2 costelas	1\$000 rēis cada	2\$000
Līngua		400
Fissura		1\$500
Barrigada		2\$000
1 Kg cēbo		600
2 rīns	100 rēis cada	200
couro		5\$000
carneador		2\$000

Data: 21-09-1903

Preço: 70\$000 rês (1 rês)

165 Kg de carne	310 rês o Kg	51\$150
2 costelas	1\$000 rês cada	2\$000
74 1/2 Kg de ossos	100 rês o Kg	7\$450
Lingua		400
Fissura		1\$500
Barrigada		2\$000
4 1/2 Kg de cêbo	600 rês o Kg	2\$700
2 rins	100 rês cada	200
couro		6\$000
carneador		2\$000
condutor		1\$333

Data: 12-10-1903

Preço: 55\$000 rês (1 rês)

117 Kg de carne	320 rês o Kg	38\$610
53 Kg de ossos	100 rês o Kg	5\$300
2 costelas	1\$000 rês cada	2\$000
Fissura		1\$500
Barrigada		2\$500
2 rins	100 rês cada	200
2 1/2 Kg de cêbo	400 rês o Kg	1\$000
Lingua		400
couro		6\$000
carneador		2\$000

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - Fontes Primárias

1.1 - Arquivo Público do Paraná

1.1.1 - Manuscritos

- Colônia Militar do Chopim, v.393. Livro de Registro de Ofícios e Informações do período 30-04-1890 a 28-01-1895. 102p.
- Colônia Militar do Chopim. v.394. Livro de Registro de Detalhe de Serviço do período de 20-10-1906 a 04-02-1909. 97p.
- Colônia Militar do Chopim. v.395. Livro de Registro de Vencimento das Praças do período de 30-01-1902 a 31-12-1908. 45p.
- Colônia Militar do Chopim. v.396. Livro de Registro de Detalhe de Serviço do período de 11-04-1902 a 25-07-1904. 105p.
- Colônia Militar do Chopim. v.397. Livro de Registro de Ofícios e Informações do período de 04-08-1902 a 21-09-1905. 109p.
- Colônia Militar do Chopim. v.398. Livro de Alterações dos Oficiais no período de 01-02-1902 a 10-07-1908. 35p.
- Colônia Militar do Chopim. v.399. Livro de Actas da Receita e Despesa no período de 06-05-1902 a 31-01-1909. 102p.
- Colônia Militar do Chopim. v.400. Livro de Receita e Despesa do período de 01-01-1904 a 31-01-1909. 45p.
- Colônia Militar do Chopim. v.401. Livro de Registro de Detalhe de Serviço do período de 25-07-1904 a 14-10-1906. 125p.

- Colônia Militar do Chopim. v.402. Resenha dos animais pertencentes a Colônia relativa aos anos de 1889, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906 e 1908. 32p.
- Colônia Militar do Chopim. v.403. Livro de Carga e Descarga dos artigos a cargo do Almojarife no período de 01-07-1889 a 01-09-1900. 22p.
- Colônia Militar do Chopim. v.404. Livro de Registro dos Ofícios Recebidos e Arquivados no período de 06-09-1900 a 30-04-1909. 123p.
- Colônia Militar do Chopim. v.405. Folhas de Pagamentos dos Oficiais relativo ao período de 01-02-1900 a 01-08-1906. 38p.
- Colônia Militar do Chopim. v.406. Livro de Registro dos Ofícios da Colônia no período de 21-09-1905 a 31-03-1907. 118p.
- Colônia Militar do Chopim. v.407. Livro de Matrícula dos alunos da Escola primária no período de 01-04-1903 a 04-02-1907. 66p.
- Colônia Militar do Chopim. v.408. Livro de Registro das Guias de Fardamento no período de 18-02-1889 a 30-04-1909. 72p.
- Colônia Militar do Chopim. v.409. Livro de Carga e Descarga do Almojarife do período de 01-09-1902 a 30-11-1906. 55p.
- Colônia Militar do Chopim. v.410. Livro de Registro de Ofícios e Informações no período de 20-04-1889 a 01-08-1902. 115p.

- Colônia Militar do Chopim. v.411. Livro de Carga e Descarga do Almojarife do período de 01-11-1901 a 01-06-1902. 58p.
- Colônia Militar do Chopim. v.412. Livro de Registro das Ordens do Dia no período de 01-08-1885 a 14-12-1893. 142p.
- Colônia Militar do Chopim. v.413. Livro da Receita e Despesa da Colônia no período de 01-01-1900 a 01-02-1904. 42p.
- Colônia Militar do Chopim. v.414. Livro de Registro de Detalhes de Serviço e das Diversas Ordens no período de 19-04-1889 a 11-04-1902. 89p.
- Colônia Militar do Chopim. v.415. Livro de Registro das Ordens do Dia no período de 08-01-1894 a 27-03-1899. 128p.
- Colônia Militar do Chopim. v.416. Livro de Registro Civil dos Nascimentos no período de 22-10-1888 a 21-03-1909. 225p.
- Colônia Militar do Chopim. v.417. Livro de Registro dos Casamentos no período de 07-01-1889 a 23-03-1909. 102p.
- Colônia Militar do Chopim. v.418. Livro de Registro dos Óbitos no período de 22-10-1888 a 30-04-1909. 64p.
- Colônia Militar do Chopim. v.451. Livro de Registro da Carga e Descarga do Almojarife no período de 31-12-1893 a 31-12-1897. 60p.
- Offícios. 1864. v.8. 272p.
- Offícios. 1881. v.15. 205p.
- Offícios. 1890. v.14. 167p.

- Offícios. 1890. v.19. 192p.
- Offícios. 1890. v.23. 182p.
- Offícios. 1898. v.10. 219p.
- Livro de Registro da Correspondência com autoridades fora da província. 1886. 195p.

1.1.2 - Impressos

- PARANÁ. Presidente (CARVALHO, Carlos Augusto de). Colônia Militar do Chopim. In: _____. Relatório do presidente da província, Curityba, Typ. Perseverança, 1882. p.110-11. [Encadernado com Relatórios dos Presidentes. v.12.]
- PARANÁ. Presidente (D'OLIVEIRA, Brazílio Augusto Machado). Colônia Militar do Chopim. In: _____. Relatório do presidente da província, Curityba, Typ. Perseverança, 1884.p.33-9. [Encadernado com Relatórios dos Presidentes. v.12.]
- PARANÁ. Presidente (FARIA SOBRINHO, Joaquim d'Almeida). Colônia Militar do Chopim. In: _____. Relatório do presidente da província, Curityba, Typ. Perseverança, 1886. p.93-4. [Encadernado com Relatórios dos Presidentes. v.12.]
- PARANÁ. Presidente (FARIA SOBRINHO, Joaquim d'Almeida). Chopim. In: _____. Relatório do presidente da província, Curityba, Typ. Perseverança, 1888. p.122. [Encadernado com Relatórios dos Presidentes. v.10.]

- PARANÁ. Presidente (PEDROSA, João José). Colônias do Chapecô e Erê. In: _____. Relatório do presidente da província, Curityba, Typ. Perseverança, 1881. p.47-9. [Encadernado com Relatórios dos Presidentes. v.11.] .
- PARANÁ. Presidente (PIMENTEL, Sancho de Barros). Colônias Militares do Chapecô e Chopim. In: _____. Relatório do presidente da província, Curityba, Typ. Perseverança, 1882. p.13-4. [Encadernado com Relatórios dos Presidentes. v.9].
- PARANÁ. Presidente (OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de.) Colônia do Chopim. In: _____. Relatório do presidente da província, Curityba, Typ. Perseverança, 1883. p.49-50. [Encadernado com Relatório dos Presidentes. v.12.]
- PARANÁ. Presidente (OLIVEIRA BELLO, Luiz Alves Leite de.) Colônia do Chopim. In: _____. Relatório do presidente da província, Curityba, 1884. p.109-11. [Encadernado com Relatórios dos Presidentes. v.12.]

1.2 - Arquivo do Bispado de Palmas

1.2.1 - Manuscritos

- Livro de Batizado de Palmas. n.3.
- Livro de Batizado de Palmas. n.7.
- Livro de Batizado de Palmas. n.8.
- Livro de Batizado de Palmas. n.9.
- Livro de Batizado de Palmas. n.10.
- Livro de Batizado de Palmas. n.11.

- Livro de Batizado de Palmas. n.12.
- Livro de Casamentos de Palmas. n.1.
- Livro de Casamentos de Palmas. n.4.
- Livro de Casamentos de Palmas. n.5.
- Livro de Casamentos de Palmas. n.6.
- Livro de Casamentos de Palmas. n.7.

1.3 - Arquivo do Cartório de Mangueirinha.

1.3.1 - Manuscritos

- Livro de Mangueirinha. n.1.
- Livro de Mangueirinha. n.1B.

2. Fontes Secundárias

2.1 - Impressos em geral

- 1 - ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial. 6.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC, 1976. 258p.
- 2 - ALONSO, Maria Therezinha Alves. "Vegetação". In: DUARTE, Aluizio Capdeville, org. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1968. v.5. p.90-8.
- 3 - BARRETO, Adolfo Castro. Povoamento e População. 2.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1959. v.2. 597p.
- 4 - BARRETO, Annibal. Fortificações do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958. 339p.
- 5 - BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. 2.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1938. 346p.

- 6 - BARTHELMESS, Heloísa. "O mapa climático do Estado do Paraná". Boletim da Divisão de Geografia. Depto de Geografia, Terras e Colonização. Curitiba, (4): 1-25. 1969.
- 7 - BERNARDES, Nilo. "Expansão do Povoamento no Estado do Paraná". Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 14 (4): 427-51, out/dez. 1952.
- 8 - _____. "Povoamento". In: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, IBGE, 1939. v.12. p.311-12.
- 9 - BITTENCOURT, Luiz F. Feijó. "Dois tipos de Colonização Portuguesa". Revista da Sociedade de Geografia do RJ. Rio de Janeiro, 51 : 24-35. 1944.
- 10 - BOITEUX, Lucas Alexandre. As Fortificações de Santa Catarina. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 31 mar. 1957. p.4.3c.
- 11 - BOUTIN, Leônidas. Colonias Militares na Província do Paraná. Florianópolis, 1975. 86p. mimeografado.
- 12 - BRASIL. Leis, decretos, etc... . Lei n.555 de 15 de junho de 1850. Leis do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1850. t.11. p.46-56.
- 13 - BRASIL. Leis, decretos, etc... . Decreto n. 2.502 de 16 de novembro de 1859. Leis do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1859. t.20. p.578-80.
- 14 - BRASIL. Leis, decretos, etc... . Decreto n. 3.784 de 19 de janeiro de 1867. Leis do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867. t.27. p.31-40.

- 15 - BRASIL. Leis, decretos, etc... . Aviso n.19 de 21 de março de 1883. Decisões do Governo. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883. p.11-2.
- 16 - BRASIL. Leis, decretos, etc... . Aviso n.22 de 12 de fevereiro de 1884. Decisões do Governo. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1884. p.18.
- 17 - BRASIL. Leis, decretos, etc... . Decreto n. 9.886 de 7 de março de 1888. Leis do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1888. v.1. p.246-63.
- 18 - BRASIL. Leis, decretos, etc... . Decreto n. 4.662 de 12 de novembro de 1902. Leis do Brasil. Rio de Janeiro , Imprensa Nacional, 1903. v.1. p.663-77.
- 19 - BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. 1972. v.2. 5 p.
- 20 - BRITO, José Maria de. "Descoberta da Foz do Iguassú e Fundação da Colonia Militar". Boletim do Instituto Histórico, Geográfico, Etnográfico Paranaense. Curitiba, 32 : 45-72. 1977.
- 21 - CASTRO, Narciso Vicente de. "Palmas - Fazendas de Criar". Expansão Econômica, Curitiba, 2 (13) : 29-31. abr.1937.
- 22 - CORRÊA, Roberto Lobato. "O sudoeste paranaense antes da colonização". Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1 (2) : 17-31, mar. 1944.
- 23 - COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977. 326p.

- 24 - DENIS, Pierre. "A Colonização no Paraná". Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 9 (100) : 343-56. jul. 1951.
- 25 - EHLKE, Cyro. A conquista do planalto catarinense. Florianópolis, Laudes, 1973. 193p.
- 26 - FAISSOL, Speridião. "Alguns aspectos do Problema da Colonização no Brasil". Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 10 (111) : 691-712, nov/dez. 1952.
- 27 - _____. "Que é Colonização?". Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 14 (3) : 363-67, jul/set. 1952.
- 28 - FIGUEIREDO, José Lima de. Oeste Paranaense. São Paulo, Ed. Nacional, 1937. 197p.
- 29 - FLEIUSS, Max. "Feitorias Militares e Armadas de Guarda Costa". Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1933. p.41-6.
- 30 - GOYCOCHÊA, Castilhos. Fronteiras e Fronteiros. São Paulo, Ed. Nacional, 1943. 298p.
- 31 - GUIMARÃES, Adir. "Formação do Povo Paranaense e Colonização no Paraná". Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 2 (23) : 711-20, fev. 1945
- 32 - HAHNER, June Edilh. Relações entre civis e militares no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975. 214p.
- 33 - HOLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976. 154p.

- 34 - LEÃO, Ermelino Agostinho de. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná. Curitiba, Graphica Paranaense, 1926. v.1. 452p.
- 35 - LEMOS, Hygino de Barros. O Exército e o Êxodo Rural. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1959. 31p. (Palestra proferida no dia 16-12-1956, no Círculo Militar do Paraná).
- 36 - LINHARES, Temístocles. Paraná vivo. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1953. 360p.
- 37 - LINS, Alvaro. Rio Branco. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1945. v.1. 381p.
- 38 - LOBO, Helio. Rio Branco e o arbitramento com a Argentina. Rio de Janeiro, Pongetti, 1952. 191p.
- 39 - LOPES, Theodoro Francisco. & GENTIL TORRES, Vicente. Ministros da Guerra do Brasil. Rio de Janeiro, Pongetti, 1946. 392p.
- 40 - LORETO, Aliatar. Capítulos de História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1946. 218p.
- 41 - MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba, BADEP, 1968. 350p.
- 42 - MAGALHÃES, Basílio de. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. 2.ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1935. 407p.
- 43 - MANSUR GUÉRIOS, Rosário Farini. Estudos sobre a Língua Caingangue. Curitiba, Gráfica Paranaense, 1942. 83p.

- 44 - MARTINS, Romário. História do Paraná. 2.ed. São Paulo, Ed. Rumo, 1939. 542p.
- 45 - MATTOS, Jacintho Antonio de. Colonização do Estado de Santa Catharina. Florianópolis, Typ. D'"O Dia", 1917. 241p.
- 46 - MELLO, Raul C. Bandeira de. Ensaio de Geobélica Brasileira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. 400p.
- 47 - MELLO, Raul Silveira de. A epopéia de Antonio João. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1969. 554p.
- 48 - NASCIMENTO, Domingos. Pela Fronteira. Curitiba, Tip. da República, 1903. 86p.
- 49 - NEIVA, Artur Hehl. "Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil". Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 9 (2) : 249-70, abr/jun. 1947.
- 50 - NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia de pesquisa para a história demográfica. IX Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Florianópolis, 1977. 30p. mimeografado.
- 51 - OLIVEIRA, Xavier de. O Exército e o Sertão. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Editor, 1932. 190p.
- 52 - OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. "Plano de uma Colonia Militar no Brasil". Revista Trimestral de História. 2.ed. Rio de Janeiro, 7 : 239-55. 1866.
- 53 - PARANÁ, Sebastião. Chorographia do Paraná. Curitiba, Tip. da Livraria Econômica, 1899. 748p.

- 54 - PAUWELS, Geraldo José. Atlas Geográfico Melhoramentos.
19. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1961. 89p.
- 55 - PIAZZA, Walter Fernando. A Ocupação do Oeste Catarinen-
sé. Florianópolis, 1974. 111p. mimeografado.
- 56 - _____. "Considerações sobre o povoamento, através de ele-
mentos geográficos e históricos, do extremo-oeste de
Santa Catarina". Blumenau em Cadernos, Blumenau,
14 (8) : 141-46. ago.1973.
- 57 - _____. _____. Blumenau em Cadernos. Blumenau, 14 (9):169-75
set. 1973.
- 58 - _____. O Homem e a Técnica: Estudo evolutivo de uma estra-
da - a do Desterro a Lages. Florianópolis, 1978. 32p.
mimeografado.
- 59 - PLAISANT, Alcibiades Cezar. Scenario Paranaense. Curitiba,
Tip. da República, 1908. 222p.
- 60 - PLANELLA, João José. Aspectos da defesa do Brasil na pri-
meira metade do século XVIII. Porto Alegre. Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1976. Tese
LD. v.1. 430p.
- 61 - PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Co-
lônia. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1945. 389p.
- 62 - _____. "Problemas de povoamento e a pequena propriedade".
Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 1 (2) : 17-31, mar.
1944.

- 63 - RIBEIRO, João. As Nossas Fronteiras; Breve Synopse. Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1930. 151p.
- 64 - RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do. Questões de Limites. República Argentina. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1945. v.2. 259p.
- 65 - _____. _____. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1945. v.4 e anexos.
- 66 - SANT'ANNA, Henrique Azevedo. "Glossário". In: DUARTE, Aluizio Capdeville, org. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1968. v.4. t.2. p.342-70.
- 67 - SEYFERTH, Giralda. A Colonização alemã no vale do Itajaí-mirim. Porto Alegre, movimento/SAB, 1974. 159p.
- 68 - SILVA, José Júlio Cleto da. "Apontamentos Históricos de Palmas e Clevelândia (1630-1930)". Boletim do Instituto Histórico, Geográfico, Etnográfico Paranaense. Curitiba, 28 : 65-105. 1976.
- 69 - SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. 9.ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1976. 154p.
- 70 - SOUTO MAIOR, Ariadne Soares. "Povoamento". In: DUARTE, Aluizio Capdeville, org. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1968. v.4. t.2. p.3-45.
- 71 - SOUZA, Augusto Fausto de. "Fortificações no Brasil". Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 48 : 5-140. 1885.

- 72 - TAVARES, Vania Porto et alii. Colonização dirigida no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, 1972. 202p.
- 73 - VASCONCELOS, Genserico de. História Militar do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1941. v.1. 315p.
- 74 - VIANNA, Helio. História das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1948. 333p.
- 75 - _____. História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958. 211p.
- 76 - VIANNA, Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. e. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1933. v.1. 452p.
- 77 - _____. _____. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. v.2. 246p.
- 78 - WACHOWICZ, Ruy Christovam. A Transformação da propriedade fundiária do Vale do Iguaçu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8, Aracaju, 1975. Anais... São Paulo, 1976. p.699-718. Separata.
- 79 - _____. "O 'Uti Possidetis' brasileiro na Questão de Palmas!" Boletim do Instituto Histórico, Geográfico, Etnográfico Paranaense. Curitiba, 32 : 193-217. 1979.
- 80 - WAIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1958. 307p.
- 81 - WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. "Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno". Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, (7) : 1-52. 1968.